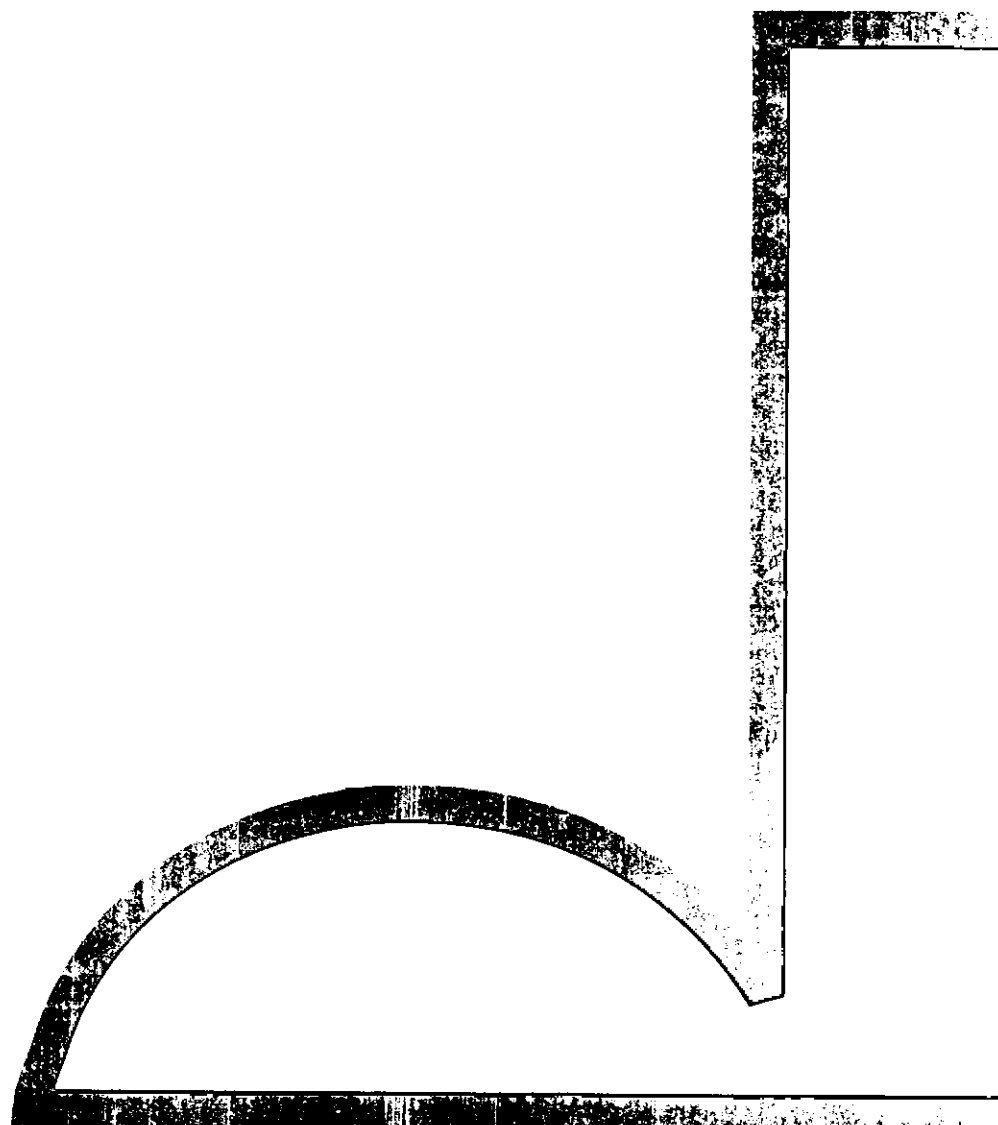




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Juch</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelina Pereira</i> <i>Romero Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Helôisa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Pérez</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Padre Piva</i> <i>Romero Juch</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Laomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Artúro Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agostão da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Warner Padua</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baena</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 57ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE MAIO DE 2000

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagem do Presidente da República

Nº 110, de 2000 (nº 662/00, na origem), de 9 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Brian Michael Fraser Neele*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 09722

1.2.2 - Discursos do Expediente

SENADOR PAULO HARTUNG - Registro do lançamento do "Manual de Orientação para o Crescimento da Receita Própria", elaborado pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV, e patrocinado pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. 09733

SENADOR MAURO MIRANDA - Denúncias de agressões à natureza no lago formado pela barragem da usina hidrelétrica da Serra da Mesa, no Estado de Goiás. 09737

SENADOR ÁLVARO DIAS - Justificativas à apresentação de projeto de resolução que visa o combate à guerra de incentivos fiscais entre os Estados. 09738

SENADOR CASILDO MALDANER - Comentários às sugestões apresentadas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Banco do Estado de Santa Catarina. 09740

SENADOR RAMEZ TEBET - Considerações sobre a realidade política e social brasileira. 09744

SENADOR ROBERTO REQUIÃO - Defesa do sistema misto para eleições parlamentares. Mudança no conceito de decoro parlamentar, com a compra de votos pelo Governo Federal para apro-

var a proposta de salário mínimo encaminhada ao Congresso Nacional. 09746

SENADOR OSMAR DIAS - Anúncio da apresentação de projeto de lei que visa eliminar a chamada guerra fiscal. 09747

1.2.3 - Leitura de requerimento

Nº 265, de 2000, de urgência para o Projeto de Resolução nº 50, de 2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S - Dinamarca, no valor total equivalente a até DM37.054.758,00 (trinta e sete milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito marcos alemães), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal - PASTE. Será votado após a Ordem do Dia. 09748

1.2.4 - Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 54, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica. À Comissão de Assuntos Econômicos. 09749

Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 09750

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2000, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, o imóvel que especifica. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 09751

1.2.5- Ofícios

Nº 80/2000, de 10 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.948-54, de 2000..... 09764

Nº 132/2000, de 11 do corrente, da Liderança do PSDB-PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.011-7, de 2000..... 09764

Nº 382/2000, de 11 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.011-7, de 2000.... 09764

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal. (Direitos Políticos). Usam da palavra no segundo dia de discussão, em primeiro turno, os Srs. Roberto Requião, Artur da Távola, José Fogaça e Sérgio Machado.... 09764

Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1999 (nº 88/99, na Casa de origem), que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências. Votação adiada para audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do Requerimento nº 266, de 2000..... 09768

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1999 (nº 649/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo. Aprovado, com abstenção do PT, à exceção do Sr. Tião Viana. À Comissão Diretora para redação final. 09769

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1999 (Parecer nº 474, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 09769

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999 (nº 646/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Patrocínio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais. Aprovado, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final..... 09770

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999 (Parecer nº 475, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 09770

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999 (nº 756/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo. Usam da palavra os Srs. Artur da Távola e Eduardo Suplicy. 09771

1.3.1- Comunicação da Presidência

Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas e 40 minutos, destinada a receber Sua Excelência o Presidente da República Italiana. 09773

1.3.2 - Ordem do Dia (Continuação)**Item 5**

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999 (nº 756/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo. Aprovado, com abstenção do Sr. Eduardo Suplicy. À Comissão Diretora para redação final..... 09773

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999 (Parecer nº 476, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 09773

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999 (nº 721/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais. Aprovado, com abstenção do PT, após usar da palavra o Sr. José Fogaça. À Comissão Diretora para redação final. 09773

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999 (Parecer nº 477, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 09776

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999 (nº 53/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo. Aprovado, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final. 09776

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999 (Parecer nº 478, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 09777

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999 (nº 157/99, na Câmara os Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Aprovado, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final..... 09777

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999 (Parecer nº 479, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 09777

Item 9

Requerimento nº 208, de 2000, de autoria do Senador Jefferson Peres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 160, de 1998, e 99, de 2000, por regularem a mesma matéria. Aprovado. Os projetos vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos..... 09778

Item 10

Requerimento nº 209, de 2000, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 2 e 21, de 2000, por regularem a mesma matéria. Aprovado. Os projetos vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa..... 09778

1.3.3 - Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 265, de 2000, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado. O Projeto de Resolução nº 50, de 2000, será incluído na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente..... 09778

1.3.4 - Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA LUZIA TOLEDO - Comemoração do 4º Encontro dos Passos de Anchieta, promovida pela Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta - ABAPA, no litoral capixaba... 09779

SENADOR ROBERTO SATURNINO - Protesto contra a segmentação do concurso público para Caixa Econômica Federal em quatro regiões.. 09780

SENADOR MAGUITO VILELA, como Líder - Apelo ao Ministro da Educação, Paulo Renato, para solução do problema da Universidade Salgado de Oliveira de Goiânia, ameaçada pelo não reconhecimento de seus cursos pelo Conselho Federal de Educação..... 09782

SENADORA MARINA SILVA - Discordância com o teor do relatório do Deputado Micheletto, que versa sobre a medida provisória do Código Florestal.. 09784

O SR PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Esclarecimentos à Senadora Marina Silva..... 09786

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder - Apoio ao pronunciamento da Senadora Marina Silva. Comentários sobre as propostas do governo federal para atendimento às reivindicações dos movimentos sociais relacionados à atividade rural..... 09786

SENADOR EDUARDO SUPLICY - Leitura do texto da professora Maria da Conceição Tavares, publicado no jornal Folha de S.Paulo, do último domingo, intitulado "A construção da nação brasileira".. 09790

1.3.5 - Discursos encaminhados à publicação

SENADOR SÉRGIO MACHADO - Defesa da prorrogação, até 31 de dezembro de 2009, dos benefícios fiscais às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação..... 09794

SENADOR ROMERO JUCÁ - Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Ministro Paulo Renato à frente da pasta da Educação..... 09795

SENADOR GERALDO CÂNDIDO - Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, em 13 de maio próximo..... 09797

1.3.6 - Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 16, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 09798

1.4 - ENCERRAMENTO

2 - AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 11.5.2000..... 09801

3 - ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 523 e 524, de 2000..... 09802

Nº 525, de 2000, referente ao servidor Cícero Belo da Silva..... 09818

Nº 526, de 2000, referente aos servidores Waldemar Reinehr Kohlrausch e Elias Lyra Brandão..... 09819

Nº 527, de 2000..... 09820

4 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 57ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de maio de 2000 2ª Sessão deliberativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Casildo Madaner, Eduardo Suplicy, Ramez Tebet e da Sra. Heloísa Helena

**ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Madaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Lessa – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Mozarildo Caval-

canti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Thelma Siqueira Campos – Tião Viana – Wellington Roberto

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 110, DE 2000 (Nº 662/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor BRIAN MICHAEL FRASER NEELE, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Os méritos do Embaixador Brian Michael Fraser Neele, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2000.



Fernando Henrique Cardoso

EM Nº 124 /DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 4 de maio de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "a", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **Brian Michael Fraser Neele**, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum-vitae** do Embaixador **Brian Michael Fraser Neele**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM-VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE
BRIAN MICHAEL FRASER NEELE

Rio de Janeiro/RJ, 21 de maio de 1941.

Filho de George Brian Fraser Neele e Ethel Marie Neele.

Curso de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Estudos Sociais, Haia. Por concurso direto, admitido como diplomata-estagiário no Ministério das Relações Exteriores e em Curso Especial do Instituto Rio Branco. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 20 de janeiro de 1964.
Segundo Secretário, merecimento, 31 de março de 1967.
Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.
Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de junho de 1983.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 19 de dezembro de 1996.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1966.
Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1974.
Assessor do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1977.
Assessor do Chefe da Divisão do Pessoal, 1977/79.
Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1979/84.
Chefe do Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro, 1998/00.

Haia, Terceiro Secretário, 1966.
Haia, Segundo Secretário, 1967/71.
La Paz, Segundo Secretário, 1971/72.
La Paz, Primeiro Secretário, 1973.
La Paz, Encarregado de Negócios, 1971/72/73.
Londres, Primeiro Secretário, 1975/77.
Genebra, Cônsul-Geral, 1984/88.
Lagos, Embaixador, 1988/94.
Beirute, Embaixador, 1994/98.

Reunião Especial de Promoção Algodoeira do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Paris, 1964 (assessor).
LXXVIII Sessão da Comissão Diretora do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Washington, 1965 (assessor).
disposição dos Soberanos Belgas em visita ao Brasil, 1965.
XXIV Sessão Plenária do CCIA, Washington, 1965 (assessor).
XXV Sessão Plenária do CCIA, Lima 1966 (assessor).
XXVI Sessão Plenária do CCIA, Amsterdam, 1967 (assessor).

LXXXI Reunião do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Haia, 1967 (assessor).
Conferência sobre a elaboração de Convenção Internacional sobre Apoderamento Ilícito de Aeronaves, Haia, 1970 (assessor).
Reunião Especial do Grupo de Peritos Financeiros dos Países da Bacia do Prata, La Paz, 1972 (delegado).

III Reunião Ordinária de Ministros de Obras Públicas e dos Transportes do Cone Sul, Cochabamba, 1972 (delegado).

I Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasil-Chile, Santiago, 1974 (assessor).

Observador do Brasil às reuniões anuais da Federação Internacional de Consultores de Engenharia (FIDIC), Nairóbi, 1980, e Berna, 1981.

II Conferência do SADCC, Maputo, 1980 (delegado alterno).

Chefe das missões negociadoras de Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco Africano de Desenvolvimento, BAD e BNDES, Abidjan, 1981/82.

Observador do Brasil às reuniões da D, cada de Transportes e Comunicações na África, ONU/ECA, em Lom, 1981, Maputo, 1982.

Chefe da Delegação Técnica Brasileira Negociadora do convênio tripartite Brasil/Moçambique-Fundo da OPEP para o projeto de carvão em Moçambique, Viena e Maputo, 1981/82.

Chefe da Delegação Técnica Brasileira Negociadora da participação do Brasil na elaboração do Plano Intermodal de Transportes da África, na sede da Comissão Econômica para África, em Addis Abeba, 1983.

Chefe, Primeira Missão Comercial do Brasil a Kigali, Ruanda, 1983.

Chefe, II Série de Seminários sobre Tecnologia para o Desenvolvimento, visando à abertura de mercados na Ásia, em Bangkok, Kuala Lumpur e Pequim, 1983.

Chefe da Delegação Negociadora Brasileira de Acordos no contexto do Projeto POLEN com os Governos do Gabão e do Congo, 1984.

Sub-Chefe da Delegação do Brasil e Delegado Alterno às 41ª, 42ª e 43ª Sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU, Genebra, 1985/86/87.

Chefe das Delegações Brasileiras às Reuniões Anuais da Junta Mista do Centro de Comércio Internacional da ONU, Genebra, 1985/86/87.

"A SUDENE" e a "CASSA PER IL MESSOGIORNO", um estudo comparativo (Instituto de Estudos Sociais, Haia).

"A Agricultura e o Desenvolvimento Nacional" (Instituto de Estudos Sociais, Haia).

"A Informática e o Ministério das Relações Exteriores" (CAE, IRBr, Brasília).

Ordem do Rio Branco, Grão-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem Real de Vitória, Cavaleiro, Grão-Bretanha.

Ordem da Coroa, Cavaleiro, Bélgica.

Ordem Orange e Nassau, Cavaleiro, Países Baixos.

Ordem do Condor dos Andes, Cavaleiro, Bolívia.


EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

Informação sobre a Turquia

Brasília, março de 2000

Avaliação das Relações Bilaterais

O atual Presidente da Turquia, Suleyman Demirel, realizou visita de Estado ao Brasil, em abril de 1995. Na oportunidade, foram assinados um Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial (em vigor desde 19 de março de 1997), um Acordo de Cooperação no Setor de Turismo (em vigor desde 12 de novembro de 1996), um Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos (em vigor, desde 09 de julho de 1995), um Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (em vigor desde 13 de abril de 1996) e um Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas entre as Chancelarias brasileira e turca (em vigor, desde 10 de abril de 1995).

Em 21 de março de 1997 foi realizada a Primeira Reunião de Consultas Brasil-Turquia, havendo a parte brasileira sido chefiada pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty e a parte turca pelo então Subsecretário de Assuntos Políticos do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Turquia, Embaixador Korkmaz Haktanir (atualmente Secretário-Geral daquele Ministério). Foram tratados temas como a formação de pequenas e médias empresas em regime de "joint-venture", a simplificação de vistos para turistas brasileiros - já implantado - e a necessidade de estabelecimento de linhas aéreas diretas entre Brasil e Turquia

Em maio de 1998 o Ministro do Exército, Zenildo Lucena, realizou visita oficial à Turquia, havendo mantido contatos expressivos com autoridades da área da Defesa

e avaliado a possibilidade de contatos mais freqüentes desse setor com vistas a uma possível cooperação entre os dois países. Dando seqüência à visita do Ministro do Exército, o General de Brigada Ricardo Ramalho, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército estará realizando visita de trabalho a Ancara e Istambul em 30 de novembro.

O Chanceler Ýsmail Cem encontrou-se com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 23 de setembro de 1998, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas. O Chanceler da Turquia enfatizou que a posição estratégica de seu país favorece a promoção de contatos do Brasil com grande número de países, situados em sua vizinhança mais próxima, em especial as novas Repúblicas da Ásia Central, o que poderia ser de utilidade para empresas brasileiras na busca de expansão para novos mercados.

As relações bilaterais são corretas, encontrando-se, no entanto, ainda: aquém do que pode ser alcançado, particularmente no plano comercial. Poderiam ser incentivados, nesse sentido, contatos mais freqüentes por meio de visitas recíprocas de missões empresariais.

TEMAS DA AGENDA BILATERAL

Acordos:

Já foram aprovados, pelo Congresso Nacional, todos os acordos assinados quando da visita do Presidente Demirel ao Brasil em 1995:

- Acordo de cooperação comercial, econômico e industrial;
- Acordo de cooperação no setor de turismo;
- Acordo de isenção de vistos para os portadores de passaporte diplomáticos, de serviço e especiais;
- Projeto de acordo de cooperação cultural e educacional;
- Memorando de entendimento par ao estabelecimento de consultas entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia;

Promoção e Proteção de Investimentos e Bitributação

O Governo da Turquia tem demonstrado interesse na celebração de acordos para a proteção e promoção de investimentos e para evitar a dupla tributação. A iminência de uma reforma fiscal no Brasil impede a consideração do texto sobre bitributação. A pouca densidade do relacionamento bilateral torna ainda prematura a consideração sobre promoção e proteção de investimentos entre os dois países.

Vistos para Turistas

O Governo da Turquia propôs a assinatura de um acordo que elimine a exigência de vistos para os nacionais dos dois países em viagens de turismo. A Turquia já possui esse tipo de acordo com Argentina e Chile. A proposta está sendo analisada pelos setores competentes do Governo brasileiro.

Com vistas a facilitar a entrada de turistas brasileiros na Turquia, foram estabelecidas facilidades, já em vigor, no sentido de que se concedam vistos, válidos por três meses, a nacionais brasileiros em viagem de turismo à Turquia. Os turistas brasileiros que cheguem a território turco desprovidos de vistos terão os mesmos concedidos *in loco*, no momento do desembarque, evitando-se com isto o desconforto de obrigar estes nacionais a deixar a Turquia para obtê-los. A mesma facilidade não é concedida aos nacionais turcos, que eventualmente cheguem a território brasileiro sem visto.

Comércio

A Turquia, além do atrativo de seu próprio mercado, poderia constituir para o Brasil uma porta de acesso a diversos países da Ásia central com os quais mantêm fortes laços econômicos e culturais. Em sentido inverso, o mesmo se daria com o Brasil em relação ao acesso da Turquia ao MERCOSUL.

Durante as consultas políticas bilaterais, foram mencionadas as oportunidades abertas pelo processo de privatizações que ora se verifica nos dois países e os produtos ligados à indústria da defesa. Nesse sentido, deve ser lembrada a exitosa visita que o Ministro do Exército, Zenildo Lucena, realizou a Ancara em maio de 1999, quando reuniu-se com as mais altas autoridades da área de defesa. Houve menção na época da possibilidade de ser firmado um acordo de ciência e tecnologia.

Linha aérea regular

O acordo sobre transportes aéreos entre a Turquia e o Brasil está em vigor desde 1952, mas até hoje não há ligação direta entre os dois países. Já há o

consenso de que se deva estabelecer uma ligação aérea entre o Brasil e a Turquia, tendo em vista as dificuldades ora existentes para o trânsito bilateral, com óbvias implicações sobre o turismo e o comércio.

Turismo

A Turquia constitui um exemplo bem sucedido de país na utilização do turismo como instrumento de captação de recursos e geração de empregos. Há condições favoráveis que indicam a utilidade de entendimentos entre a Embratur e o órgão responsável pelo turismo na Turquia. Com esse objetivo, a Embratur expressou ao Itamaraty interesse em implementar a Comissão Mista de Turismo, criada pelo Acordo sobre Turismo, firmado por ocasião da visita do Presidente Suleyman Demirel. Estão sendo designados os representantes brasileiros nessa Comissão, já que cabe ao Itamaraty a coordenação nacional da mesma.

Concertação nas Nações Unidas

Os dois países têm mantido um relacionamento profícuo no âmbito das Nações Unidas, com trocas de candidaturas. Atendendo a solicitação do governo turco, o Brasil resolveu, recentemente, apoiar a candidatura da Turquia a um assento não-permanente no Conselho de Segurança. O pleito foi posteriormente retirado, mas a decisão brasileira demonstra o apreço e importância que damos ao papel da Turquia no cenário internacional.

Dados comerciais Brasil-Turquia (em USD milhões)

	1996	1997	1998	1999
Exportações	211,0	275,7	330,6	183,3
Importações	42,5	54,4	40,4	38,6

Fonte: SECEX

- *As exportações e importações brasileiras sofreram quedas de, respectivamente, 44,57% e 4,26% em relação a 1998*

Principais produtos exportados em 1998: Produtos semi-manufaturados em ferro e aço, minérios de ferro aglomerados e não-aglomerados, café não torrado e não

descafeinado, em grão, açúcares de cana, beterraba e sacarose, partes e acessórios de carroçarias para veículos, fumo não manufaturado (folhas secas).

Principais produtos importados: avelãs frescas ou secas, malte não torrado, sementes, fios de fibras sintéticas, partes e acessórios para tratores.

Política Externa

O Presidente Suleyman Demirel tem tido uma atuação externa importante buscando uma maior inserção internacional da Turquia e logrou a oficialização da candidatura turca à União Européia. No plano regional, o Presidente Demirel visitou, nos últimos meses, Egito, Kuwait, Oman e os Emirados Árabes, além da Hungria, Croácia e Bulgária.

A mais delicada questão da política externa turca diz respeito à tensa relação com a Grécia, decorrente das disputas territoriais entre as comunidades greco e turco-cipriotas pelo controle da ilha de Chipre. Ex-colônia britânica, a ilha de Chipre abriga duas comunidades: uma de origem grega (80% da população) e outra de origem turca (20%). A independência da República de Chipre efetuou-se em 1960. Em 1974 ocorreu a ocupação militar da metade setentrional da ilha por tropas da Turquia. Em 1983, Rauf Denktash, líder comunitário turco-cipriota, declarou unilateralmente a criação da "República Turca do Norte de Chipre", não reconhecida por qualquer país que não a Turquia. A questão cipriota tem sido objeto de deliberação das Nações Unidas desde 1963. Há vários anos, está estacionada em Chipre uma Força de Paz da ONU, a qual, no momento, conta com a participação de dois militares brasileiros.

Em diversas resoluções do Conselho de Segurança, as Nações Unidas propõem um acordo para a reestruturação do Estado de Chipre, com uma só soberania, personalidade internacional, cidadania igual para todos os habitantes, com garantia de independência e integridade territorial, e compreendendo duas comunidades politicamente iguais, em uma federação bi-comunitária e bi-zonal. As resoluções estabelecem, ainda, que este acordo deve não só excluir união, parcial ou total, com qualquer outro país, mas também afastar qualquer forma de secessão.

A tradicional resolução do Conselho de Segurança da ONU, que prorroga por seis meses o mandato de suas forças de paz em Chipre, aprovado em dezembro último, fugiu desta vez à fórmula tradicional: ao invés de basear-se em um Estado com uma personalidade única compreendendo uma federação bi-zonal e bi-comunal – proposta nunca aceita pela nação turco-cipriota – a nova formulação faria menção apenas ao chamado "Governo do Chipre", sem referir-se aos demais pontos.

Reconheceria, ademais, fórmula que teria sido encaminhada pelo Secretário-Geral Kofi Annan, segundo a qual a permanência no país das forças do UNFICYP dependeria de acordo em separado com o norte do Chipre. Nesse sentido, Annan já teria instruído o comando daquelas forças a iniciar conversações com os representantes turco-cipriotas.

Segundo o entendimento do "presidente" Rauf Denktash, esses fatos representariam o início do reconhecimento, por parte da comunidade internacional, de um Estado turco-cipriota. O líder do norte da ilha voltou a Nova York em janeiro para uma segunda rodada de "proximity talks" com seu contraparte greco-cipriota, Glafcos Clerides. A primeira rodada ocorreu em 3 de dezembro do ano passado.

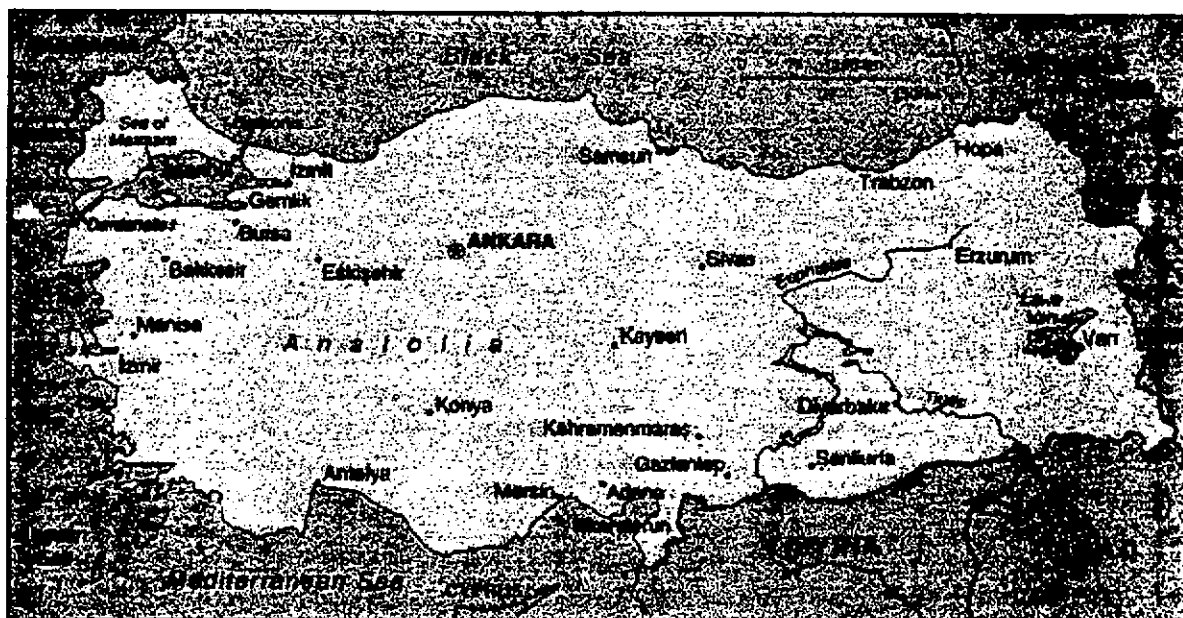
Outros fatores têm contribuído, ainda, para uma gradual distensão da situação cipriota: a decisão da União Européia de oferecer à República do Chipre e à Turquia a possibilidade de associar-se a esse bloco na condição de países-membros deverá obrigar os dois países a buscar maior entendimento; Grécia e Turquia, além disso, vêm protagonizando uma fase de inédita cooperação, incluindo trocas de visitas entre os dois Primeiros-Ministros e os Ministros do Exterior, e a assinatura de atos bilaterais.

A recente prisão do líder separatista curdo Abdullah Ocalam pelas autoridades turcas suscitou acusações de ambos os lados, alegando a Turquia que a Grécia teria dado apoio a Ocalam durante seu período de clandestinidade; já Atenas, em conformidade com a visão oficial da União Européia, acusa o país vizinho de desrespeito aos direitos humanos no tratamento da questão curda, e com a condenação de Ocalam à morte pela Suprema Corte turca.

Terremoto de agosto de 1999

O terremoto que assolou a região do Mar de Mármara no dia 17 de agosto último, com uma intensidade de 7,4 graus na escala Richter, causou oficialmente 15.802 vítimas fatais; quase 44.000 feridos e deixou cerca de 200.000 desabrigados. Estima-se que entre US\$ 6 e 10 bilhões sejam necessários para a recuperação da infraestrutura, dos quais 2,5 bilhões haviam sido doados até o mês de outubro, em especial pelo Banco Mundial, FMI e União Européia. A Grécia participou dos trabalhos de salvamento das vítimas e doou medicamentos e equipamento de socorro, gesto que simbolizou o processo de reaproximação que já vinha sendo empreendido pelos dois governos.

Outros tremores subseqüentes vêm atingindo a região e provocando mortes e danos adicionais. O inverno rigoroso contribuiu para agravar a crítica situação dos refugiados.



AUTORIDADES

Chefe de Estado: Presidente SULEYMAN DEMIREL

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro BÜLENT ECEVIT

Ministro das Negóciois Estrangeiros: ISMAIL CEM

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

PIB: US\$ 186,4 bilhões (1997)

Taxa de crescimento do PIB: 7,3% (1997)

PIB per capita: US\$ 2.924 (1997)

PIB por setores: agricultura, 15,5%; indústria, 33,2%; serviços, 51,3%

Moeda: Lira Turca (US\$ 1=TL 151.000 em 1998)

Taxa de inflação: 85,7% (1997)

Taxa de desemprego: 11 % (1997)

Força de trabalho: 20,9 milhões

Exportações: US\$ 26,2 bilhões (1997)

Parceiros: Alemanha (19,8%), Rússia (8%), EUA (8%), Itália (6%)

Importações: US\$ 48,66 bilhões (1997)

Parceiros: Alemanha (16%), EUA (10%), Itália (9%), Rússia (8%)

Dívida externa: US\$ 89,2 bilhões (1997)

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - O Expediente lido vai à publicação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - V. Ex^a fica inscrito, como primeiro orador, na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Há oradores inscritos.

Na ausência dos demais oradores, tem a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, registro, no início desta sessão, o lançamento do **Manual de Orientação para o Crescimento da Receita Própria Municipal**, trabalho realizado por uma equipe de professores e consultores da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, patrocinado pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Não se trata de um trabalho com o objetivo de propor pura e simplesmente aumento de tributos, o que é muito corriqueiro na vida tributária nacional. O que a publicação enfoca são os caminhos que permitem uma racionalização administrativa no trato de assuntos de natureza fiscal do município, visando obter incremento real de receitas próprias e proporcionar mais eficiência nos gastos públicos, particularmente nos gastos sociais.

A publicação desse manual chega em boa hora, para não dizer em excelente hora, já que estamos num ano de eleições municipais. Servirá como importante contribuição aos novos prefeitos, no sentido de modernizar e aparelhar as máquinas arrecadoras municipais, para gerar mais recursos a serem aplicados em políticas públicas de Saneamento, Transporte, Saúde, Educação, criança e adolescente em situação de risco, e assim por diante.

A base do Manual, Sr. Presidente, é uma pesquisa realizada junto a 4.500 Municípios, com a finalidade de conhecer a realidade tributária de cada um, sobretudo daqueles com até 30 mil habitantes, que repre-

sentam 81% das nossas cidades. Repito esse dado, que é muito importante: os Municípios com até 30 mil habitantes representam 81% das nossas cidades.

Nas receitas tributárias municipais, definidas pela Constituição do nosso País, os impostos são basicamente o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ISS (Imposto sobre Serviço de qualquer natureza) e o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), além de taxas e contribuições de melhorias.

Estudos oficiais, relativos a 1997, atestam que 99% dos Municípios coletam alguma receita tributária - esse é um dado importante - sendo que 95% cobram ISS; 90%, IPTU; 94% recolhem taxas - ou taxa de lixo, ou taxa de iluminação pública e assim por diante - e 18% arrecadam contribuições de melhorias, aquelas cobradas em função de melhorias que são efetuadas em bairros e regiões de cidades.

Com as mudanças na Constituição de 88, a arrecadação própria dos Municípios, quebrando até uma tradição de que Prefeito não gosta de arrecadar - vou dar os números, que são muito significativos, relativos a dez anos, Senadora Heloisa Helena, da promulgação da Constituição até 1998 - subiu de R\$4.8 bilhões para R\$14.6 bilhões. A principal fonte desses recursos é o IPTU e o ISS. Os dois juntos representam, nesse bolo de R\$14 bilhões, 66%.

Portanto, a Carta Magna caminhou nessa direção sonhada por todos nós de um processo de descentralização tributária e marcou o início de um movimento de municipalização de receitas, que podemos aprofundar, que podemos discutir e assim por diante.

Para se ter uma idéia da força arrecadadora que ganharam as prefeituras, o crescimento médio anual nesses dez anos que citei foi duas vezes maior do que o dos Estados e cerca de três vezes maior do que o da União.

Apesar do ótimo desempenho da arrecadação direta municipal, Sr. Presidente - estou falando de arrecadação direta, a partir de 88, da data de promulgação da Constituição -, os Municípios estão longe de atingir o patamar de uma participação expressiva nos tributos nacionais, a partir apenas das arrecadações próprias. Eles ainda têm uma grande dependência em relação às transferências, sejam as transferências federais, sejam as transferências estaduais.

Em 1998, as transferências estaduais e federais para Municípios chegaram a R\$31,7 bilhões. Só assim a soma da receita própria que eu citei - R\$14 bilhões mais as transferências - possibilitou uma elevação da receita disponível dos Municípios para R\$46,3

bilhões, constituindo-se na melhor participação histórica dos Municípios das chamadas receitas disponíveis.

O aumento de arrecadação, Sr. Presidente, - é muito importante frisar - está concentrado nos Municípios das regiões mais desenvolvidas. Nos Municípios das regiões mais pobres observa-se maior estreiteza da base econômica e maiores dificuldades e custos administrativos.

Em números, isso quer dizer que, desse bolo de arrecadação própria, de algo em torno de R\$14 bilhões, 71% ocorre na Região Sudeste; apenas 13% no Sul; apenas 9% no Nordeste; 5% no Centro-Oeste; e 12% no Norte. Quando olhamos a distribuição espacial, entendemos muitos dos nossos problemas em relação à concentração do desenvolvimento econômico e uma certa exclusão de várias regiões do País do processo de desenvolvimento.

O objetivo do trabalho conjunto da Fundação Getúlio Vargas junto com o BNDES é justamente demonstrar - e isso talvez seja o ponto mais importante da minha curta exposição nesta manhã - que há um grande espaço para o crescimento das chamadas receitas próprias municipais. O que muitas vezes falta, Sr. Presidente, são recursos para modernização da arrecadação tributária para inseri-la aos novos tempos.

Eu queria mostrar ao Plenário e também para aqueles que assistem à TV Senado o **Manual de Orientação para o Crescimento de Receita Própria dos Municípios**.

Seguindo o Índice, mostro as três partes do documento. A primeira parte, Como Desenvolver a Receita Própria dos Municípios, contém sugestões, dicas e orientações; a segunda propõe um modelo de código tributário municipal que possa aperfeiçoar, consolidar legislações tributárias no âmbito do Município; e a terceira parte trata dos tributos municipais e seleciona algumas jurisprudências importantes para a administração tributária nos Municípios.

Visando também, Sr. Presidente - e avançando um pouco mais no meu pronunciamento -, dotar as cidades de condições de modernizar a sua máquina administrativa, o BNDES criou um programa que, por ser pouco conhecido, quero divulgar aqui da tribuna. Trata-se do Pmat, Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos. O Programa visa financiar a modernização da administração pública municipal, voltada para iniciativas de desenvolvimento local que promovam a capacitação, a articulação do serviço produtivo e a geração de trabalho e renda.

O Pmat, Sr. Presidente, foi criado para todos aqueles Municípios que apresentem potencial de receita própria economicamente explorável e estejam dispostos a investir em tecnologia de informação e equipamentos de informática, capacitação de recursos humanos, serviço técnico especializado, equipamento de apoio à operação e fiscalização, infraestrutura fiscal, com vistas a possibilitar o acesso à modernização.

Ao lado do Pmat, quero também divulgar que o BNDES criou e disponibiliza, por meio de seu **sítio** na Internet, uma estrutura chamada Banco Federativo, que é um conjunto de informações detalhadas sobre as atividades, análises e programas de créditos do Banco. Entre outros produtos, publica alguns termômetros da realidade fiscal brasileira, que são uma análise do comportamento da arrecadação tributária nos três níveis de Governo, Sr. Presidente.

O Banco Federativo relata ainda experiências bem-sucedidas de administração pública. Quer dizer, está cumprindo o importante papel de difundir as experiências que obtiveram êxito em cada canto do nosso País, em cada pequena, grande ou média cidade do nosso País. Recentemente, publicou **Dicas**, informativo que considero importante para esse momento de discussão de eleições municipais. Tenho-o em mão e mostro ao Plenário do Senado: são cento e vinte e cinco idéias para a ação municipal, Senador Roberto Requião. É um importante instrumento, e V. Ex^a que, como eu, já administrou uma cidade, no caso, uma cidade inserida numa região metropolitana, provavelmente também gostará de ler. Trata-se de uma parceria do BNDES com o Pólis, Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Apresento esta publicação ao Plenário e também àqueles que estão acompanhando a sessão pela TV Senado, mostro a variedade de dicas interessantes em vários pontos. Na ação administrativa, há idéias para o aumento de transferência de ICMS e IPVA, cobrança de tributos e atendimento ao contribuinte, mais precisamente maneiras diferentes de fazer a cobrança e, ao mesmo tempo, o atendimento ao contribuinte municipal. Há dicas em relação à organização de consórcios intermunicipais, indicadores de desempenho da arrecadação, ou seja, dicas de como criar os indicadores para acompanhar o movimento da arrecadação; **recadastramento imobiliário**.

No campo do desenvolvimento social, há dicas importantíssimas: ação integrada nos bolsões de pobreza urbana, nas favelas. Trata-se de tese que defendo - são projetos multissetoriais integrado - por-

que cuidam da ocupação produtiva e renda. Há ainda idéias para o combate à desnutrição infantil. Essas são experiências concretas, que obtiveram êxito em diversos pontos do Brasil. Um prefeito eleito pode ler um manual como esse, com algumas dicas que podem ser muito úteis à sua administração.

A idéia de cooperativas de trabalhadores foi usada em áreas carentes na cidade de Vitória. Há o chamado Banco do Povo, crédito popular. Tais programas têm tido excelentes resultados em Porto Alegre, em Vitória e em outros locais do País. Há o Programa da Bolsa-Escola, o Programa de Renda Mínima, o Programa de Geração de Emprego e Renda, o que significa que a prefeitura municipal está entrando numa área que antigamente entendia não ser da sua alçada.

No desenvolvimento urbano, há boas experiências de coleta seletiva e reciclagem de lixo, grande desafio nos centros urbanos brasileiros. Ainda se pode ver sobre a legislação de uso e ocupação do solo, questão da maior importância.

O nosso povo vive em cidades; 73% dos brasileiros vivem em cidades, 50 milhões de brasileiros vivem em 14 centros metropolitanos. Uma legislação forte e rígida sobre o uso e a ocupação do solo é decisiva. Há também algo dobre o saneamento ambiental, questão que tenho trazido muito ao Plenário.

São vários itens, Sr. Presidente, por exemplo, a abordagem da relação do Governo com a sociedade, os conselhos municipais – como o Conselho Municipal dos Transportes, área crítica nos centros urbanos –, a gestão democrática da educação, na qual acredito e que implantei; as leis de incentivo à cultura. Em Vitória mesmo, há a Lei Rubem Braga, instrumento de sucesso no apoio à cultura capixaba.

Há ainda abordagem e discussões sobre o orçamento participativo, algo que a cidade de Vitória realiza. Há políticos sérios e sinceros que duvidam desse método. Eu não duvido, porque o vejo como uma forma de compartilhar com o cidadão que paga os impostos a alocação desses recursos, criando até um campo de responsabilidade importante nas cidades.

No que tange à ouvidoria pública e aos requisitos para um projeto de desenvolvimento local, há a nova idéia de que as cidades disputam moradores, visitantes e investimentos. As cidades também devem tratar da questão do desenvolvimento econômico.

Então, são 125 dicas. Li apenas algumas – aproximadamente 18. Acredito sinceramente, Sr. Presidente, que são dicas muito úteis para esses homens e mulheres que agora estão pleiteando chegar

ao comando das administrações municipais e que podem encontrar no Brasil – não precisam ir ao exterior – exemplos de êxito no que diz respeito a ações na área social, no desenvolvimento urbano, na arrecadação e no controle social, a fim de implantarem boas administrações. Isso pode inclusive ser pensado do ponto de vista suprapartidário.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senador Paulo Hartung, falando em dicas, ocorre-me a possibilidade de discutir com V. Exª uma iniciativa da Câmara de Vereadores de Vitória. A legislação nacional fixa um máximo de vereadores, e as câmaras municipais fixam o número exato dos vereadores. A Câmara de Vereadores de Vitória resolveu reduzir o número de vereadores. É uma iniciativa única no Brasil. Geralmente, a tendência é de aumentar o número de vereadores. A Câmara de Vereadores de Vitória, no entanto, reduz o número suportado legalmente. A legislação estabelece o máximo e o mínimo, mas não fixa a quantidade exata. Essa é uma dica interessante da cidade da qual V. Exª foi Prefeito e uma iniciativa interessante, pioneira, diferenciada da Câmara Municipal. Recebi essa comunicação e um pedido do Presidente da Câmara Municipal para divulgar essa iniciativa no plenário do Senado. Aproveito a oportunidade, num aparte a V. Exª, que discute dicas de iniciativas municipais, para trazer essa informação, dando-lhe a possibilidade de comentá-la.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES) – Senador Roberto Requião, V. Exª traz um assunto muito importante. O Senado já estudou esse assunto. Eu não estava aqui na época, mas, se não me engano, foi o ex-Senador Esperidião Amin, atual Governador de Santa Catarina, que cuidou da questão.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – O ex-Senador Esperidião Amin cuidou das despesas das câmaras municipais, e o Senador Álvaro Dias discutiu o número de vereadores. Mas o inusitado dessa iniciativa da Câmara de Vitória é que ela mostrou que a iniciativa do Senado não é fundamental, não é condição *sine qua non* para a adaptação de uma Câmara à realidade do Município, e a iniciativa dos próprios Vereadores pode resolver esse problema, se é que é um problema, em determinados Municípios.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES) – É a isso que eu queria chegar. Esta instituição já se debruçou em cima dele e prevaleceu aqui no Senado – tentei ler

as notas taquigráficas - a idéia de que fundamental não era tanto discutir quantos Parlamentares deveria haver em cada Câmara Municipal, mas sim tentar limitar os gastos. Nesse ponto, gostaria de dar uma dica: Vitória, Senador Roberto Requião, é um caso de sucesso em termos de gasto no Legislativo. Desde a gestão importante do Vereador César Colnago na Presidência da Câmara Municipal, mudou essa relação. Vitória despende, com a sua Câmara Municipal, 2,6% do orçamento. No dia em que discutimos e aprovamos essa lei, comentei que muitos Municípios iriam se adequar a ela, menos Vitória, porque, pela população que tem, está gastando muito menos do que a lei autoriza. Essa não é uma decisão de um ou outro Vereador. Vitória tem um movimento popular muito forte: os seus 81 bairros têm organização popular e um conselho popular que fiscaliza o Prefeito e os Vereadores. Essa interação possibilitou a diminuição dos gastos do Legislativo, que, em alguns Municípios do Espírito Santo, estavam beirando 17%, 18%, 20%.

Senador Roberto Requião, é muito importante dimensionar essa questão. Simplesmente reduzir a representação - e V. Ex^a, inclusive, foi nessa direção - pode não ser a melhor solução, porque é importante que as diversas regiões de uma cidade - fui prefeito e conheço isso muito bem - sintam-se representadas no Legislativo municipal, que discute o uso e a ocupação do solo, o orçamento e as leis municipais.

Então, podemos caminhar aperfeiçoando essa questão, mas creio que a medida correta foi tomada pela população de Vitória nos últimos anos - durante a minha administração, inclusive, houve muita cobrança em cima da Câmara Municipal -, que conseguiu controlar os gastos municipais com a Câmara. Além de a população conseguir esse feito, conseguiu também direcionar esses recursos para áreas fundamentais da cidade, como a educação. Vitória é a capital que mais despende recursos com a educação pública fundamental.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) - Mas, de qualquer forma, são duas iniciativas convergentes.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES) - Claro! E isso pode ser discutido.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) - A redução dos gastos é fundamental. Vitória está gastando três ou quatro vezes menos, por exemplo, do que a capital do meu Estado, Curitiba. E essa iniciativa de reduzir o número de Vereadores pode ser discutida, mas, de qualquer forma ...

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES) - Precisa ser discutida, porque há o problema da representação das minorias na cidade. Há uma complexidade ...

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) - De qualquer forma, é uma demonstração não corporativa da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória, o que é extraordinariamente positivo. Creio que não devíamos diminuir, nos dois casos, a postura dos Vereadores, porque pressão popular, às vezes, não adianta nada, Senador. Ontem, o Congresso Nacional votou um salário mínimo sem-vergonha de R\$151, com 20 mil pessoas aí na frente, além do desagrado e do desacordo do País inteiro, que quer retomar o desenvolvimento, o que só é possível com o aumento do salário básico. Mas as negociatas, os cargos - os jornais, hoje, falam na doação de cem mil casas populares para um Estado - gritaram e falaram mais alto do que a consciência do Parlamento e a pressão do povo brasileiro. Então, fica o destaque para os Vereadores, que, com ou sem pressão, são capazes de votar por iniciativas que melhoram a imagem do Legislativo municipal de Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Fazendo soar a campainha) - Apesar da importância do tema, Senador Paulo Hartung, de acordo com o Regimento Interno, peço para V. Ex^a concluir.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS - ES) - Vou concluir em poucos segundos.

Queria dizer, Senador Roberto Requião, que eu, como uma liderança da cidade de Vitória, tenho orgulho de a cidade estar debatendo essas questões. Acredito que ajudei a plantar alguma semente para que a cidade estivesse na contramão do que está acontecendo no País. Já despende pouco na Câmara e já discute uma redução de representação, que terá de levar em conta - e é isto que quero observar - a questão da representação de partidos minoritários na cidade, mas cujas presenças são muito importantes na Câmara Municipal.

Terminando, Sr. Presidente, o último parágrafo deste pronunciamento escrito e de improviso, queria dizer que todos esses esforços do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - de colocar à disposição das administrações municipais projetos, créditos, dicas e informações não seriam possíveis sem o valioso trabalho desenvolvido por uma Secretaria recentemente criada - digo recente porque foi no período que estava no Banco -, chamada Secretaria de Assuntos Fiscais. Muito desse trabalho tem o talento, a força, a convicção e a determinação de um grande técnico da Administração Pública,

de um servidor público, a quem dou o maior valor, porque já deu contribuições enormes à discussão da Constituinte, à discussão recente da Lei de Responsabilidade Fiscal. Refiro-me ao técnico José Roberto Afonso.

É esse o registro que eu queria fazer. Agradeço muito e carinhosamente esse excelente aparte que o Senador Roberto Requião acrescentou ao meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Apenas, Sr. Presidente, para confirmar a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – V. Exª ficará inscrito em segundo lugar para uma comunicação inadiável.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Na ordem das inscrições, passo a palavra ao eminente Senador Mauro Miranda, em permuta com a Senadora Marina Silva.

De acordo com o Regimento Interno, V. Exª, Senador Mauro Miranda, dispõe de até vinte minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto hoje a esta tribuna para tratar de um assunto que deve preocupar a nossa sociedade. Quero falar sobre as constantes agressões à natureza que vêm sendo praticadas na região do lago que foi formado pela barragem da Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa.

Na imensa área desse lago, que é o maior do Brasil em volume de água, vários crimes ambientais vêm sendo praticados, conforme denúncias que já havia recebido em meu gabinete, e de acordo com notícia publicada recentemente pelo jornal **O Popular**, de Goiânia. Atividades como desmatamento, mineração, pesca, carvoarias e loteamentos, praticadas de forma irregular e desordenada, têm ameaçado o

ecossistema do Lago de Serra da Mesa. E os prejuízos seriam fatais para Municípios importantes de Goiás, como Niquelândia, Uruaçu, Colinas do Sul, Campinaçu, Campinorte e Cavalcanti.

A contribuição da Usina de Serra da Mesa para o desenvolvimento de Goiás e do Centro-Oeste é inestimável. Além disso, com os seus 1.275 megawatts, Serra da Mesa acrescenta ganhos relevantes ao Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste e desempenha papel importante na ligação entre aquele Sistema e o Sistema Norte/Nordeste.

Serra da Mesa favorece, também, a regularização do rio Tocantins, proporcionando ganhos para as usinas localizadas a jusante, especialmente para a Usina Hidroelétrica de Tucuruí, no Pará. Ela também é marco inicial do aproveitamento do potencial hidroelétrico da Bacia do Alto Tocantins, que terá continuidade com a construção, em andamento, da Usina Luís Eduardo Magalhães, no querido Estado do Tocantins, e com a construção futura das usinas do Peixe e de Serra Quebrada, também no Estado irmão, Tocantins. E ainda temos, em Goiás, a usina de Cana Brava, com obras adiantadas.

Essas novas ofertas de energia vão permitir o desenvolvimento da mineração naquela região, com o aproveitamento das jazidas minerais de Niquelândia, Codemin e Barro Alto. Além disso, Serra da Mesa aumentou consideravelmente a confiabilidade do abastecimento de energia elétrica aqui no Distrito Federal e no Estado de Goiás.

No que diz respeito à agressão ambiental que a construção de toda usina pode provocar, a estatal Fumas Centrais Elétricas S.A., que tem longa tradição de projetos de reparação do meio ambiente, agiu segundo a sua tradição em Serra da Mesa, atuando de maneira comprometida com a preservação da natureza.

A Empresa tem compromissos com a Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás - Femago, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, e atua em 17 programas, que envolvem ações na área da conservação da fauna, monitoramento da ictiofauna e a gestão da questão indígena, entre outras.

É um contra-senso que, em meio a tantos benefícios e dentro de um projeto tão importante e tão bem estruturado, tenhamos que assistir passivamente a ações de depredação da natureza. Os números são expressivos, conforme dados da reportagem do jornal **O Popular**, que já mencionei: em apenas dois dias de fiscalização, com a ajuda de rastreamento aéreo, fo-

ram detectados 33 pontos de desmatamento; 6 áreas de mineração, especialmente extração de areia; 14 pontos de pesca; 7 carvoarias e 5 loteamentos clandestinos.

De acordo com aquela reportagem, num balanço parcial da ação de fiscalização, empreendida pela Agência Goiana do Meio Ambiente, Polícia Florestal e Polícia Militar de Goiás, haviam sido lavrados 37 autos de infração.

Uma unidade de extração de areia situada no Ribeirão Ouro Fino, afluente do Tocantins e um dos formadores do Lago, foi interditada e os equipamentos apreendidos. Também uma grande quantidade de material de pesca predatória, incluindo 266 redes e 300 quilos de peixe, foram confiscados.

Os 55 homens envolvidos nessas ações de fiscalização estão incumbidos de cobrir os 13 municípios dessa região, uma área evidentemente muito extensa. Apenas para dar uma idéia da sua extensão, a área do Lago de Serra da Mesa, aqui bem perto de Brasília, tem 1.784 quilômetros quadrados.

Ainda que contem com a ajuda de helicóptero e de modernos sistemas de geoprocessamento nas ações de vigilância, é preciso que essas ações se intensifiquem e se tornem permanentes. O próprio Presidente da Agência Goiana do Meio Ambiente, Paulo Souza Neto, anunciou, na matéria mencionada, a montagem de uma estrutura permanente de fiscalização no local. Ele também reconheceu a necessidade de colaboração dos municípios da região, sem o que não haverá sucesso das ações de preservação ambiental.

Trago esse assunto a esta Casa, Sr. Presidente, porque tenho uma dívida forte com o Congresso Nacional, que, em hora decisiva, fez autorização e a liberação do Rima para que a Usina de Serra da Mesa fosse acionada em momento crucial, há dois anos atrás.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se pode ficar apenas nas palavras ou em ações ocasionais. O Lago de Serra da Mesa precisa ser protegido de maneira eficaz e permanente. Na verdade, a usina já está em funcionamento pleno desde outubro passado e somente agora é que as autoridades responsáveis falam em estrutura de fiscalização permanente no local.

É preciso agir rápido, pois muitos danos ambientais são irreversíveis. Que sejam feitos os entendimentos necessários com as prefeituras dos Municípios envolvidos, que se busquem os meios necessários para que haja uma vigilância permanente para a preservação ambiental daquela área. O que não se pode

é continuar permitindo a ação deletéria dos que não têm compromisso com o meio ambiente.

Esta era a manifestação que desejava fazer e a satisfação que devia a esta Casa, Sr. Presidente, reiterando os termos do pronunciamento que fiz em dezembro passado, pedindo providências às autoridades competentes sobre esse assunto. Espero que estes alertas não caiam no vazio e sirvam para fazer com que a ação da fiscalização seja eficaz e permanente, em benefício da preservação ambiental que a nossa sociedade merece, especialmente a minha gente querida de Goiás.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Na sequência dos Srs. Senadores inscritos, concedo a palavra ao eminente Senador Álvaro Dias, por vinte minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa projeto de resolução que tem a pretensão de contribuir para que se acabe no País com a chamada guerra fiscal, envolvendo as Unidades da Federação.

Esse projeto de resolução estabelece alíquotas de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

Sr. Presidente, o Senado é, por força da Constituição, o mediador oficial da chamada guerra fiscal entre os Estados. E mediador, até agora, absolutamente omissivo, que tem assistido como mero espectador a briga entre os Estados pela atração de investimentos. O vínculo federativo é sustentado, sobretudo, pelo convívio harmônico entre as Unidades Federativas, convívio profundamente afetado pela guerra fiscal.

Há muitos anos, esta Casa vem assistindo impassível à deletéria guerra fiscal que tem como consequência maior o grave prejuízo aos cofres públicos das Unidades Federativas e a escassez de recursos à disposição dos governantes para satisfazer as necessidades mais prementes da população nas áreas de saúde, educação, aplicação, segurança e outras não menos importantes.

Na luta pela atração de investimentos produtivos, os Estados não hesitam em abrir mão de sua principal fonte de receita, o ICMS, o que acarreta prejuízo não só à sua própria população, mas também

aos demais entes federativos. Desconhecem, por completo, a Constituição e a Lei Complementar nº 24, de 1975, que condiciona a concessão de qualquer modalidade de benefício fiscal com base no ICMS à aprovação unânime dos Estados e do Distrito Federal, fazendo-nos parecer que não existe solução capaz de pôr fim a esse estado de beligerância.

Não é essa, porém, a verdade. Esta Casa tem amplos poderes, conferidos pela Constituição, para impedir que os Estados continuem a utilizar o ICMS - imposto de natureza predominantemente arrecadatória - como o principal instrumento a serviço da desleal guerra fiscal.

Os incisos IV e V, letra "a", do § 2º do art. 155 do Diploma Supremo dão competência ao Senado Federal para fixar, mediante resolução aprovada pela maioria absoluta dos seus membros, respectivamente, as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais, e as alíquotas mínimas nas operações internas. Destarte, competência não nos falta.

A combinação do princípio do destino nas operações interestaduais com uma alíquota interna mínima, sugerida pelo nobre Deputado Luiz Carlos Hauly e aqui proposta, irá, sem dúvida, desativar a principal arma utilizada na guerra fiscal. De fato, sem poder abrir mão do imposto incidente nos dois lados das operações interestaduais e estando obrigados a cobrar o imposto mediante o uso de uma alíquota mínima nas operações internas, os Estados estarão privados da utilização do ICMS como instrumento de atração de investimentos, voltando o imposto a desempenhar sua verdadeira vocação, que é a de prover os cofres públicos dos recursos necessários ao bem-estar da coletividade.

Esses recursos hoje faltam para a saúde pública, para a educação, para a habitação popular, para a segurança pública e são repassados a grandes empresas multinacionais, que, atraídas por esses benefícios, instalam montadoras - refiro-me ao setor automobilístico -, plantas pequenas, que oferecem escassos empregos e, como retribuição, amplos incentivos fiscais e benefícios financeiros para valorizar o seu próprio patrimônio, em detrimento do interesse da população de cada Estado que pratica esse tipo de política de desenvolvimento - aliás, política caolha de desenvolvimento econômico, que, na verdade, acaba por comprometer exatamente o desenvolvimento social.

De outro lado, a adoção do princípio do destino é imperativo dos modernos sistemas de tributação, não mais se admitindo a exportação de tributos. Ora, se a exportação, para o exterior, de qualquer merca-

doria ou serviço é feita sem a incidência de qualquer tributo, por que tributar as operações interestaduais? Afinal, o Brasil lidera a criação de um bloco econômico que tenderá, em breve, para a ampla abertura de suas fronteiras aos demais parceiros e não poderá continuar a conviver com um imposto anacrônico, devendo, ao contrário, criar um mercado interno onde não se exportem tributos.

Sob a ótica econômica, não é justo que os Estados produtores - justamente os mais desenvolvidos - continuem a auferir receitas tributárias derivadas de bens consumidos nos Estados mais pobres. Daí a necessidade da adoção do princípio do destino relativamente ao ICMS.

Não propomos, porém, a vigência imediata da alíquota zero nas operações interestaduais. Tivemos o desvelo de propor a transferência do imposto para o destino de forma gradativa, reduzindo-se a alíquota interestadual à razão de um por cento a cada ano, a fim de evitar uma perda demasiadamente brusca de receitas por parte dos Estados exportadores de mercadorias, bem assim de permitir que as unidades da Federação, aos poucos, adaptem-se às novas regras e desenvolvam sistemas eficazes de controle do imposto e de combate à sonegação.

São alguns motivos, Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, que nos levaram a propor esse projeto de resolução, certamente merecedor de amplo debate nesta Casa, para que haja o seu aprimoramento e a correção de possíveis e inevitáveis equívocos, sobretudo porque, no que diz respeito à política tributária, muitas vezes o que interessa a um Estado não interessa a outro, em função de peculiaridades econômicas localizadas. Afinal, este é um País continente, com diferenças regionais de profundidade, que tornam complexa a adoção de uma política tributária que estabeleça no País a justiça fiscal.

Mas é importante destacar que estamos procurando, com esse projeto de resolução, exercer uma das nossas funções: por força da Constituição, somos o mediador oficial dessa chamada guerra fiscal.

O equívoco dessa política de estímulos fiscais a grandes empresas, especialmente as multinacionais, já se faz sentir nos índices de crescimento de produção industrial nos diversos Estados da Federação.

Vivemos, há pouco tempo, o episódio do Governo do Rio Grande do Sul, que dispensou a instalação de uma montadora da Ford no seu Estado. Ao contrário, o Paraná ofereceu todos os benefícios possíveis e imagináveis para atrair algumas montadoras.

Nos meses de janeiro e fevereiro, dados oficiais revelaram um crescimento da produção industrial em torno de 15% no Rio Grande do Sul e uma queda brutal, inédita para o Estado do Paraná, de pouco mais de 13% no mesmo período. Com isso, o Paraná alcançou o segundo pior desempenho do País em matéria de produção industrial.

Isso revela claramente os equívocos da política ou da ausência de política de desenvolvimento industrial no meu Estado, já que alguns governantes preferem "inventar a roda" e acabam se dando mal, porque contrariar a vocação econômica natural de um Estado é cometer equívoco histórico, com consequências sociais dramáticas, sobretudo para a população trabalhadora.

Cresce o número de desempregados, as oportunidades de trabalho se tornam cada vez mais escassas, há um empobrecimento, a arrecadação é comprometida, e os governantes acabam praticando a política da incompetência, com antecipação de receita ilegal e imprópria, afrontando resoluções e, sobretudo, agora, a Lei de Responsabilidade Fiscal. É feita antecipação de royalties e de ICMS, como se fosse correto, além de comprometer o presente, arruinar o futuro, inviabilizando futuras administrações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que esse projeto de resolução mereça a devida atenção de V. Ex^{as} e que se inicie, por seu intermédio, um debate profícuo nesta Casa, para que alterações da norma legislativa venham a impedir que Estados brasileiros cometam os equívocos cometidos hoje, com essa estúpida guerra fiscal que não beneficia ninguém. Na verdade, nessa guerra fiscal, não há vencedores, porque quem acaba perdendo é a população do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma contribuição modesta que estamos oferecendo a esse importante debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Como sou o próximo orador inscrito, por permuta com a Senadora Marina Silva, peço ao nobre Senador Ramez Tebet que presida esta sessão.

O Sr. Casildo Maldaner, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, com muita satisfação e muita honra, ao eminente Senador Casildo Maldaner, por permuta com a eminente Senadora Marina Silva.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para tecer alguns comentários - e não haverei de me demorar - sobre o Banco do Estado de Santa Catarina, quanto às conclusões de uma Comissão Parlamentar de Inquérito cujos trabalhos, nesta semana, culminam com um relato que nos deixa, os catarinenses, sinceramente estupefatos.

Faço esta análise, Sr. Presidente, nobres Colegas, porque, no apagar das luzes da Legislativa do ano passado, em 14 de dezembro, antes de entrarmos em recesso, praticamente arrancou-se uma autorização desta Casa para que o Governo Federal, por intermédio do Banco Central, injetasse no Banco do Estado de Santa Catarina cerca de R\$2 bilhões, a fim de sanear-lo. Esses recursos são de tal ordem, Sr. Presidente, que os catarinenses demorarão trinta anos - praticamente uma geração - para devolvê-los, com os juros devidos, ao Governo Federal. De acordo com o Governo de Santa Catarina, em sintonia com o Banco Central, esses recursos seriam utilizados para sanear o Banco. No entanto, especula-se que, como aconteceu com o Banerj, no Estado do Rio de Janeiro, e com outros bancos, o Banco de Santa Catarina seria vendido por R\$300 ou R\$400 milhões.

Por isso, os catarinenses já estão se perguntando: "Como vamos ficar? Vamos ficar com uma dívida durante uma geração? Vamos ficar sem o banco e com uma dívida de cerca de R\$1,7 bilhão para ser paga em trinta anos? Que negócio é esse?"

Não bastasse isso, Sr. Presidente, a Comissão Parlamentar de Inquérito concluiu - com graves relatos, que comprometem autoridades estaduais, inclusive o atual Governador, pois, em uma outra gestão sua no mesmo cargo, o banco já sofrera intervenção - que os prejuízos foram causados pela má administração no exercício de 1998/1999, conforme indícios de um mapeamento e de um balanço que o Banco Central acaba de anunciar.

Sr. Presidente, essa CPI não foi proposta pela Oposição - é bom que se diga isso a esta Casa - e, sim, pela base governista do Estado. Quero anunciar à Casa, Sr. Presidente e nobres Colegas, que, na próxima semana, haverei de trazer as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, que as está enviando ao Ministro da Fazenda, ao Presidente do Banco Central, à Procuradoria-Geral da República e ao Presidente desta Casa.

É bom que se diga também que o relatório foi aprovado por unanimidade. Também trarei a proposta

que nós de Santa Catarina haveremos de fazer à Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Ney Suassuna, aqui presente, de que se recomenda à área econômica do Governo Federal, especialmente ao Banco Central, que, enquanto não se esclarecer isso e não se der transparência a todo esse processo, os recursos destinados ao Banco sejam sobrestados.

Num passado recente, no caso dos títulos dos precatórios, a Comissão de Assuntos Econômicos recomendou ao Banco Central que bloqueasse um valor muito menor, de cerca de R\$300 milhões, o que, perto do que se vai alocar ao Banco do Estado de Santa Catarina, não representa coisa alguma.

Queremos, inclusive, que a eminente Presidência dessa Comissão, se necessário, ouça as autoridades catarinenses e os representantes da Assembléia e da Comissão, para que haja um debate amplo e se chegue à conclusão de que, de fato, é necessário sobrestarem-se os recursos até que se clareie a situação, para que toda uma geração não se comprometa com essa dívida.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB - PB) - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Com muita honra, ouço V. Exª.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB - PB) - Nobre Senador Casildo Maldaner, o caso de todos os bancos estaduais, não especificamente o de Santa Catarina, está preocupando muito os membros desta Casa e, principalmente, os da Comissão de Assuntos Econômicos. A grita é geral, pois as dívidas de todos os bancos que sofreram intervenção e tiveram alguma forma de Raet explodiram. Estamos vivendo o problema de Rondônia, do Paraná, de Santa Catarina e de Alagoas. São muitos os bancos em situação semelhante à presente, embora vários casos já tenham sido resolvidos. Isso merece um estudo mais profundo por parte da Comissão de Assuntos Econômicos. As preocupações que V. Exª expõe da tribuna sobre esse assunto específico de Santa Catarina procedem, porque os Estados, de repente, são obrigados a receber uma massa que os torna inviáveis. Vejamos, por exemplo, o caso de São Paulo, para onde se remeteram quase R\$50 bilhões. O Estado de São Paulo, ainda assim, apresenta problemas, como muitas. Isso é incrível, na medida em que, às vezes, o próprio banco multa o seu gestor ou a sua gestão. São questões difíceis de serem compreendidas. Registre as ponderações de V. Exª e levarei esse problema à Comissão, para que haja

um aprofundamento dessa discussão. O que nós, do Senado da República e, especificamente, da Comissão de Assuntos Econômicos poderemos fazer em relação a uma questão que se está generalizando pelo Brasil? Nobre Senador Casildo Maldaner, os bancos, que eram fator de desenvolvimento, passaram, repentinamente, a ser as âncoras que estão levando o barco para o fundo. O que aconteceu? Queremos ter uma idéia clara do que aconteceu. Isso é impressionante. No caso do Beron, por exemplo, verificamos que, apenas em termos de juros de mercado, num organismo débil como era o referido banco naquela época, foram concedidos R\$160 milhões a um Estado cuja arrecadação é de menos de R\$50 milhões por mês. O que V. Exª diz procede. Vamos levar o assunto à Comissão de Assuntos Econômicos, vamos aprofundar a discussão desse tema, para analisarmos sobre o que pode ser deliberado como solução para esse problema, que se está tomando crônico no Brasil. Parabéns a V. Exª. O assunto é de muita importância para a economia deste País.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Recolho as ponderações de V. Exª e espero que a Comissão de Assuntos Econômicos esclareça esse assunto. Na próxima semana, nobres Colegas, apresentarei essas ponderações, as minhas sugestões e o resultado obtido pela Comissão de Parlamentar de Inquérito à Comissão de Assuntos Econômicos.

Que se convidem a direção do banco, o responsável pelo Banco Central e os membros da CPI, a fim de que se conscientizem de que não é possível, diante das conclusões da CPI, investirem-se mais de R\$2 bilhões num banco e, em seguida, entregá-lo por R\$300 milhões a um grupo particular! Repito que isso não é possível. A sociedade está-se revoltando. Vamos ficar sem o banco e com uma conta de aproximadamente R\$1,7 bilhão para ser paga por uma geração inteira. Seremos cobrados pela sociedade e poderemos ser responsabilizados se não discutimos a questão neste momento.

O Sr. Álvaro Dias (PSDB - PR) - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Com muita honra, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Álvaro Dias (PSDB - PR) - Senador Casildo Maldaner, incorporo a justa indignação de V. Exª para fazer uma sugestão. Sem dúvida, este é um País de grandes escândalos; não há quem ignore isso. Entre os grandes escândalos nacionais, certamente estão os dos bancos estaduais. Há histórias de corrupção, de irresponsabilidade e de incom-

petência administrativa. A sugestão que faço a V. Exª é a de que se inicie, nesta Casa, uma campanha pela instalação de uma CPI para apurar as irregularidades praticadas nos bancos estaduais. Quem sabe poderemos apurar as irregularidades praticadas nos bancos de Alagoas, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Paraná? Segundo V. Exª, foram emprestados mais de R\$2 bilhões em Santa Catarina. No Paraná, mais de R\$6 bilhões foram enterrados pela ação de desonestidade e incompetência dos administradores públicos. Há o caso atual de São Paulo, que está sub judice, que ainda não foi resolvido. Nobre Senador Casildo Maldaner, creio que se justifica a instalação de uma CPI para apurar as irregularidades dos bancos estaduais, já que a população está pagando caro pela incompetência e pela desonestidade dos governantes. O Banerj tomou empréstimos oficiais de mais de R\$3 bilhões, para ser privatizado por R\$300 milhões. O Banco do Estado do Paraná fez empréstimos de mais de R\$6 bilhões - que o povo pagará em trinta anos -, para ser privatizado, quem sabe, por R\$500 milhões. Essa é a lógica do absurdo e do incompreensível! O Banco Central não exerceu sua função de fiscalizar os bancos estaduais, permitindo que eles chegassem a essa situação. Portanto, é preciso instalar uma CPI para apurar as responsabilidades!

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Senador Álvaro Dias, as ponderações de V. Exª têm nexos.

Recordo-me da questão de Alagoas, exposta aqui ainda nesta semana. A Senadora Heloisa Helena apresentou a tese de que houve uma gestão compartilhada com o Banco de Alagoas. Havia algo em torno de R\$22 milhões, mas, agora, esse valor é de aproximadamente R\$400 milhões. E querem fazer com que o Estado assumisse esse compromisso, responsabilizando os alagoanos junto ao Governo Federal! Vejam bem: era uma gestão compartilhada, e o ônus e a responsabilidade caberiam somente aos alagoanos. Foi uma gestão compartilhada, e o Governo Federal, que participa do processo, exime-se de tudo. Isso não é possível. É um outro indicador de que, talvez, caberia uma CPI para analisar essas questões.

O Sr. Osmar Dias (PSDB - PR) - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Concedo, com muita honra, o aparte a V. Exª.

O Sr. Osmar Dias (PSDB - PR) - Senador Casildo Maldaner, tenho acompanhado a corajosa luta empreendida por V. Exª em defesa do seu Esta-

do, já que, evidentemente, os espaços que a mídia oferece a quem faz uma operação de socorro a um banco são bem maiores do que os oferecidos a alguém que pretende defender as finanças e o futuro de um Estado. Dizia V. Exª que o Estado de Santa Catarina emprestou ao banco cerca de R\$2 bilhões e que vai vendê-lo por R\$300 milhões. Veja como neste País vale a pena ser dono de banco e não agricultor! Hoje, no jornal *O Estado do Paraná*, li uma notícia a respeito de uma família de agricultores, dona de uma propriedade de 29 alqueires, que foi despejada de sua propriedade - seus pertences foram colocados na estrada - porque deixou de pagar um débito junto ao Banco de Crédito Nacional, uma dívida contraída em 1986. Veja V. Exª: uma dívida de R\$300 mil é motivo de despejo de toda uma família. Não sei o que fará agora o Sr. Carlos Alberto Pereira Rosa. Certamente, se ele fosse banqueiro, Senador Casildo Maldaner, além de receber do Governo uma ajuda, ele teria um prazo de trinta anos para pagar a sua dívida, com juros de 6% ao ano, o que, certamente, o Senado Federal, por intermédio da Comissão de Assuntos Econômicos, aprovaria com a maior urgência. Mas, como é agricultor, ele é despejado, enquanto os bancos e os banqueiros são socorridos. Essa é a regra que está em prática no País! Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Nobre Senador Osmar Dias, o exemplo citado por V. Exª é claro. Naturalmente se se tratasse de alguém mais influente, talvez o banco o colocasse na coluna ou na respectiva cessão de crédito e liquidação e deixaria de cobrar a dívida ou, no mínimo, faria uma composição, a longo prazo, como é de costume. Mas, como se trata de um pequeno produtor, há esse descaso.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB - SE) - Senador Casildo Maldaner, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Sr. Presidente, a questão de Santa Catarina é grave. A população está revoltada com o que foi apresentado pela CPI, que é suprapartidária, com a maioria da base do Governo. A CPI apresenta escândalos dessa ordem, que envolvem má gestão. O interessante é que o banco gerava lucros. No entanto, agora, para arrumar dinheiro, comprometeu uma sociedade e toda uma geração.

Sr. Presidente, não é possível que o Governo Federal injete R\$2 bilhões nesse banco quando, de antemão, já se sabe quem vai ficar com o banco! No mini-

mo, deve ser feito o sobrestamento desses recursos até que se torne transparente essa questão apresentada pela CPI em Santa Catarina.

Ouçó, com muita honra, o eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB - SE) - Senador Casildo Maldaner, como sempre V. Ex^a aborda nesta Casa matéria relevante, demonstrando, mais uma vez, que o Sistema Financeiro Nacional precisa de mais controle e fiscalização, haja vista que - somente vou citar um exemplo, além daquele já referido pelo Senador Osmar Dias -, no setor de empréstimos ou financiamentos imobiliários, há uma complacência escandalosa do Governo Federal, da União, uma vez que se exige que os bancos particulares, que têm o direito de captar recursos de poupança da população, apliquem pelo menos 60% dos recursos arrecadados com a poupança na área de habitação. Segundo reportagem veiculada há poucos dias no **Jornal do Brasil**, o próprio Banco Central reconhece que, das 46 instituições que lidam com as cadernetas de poupança particulares, pelo menos nove estão em situação irregular. No total, ao invés de aplicarem 60% dos recursos, o que é exigido em lei, aplicam-se apenas 30%. Isso quer dizer que mais de R\$15 bilhões, no ano passado, foram transferidos para os bancos, que receberam o dinheiro na base de 8% e o aplicaram no mercado a 19% ou 20%, de acordo com as taxas determinadas pelo Banco Central. Sr. Presidente, há uma complacência, porque o próprio Banco Central e o Conselho Monetário Nacional criaram mecanismos que abrem brechas para que os bancos digam: "Não aplicamos em habitação. Fulano de tal não pagou. Determinados fundos, já extintos, como o do Banco Nacional de Habitação, são utilizados como compensação de crédito para que os bancos não cumpram os 60%". Enfim, se houvesse uma lei que coibisse esses abusos e se pelo menos 85% dos depósitos em cadernetas de poupança fossem realmente aplicados, o déficit habitacional deste País seria substancialmente reduzido. V. Ex^a tem razão. O Sistema Financeiro Nacional não tem controle, não é fiscalizado. Os bancos fazem o que querem e obtêm lucros exorbitantes, enquanto a população fica sem habitação. A Caixa Econômica Federal e os demais bancos do Sistema Financeiro Habitacional expulsam os moradores de apartamentos e de casas caso haja atraso no pagamento por um período de três meses. Os jornais estão repletos de notícias divulgando que mutuários estão perdendo seus imóveis por falta de pagamento. Por outro lado, para os

bancos não há problema algum. Para eles, há privilégios. Mas a população fica cada vez mais pobre e para ela ficam as consequências dessa política danosa.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) - Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, as ponderações. São questões que aparecem no Brasil inteiro.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Colegas, quero ponderar, finalmente, o caso do Estado de Santa Catarina, que é grave e que aconteceu em razão de uma justificativa que convenceu a Maioria, apesar dos protestos e do esforço extraordinário que aqui fizemos. Mas, devido aos motivos aqui colocados e ao tráfico de influência, houveram por bem arrancar desta Casa autorização para injetar em torno de R\$2 bilhões - em valor da época - no Banco do Estado de Santa Catarina.

Naquela ocasião, eu alertava para o fato de que já havia uma CPI, proposta inclusive pela base do Governo. Pedia que esperássemos para ver se a operação era necessária, importante; que avaliássemos melhor a situação. "Vamos verificar qual o valor do banco no mercado. Não podemos comprometer a sociedade com uma dívida a ser paga em 30 anos".

Entretanto, prevaleceu a vontade da Maioria, que aprovou a destinação de recursos para sanear o Banco do Estado de Santa Catarina. Agora a CPI acabou de concluir seu levantamento, o que agrava ainda mais esse caso. O relatório foi aprovado por unanimidade. Não é possível ficarmos de braços cruzados diante dessa situação. De forma que o debate a ser realizado na Comissão de Assuntos Econômicos em torno desse tema terá como objetivo avaliar a situação e sustar a aplicação desses recursos até que o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República e as autoridades de direito façam uma auditoria e cheguem a uma conclusão. Constatou-se que os balanços não foram assinados pelos contadores, o que significa que foram fabricados, maquiados. Essa situação não é possível!

Aliás, descobrimos que parte desses recursos serão destinados a convênios que estão sendo firmados com empresas de auditoria e de contabilidade de outros Estados e com fundações, que irão avaliar a situação do banco, comprometendo esses recursos, tentando inventariá-los, gastá-los. De forma que é premente o sobrestamento desse volume de recursos o quanto antes, para defender ou salvar uma sociedade, uma geração que estaremos comprometendo, se assim permitirmos, por um período de 30 anos. Não é justo uma geração na ativa ficar pagando compromi-

sos dessa ordem para depois ficarmos sem o banco e com uma dívida de quase R\$2 bilhões.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

Espero que, na próxima semana, possamos chegar a uma conclusão em torno desse tema, pelo bem da sociedade, pelo bem dos catarinenses. Sei também que situações semelhantes acontecem em outros Estados da Federação.

Durante o discurso do Sr. Casildo Madaner, o Sr. Ramez Tebet deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Cândido. (Pausa)

Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet, por permuta com o Senador Maguito Vilela.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida alguma, os debates ocorridos nos últimos dias no Congresso Nacional, em especial aqui no Senado, foram muito ricos. Isso leva os responsáveis pelos destinos do País a fazerem, como creio que estamos fazendo, uma análise da situação atual, um retrato do que está acontecendo no Brasil.

O retrato dos últimos dias mostrou que quase nada está funcionando neste País, de fato. Quem abrir a Constituição Brasileira de 1988, a Constituição Cidadã, vai concluir que este País é uma maravilha de democracia. Democracia com relação ao Estado de Direito, não tenho dúvida. Porém, democracia com relação à cidadania, estou convencido de que temos muito a melhorar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque há uma insatisfação geral da sociedade. Estamos vendo, por exemplo, que propriedades, prédios públicos são invadidos; há violência no campo e na cidade. As famílias estão intranquílias. Vemos, por exemplo, que a educação está capengando.

Fiz uma viagem com o Ministro José Serra ao Estado de Mato Grosso do Sul, para socorrer a segunda cidade do Estado, onde pude sentir isso. Se há algum avanço na administração do setor da saúde, ainda há um longo caminho a percorrer, sem dúvida alguma. É o caso da habitação também. Em suma, trata-se de problemas sociais que nos fazem imaginar que só criando leis resolveremos os destinos do nosso País. Vejo a velocidade com que votamos as leis. Mas não se trata apenas da velocidade com que se votam as leis, mas da quantidade de leis que o Congresso Naci-

onal está votando para tentar resolver essa situação, como se as leis, por si só, fossem suficientes.

Democracia é governo de leis. Temos que ter leis. Estou convencido de que, para cada problema que o País enfrenta, apresentamos um projeto de lei para tentar resolvê-lo. Creio que, dessa forma, estamos agindo açodadamente, a ponto de, hoje, a nossa Constituição já estar na 27ª ou 28ª emenda constitucional. Estamos engessando os recursos deste País para resolver os nossos problemas. Estamos tentando vincular recursos constitucionais para destinar, por exemplo, uma porcentagem para a educação, o que é muito justo. Há uma emenda tramitando aqui, no Senado da República, com o objetivo de vincular recursos para resolver o problema da saúde. Ontem, votou-se nesta Casa, em primeiro turno, o projeto de lei que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, naturalmente, Sr. Presidente, na ânsia de resolver esse problema, mas com apoio na lei.

Pergunto, então, diante dos acontecimentos: isso, efetivamente, resolve? Sinceramente, tenho as minhas dúvidas. Quero o aprimoramento do sistema legal do País. Quero que haja reformas políticas. Quero uma reforma agrária justa. Mas com ordem.

Houve todos os problemas, todos os dramas sociais que o País atravessou. E vejo que não há necessidade de tantas leis para resolver os problemas. Por quê? Porque, com pressões ilegítimas, diga-se de passagem – na democracia, determinadas pressões são legítimas –, como as invasões de prédios públicos, dá-se crédito sem precisar de lei.

O Presidente da República reuniu líderes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e está prometendo recursos para esse setor. Acho justo dar recursos a quem quer trabalhar na terra e também a quem já está trabalhando nela. É algo justo e importante que o País deve fazer. E para o que não se está precisando de lei.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo que a situação que o País atravessa é realmente dramática, o que nos coloca em posição de refletir, e bastante. Estamos precisando de muito mais vontade política do que estamos demonstrando. Estamos mostrando vontade política na elaboração das leis, mas não estamos mostrando isso efetivamente na prática.

Não vejo, por exemplo, medidas efetivas serem adotadas para implementar o emprego no País, essas, sim, capazes de erradicar a pobreza, como, por exemplo, um verdadeiro estímulo às pequenas e médias empresas. Vejo que existe lei regulamentando esse assunto, mas não a vejo ser aplicada. Vejo o Simples,

mas não o vejo ser concedido a quem precisa. Vejo o anúncio de créditos à agricultura, mas não os vejo chegar lá na ponta. Portanto, precisamos de mais ação dos homens públicos, para que possamos solucionar parte dos problemas brasileiros.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Ramez Tebet, apesar das boas perspectivas que se delineiam, de uma fase de bonança que parece que vai atravessar a economia brasileira, a situação do País parece preocupante do ponto de vista político, devido à erosão que sofrem os três Poderes e a essa onda avassaladora de desordem, que pode se alastrar. Ainda hoje os jornais noticiam que foi aquela votação de ontem, mais uma vez, uma explosão de fisiologismo, com o jogo bruto do Governo pressionando parlamentares com ameaça de demissões e promessa de liberação de verbas, o que desgasta muito tanto o Congresso como o Executivo. Por outro lado, como V. Exª acentuou, há a onda de invasões do MST, que invade prédios públicos e mantém funcionários em cárcere privado. O Ministro da Justiça diz que é desvio de conduta. Uma série de crimes, desvio de conduta, Senador Ramez Tebet? E pior: vem o Ministro-Presidente de um Tribunal Federal dizer que a invasão de prédios públicos é natural, porque se trata de protestos contra injustiças, contra leis injustas. Levada às últimas consequências a tese desse juiz, quando o Tribunal Regional amanhã tomar uma decisão que o MST ou qualquer movimento popular considerar injusta, ele vai invadir o Tribunal. É o completo desmoronamento da autoridade neste País! De forma que me congratulo com V. Exª pelo seu pronunciamento. Sou um homem de oposição, sou um homem de esquerda, mas num Estado democrático de Direito não há que se ter, jamais, tolerância com violação da lei e prática de crimes.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou tentar responder. Agradeço imensamente o aparte do Senador Jefferson Péres, com o qual concordo, pois prova a minha tese de que temos leis. Agora, essas leis não são cumpridas.

Se, por um lado, entendo – V. Exª e a Casa também entendem – que é preciso aplicar a lei, também não podemos admitir, e fez bem o Governo em recuar, que, por causa de invasões, se fale em Lei de Segu-

rança Nacional, o que, positivamente, chegou a estremer-me completamente.

O Governo, por seus membros ou seus órgãos de segurança, não precisava falar em Lei de Segurança Nacional, se o Código Penal existe para ser aplicado! Que risco corria o Estado brasileiro? Que risco corriam as instituições brasileiras para se falar em Lei de Segurança Nacional? V. Exª, Senador Jefferson Péres, tem inteira razão.

Quero apenas dizer e insistir na tese de que, por exemplo, ontem, votamos o Fundo de Erradicação da Pobreza. Não estou convidando ninguém para o debate, porque o meu tempo está-se esgotando. Votei a favor do Fundo de Combate à Pobreza porque entendi que precisávamos sinalizar fortemente. Por que votaria contra, se está tudo vinculado? Isso já está extraordinariamente vinculado. A Constituição brasileira tem mais de vinte ou trinta vinculações. Mas não que eu acredite nisso. Acho que a população brasileira também não acredita que a lei que votamos ontem, caso venha a ser realmente aprovada nas duas Casas do Congresso, vá resolver ou mesmo minorar o problema da miséria no Brasil. Nós temos que ter a exata compreensão de que a miséria só vai ser solucionada mesmo no dia em que resolvermos os problemas sociais, entre os quais se acentua o do desemprego no Brasil. Isso, sim, é grave e exige a adoção de medidas. Essa é a questão fundamental.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, com muita honra.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, V. Exª mencionou a vontade política como necessária para solucionar os graves problemas que atormentam a sociedade brasileira. De fato, vontade política é o que falta ao Governo Federal para definir alternativas para o nosso desenvolvimento. Veja, por exemplo, a análise feita pelo Inesc a respeito da execução do Orçamento de 1999. Tenho aqui alguns dados referentes a esse estudo. Vou citá-los rapidamente, porque V. Exª já está no final de seu pronunciamento. Eles demonstram que falta realmente vontade política, que o Governo age com dois pesos e duas medidas. O Governo Federal assumiu, por exemplo, compromisso com o FMI de superávit primário igual a 2,6% do PIB. O Governo não rezou pela cartilha do FMI somente: aplicou-a a mais. Em vez de um superávit primário, no exercício de 1999, de 2,6%, tivemos superávit de 3,13%,

ou seja, de 913 milhões acima da exigência do FMI. Em compensação, quando se trata de vontade política para resolver os problemas sociais do nosso País, ele não age com a mesma preciosidade, com a mesma firmeza com que agiu em relação às exigências do FMI. Senão, vejamos: para realizar essa proeza de 3,13% do PIB de superávit primário, o Governo cortou recursos para investimento na reforma agrária. V. Exª mencionou que o pessoal do MST está invadindo propriedades, etc. Mas se o Governo não tivesse deixado de executar 77% de investimentos na área de reforma agrária será que estaríamos vendo o Brasil tão radicalizado nesse setor?! Tanta gente está morrendo, principalmente no interior, no Nordeste, por falta de saneamento básico. Pois o Governo deixou de aplicar 91% do orçamento desse setor. E 94% dos investimentos previstos para habitação o Governo deixou de aplicar. De sorte, Senador Ramez Tebet, que V. Exª tem razão. É preciso vontade política, porque lei existe. Não existia um orçamento? É uma lei! A lei existe. O que falta é o Governo definir prioridades, e a prioridade que o Governo colocou na cabeça é pagar a dívida, nem que o povo brasileiro morra nos hospitais, passe fome, o agricultor não tenha semente e nem financiamento. Quanto à reforma agrária, mais de 250 mil assentados foram abandonados e agora estão aí, sem habitação, sem programa de saneamento, de educação ou de financiamento. É uma questão de vontade política - V. Exª tem razão. Agradeço a V. Exª pela oportunidade que me dá de poder demonstrar, mais uma vez, que o Governo Federal está totalmente equivocado. Estou solidário com o seu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB - MS) – Senador Antonio Carlos Valadares, conheço a luta de V. Exª, que tem vindo à tribuna, repetidas vezes, em defesa dos interesses nacionais. Mas o que tem caracterizado V. Exª, a meu ver – permita um juízo de um Colega seu –, é a sua luta em favor da melhoria da saúde no Brasil. Não tenho dúvida.

Concordo com V. Exª quanto a um aspecto: não basta fazer reforma agrária entregando a terra para o cidadão. No entanto, é preciso também reconhecer, Senador Antonio Carlos Valadares, que há pequenos e médios agricultores que estão na terra, que também não têm crédito, mas já estão lá.

Quero dizer a V. Exª que, se defendemos a reforma agrária, queremos que esta seja feita realmente com êxito. Entretanto, também precisamos entender que não é bem assim como V. Exª falou em seu pronunciamento, porque o MST tem reconhecido clara-

mente que sua luta é ideológica e política. Eu quero o movimento em favor da conquista da terra, isso sim, mas não um movimento político e ideológico. Todavia, não existe apenas esse movimento. Os brasileiros têm direito a uma imensidão do território nacional, e V. Exª aí tem razão: é preciso vontade férrea e firme para realizarmos uma reforma agrária que melhore o sistema produtivo do Brasil e a qualidade de vida da nossa população.

Ainda ontem ouvi o pronunciamento do Senador Iris Rezende, no sentido de que não é apenas por meio das pequenas e médias empresas que podemos resolver o problema de emprego no Brasil. Sou daqueles que acreditam que uma das saídas para o nosso Brasil é deixar o homem no campo, evitar o êxodo rural, levar o homem de volta ao campo. Assim, podemos realmente contribuir para diminuir o nível de desemprego que existe no nosso País.

Sei que estou no final do meu pronunciamento. Quero agradecer a atenção com que me ouviram e manifestar a minha convicção de que as coisas precisam mudar rapidamente no Brasil. Nós precisamos atentar para o essencial, para aquilo que é básico para a sociedade brasileira, porque o quadro que presenciávamos, nos últimos dias no Brasil, do ponto de vista social, não foi nada alentador; muito ao contrário, foi desanimador. Isso nos chama a atenção e nos convida a uma reflexão séria e profunda, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Existem duas comunicações inadiáveis que poderemos atender, se forem realmente breves, ou após a Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Também serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Roberto Requião para uma comunicação inadiável.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço esta comunicação so-

bre dois projetos de lei, que são terminativos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e não virão ao Plenário; eles já estão aprovados. Um é um projeto de minha autoria, com pequenas modificações, que o melhoraram sobremaneira, dos Senadores Sérgio Machado e José Fogaça. Trata-se do projeto que estabelece o sistema misto para as eleições parlamentares no Brasil: 50% das vagas preenchidas por listas partidárias, definidas na convenção dos partidos políticos, e 50% das vagas definidas numa lista aberta, semelhante à que funciona hoje no Brasil.

A legenda, ou seja, o quociente eleitoral é garantido pelos votos na lista partidária, valorizando, de forma absoluta, o comportamento do partido político. Mais ainda: como o número de candidatos a serem eleitos na lista proporcional depende do voto de legenda, os candidatos inscritos na lista proporcional se obrigam a viabilizar votos e a realizar campanha para o partido político que representam.

O Senador Sérgio Machado foi autor da emenda que vinculou o quociente exclusivamente ao voto partidário, reforçando a vida política no Brasil. Trata-se de emenda extremamente pertinente e interessante. O Senador José Fogaça introduziu algumas emendas também relevantes, como a que se refere à obrigatoriedade de 30% de mulheres nas listas e de que estas participem na mesma proporção da cabeça da chapa, a fim de que não sejam colocadas numa posição que as tornaria meros adereços de uma lista fechada, sem possibilidade eleitoral.

Além disso, de forma terminativa na mesma Comissão, aprovou-se um projeto de minha autoria que acaba com a possibilidade, hoje existente, de os juízes condenarem cidadãos brasileiros por crime de opinião quando estes criticarem administrações municipais, estaduais ou a administração nacional. São modificações introduzidas no Código Eleitoral que descriminam definitivamente a exposição e a tomada de opiniões nos meios de comunicação – rádio, televisão, jornais e mesmo panfletos.

Andou bem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Acredito que, nesses projetos de minha autoria, as alterações são pertinentes. Por exemplo, no projeto que modifica o Código Eleitoral, o Senador Roberto Freire fez uma alteração, ampliando de modo absoluto a liberdade de opinião dos brasileiros.

No entanto, encerro essa breve comunicação com um posicionamento que quero tomar em Plenário. Estou fatigado e mesmo aborrecido com a postura de grande parte da imprensa brasileira e do próprio Congresso Nacional, de fazer julgamentos de palavras mais

ou menos duras proferidas no plenário do Senado. Parece que os que censuram alguns destemperos verbais pretendem ver o Congresso Nacional transformado numa espécie de sepulcro caiado, Senadora Heloisa Helena: por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento.

Quebra de decoro parlamentar é o Governo Federal comprar votos em troca de emendas para obrigar o Congresso Nacional a votar os miseráveis R\$151 de salário mínimo. Quebra de decoro parlamentar é a Liderança do PMDB da Câmara dos Deputados retirar o Deputado paranaense Gustavo Fruet da Comissão de Constituição e Justiça, porque se recusava a obedecer à orientação dos Ministros peemedebistas do Governo e votar um salário mínimo ridículo, contra a sua consciência. Quebra de decoro parlamentar é o Senado da República votar a condução da Srª Tereza Grossi ao Banco Central, depois de ter sido apresentado e aprovado um relatório que a incrimina em cinco artigos do Código Penal.

Não podemos tomar a forma pelo conteúdo. É preciso varrer do Congresso Nacional essa visão moralista pobre, essa visão udenista do que seja ou não decoro. Temos de nos preocupar com o conteúdo.

Já disse, em determinado momento, que, olhando a abóbada do Congresso Nacional e do Senado da República, tive, durante a votação da conversão dos precatórios em títulos, em letras do Tesouro Nacional, a impressão de estar dentro de um gigantesco forno a lenha, onde, sob a batuta do mestre pizzaiolo, que é o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se assavam as pizzas do decoro, verdadeiras hóstias da corrupção, verdadeiras medidas que serviram apenas para favorecer mercado financeiro e bancos que participaram da cadeia da felicidade.

Sr. Presidente, eram essas as palavras, uma comunicação e um desabafo. O decoro parlamentar não é o destempero momentâneo de um Parlamentar indignado que utiliza uma palavra mais ou menos áspera. O decoro parlamentar diz respeito ao conteúdo das decisões. E, na madrugada de ontem, quebrou-se o decoro parlamentar do Congresso Nacional ao votar-se, por imposição do Executivo, um salário mínimo ridículo e absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pretendo comunicar a apresentação de um projeto de lei que muda uma questão essencial no País. Discutimos, durante muitos

meses, o problema da guerra fiscal e suas consequências, inclusive o Governador Mário Covas esteve na Comissão de Assuntos Econômicos e deu todas as razões pelas quais S. Ex.^a é contrário à guerra fiscal. Nada foi feito para deter a guerra fiscal que, em rápidas palavras, significa incentivos concedidos por determinados Estados para atração de empresas que, normalmente, acabam prejudicando essas concessões, não apenas os Estados concorrentes, mas até mesmo os Estados concedentes desses benefícios fiscais.

No Paraná, por exemplo, tivemos fatos que comprovam o que estou dizendo. Empresas automobilísticas foram atraídas para o Paraná com a benevolência do Estado; as concessões foram acima do que o Estado poderia dar. Dizem – e não temos ainda conhecimento profundo da questão, porque não tivemos acesso ao contrato de forma detalhada – que chegará a dois bilhões o custo da instalação de duas fábricas de automóveis, que gerarão um número muito pequeno de empregos com um investimento enorme do Estado.

Então, apresento o seguinte projeto de lei, Sr. Presidente:

Somente poderão ser adotadas decisões que impliquem redução de alíquotas, regimes preferenciais de tributação ou outras que impliquem em incentivo fiscal, caso sejam aprovadas pela totalidade dos membros presentes do Confaz. O Confaz deverá relatar, mensalmente, o teor, assim como o impacto fiscal de suas decisões, ao Senado Federal. E qualquer chefe do Poder Executivo da Federação poderá oficiar ao Senado Federal quanto à irregularidade tributária praticada por outro ente que fira o pacto federativo e, em particular, as decisões do Confaz.

Sr. Presidente, este é um projeto de lei que acabaria, definitivamente, com a guerra fiscal no País, mas trata-se, neste instante, apenas de uma comunicação que faço ao Plenário, porque o projeto já está protocolado na Mesa.

Sr. Presidente, para cumprir o compromisso de ser rápido, finalizarei defendendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto a essa questão do salário mínimo.

Votei contra os R\$151,00. O Senador Álvaro Dias também. Não estou falando em nome de S. Ex.^a, mas tenho conhecimento de sua parte, assim como de mim mesmo, que não recebemos nenhuma retaliação do Governo Federal por não termos votado os R\$151,00. Então, quero defender o Presidente Fer-

nando Henrique Cardoso. Se houver retaliação, pedirei outra comunicação inadiável para comunicá-la. Como até agora não houve, estou comunicando a minha defesa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Governo Federal, que não fez nenhuma retaliação, tanto pelo fato de o Senador Álvaro Dias, que é do PSDB, ter votado contra os R\$151,00, quanto este Senador que pediu para fazer uma comunicação muito mais para dizer que votei contra os R\$151,00 por entender que esse valor não dá para oferecer uma vida digna e decente para uma família de qualquer brasileiro. Entendo que, com esforço, dá para fazer, sim, um salário mínimo maior.

Sr. Presidente, no dia em que estava na tribuna, fui xingado quando relatava a reforma da Previdência – e V. Ex.^a, inclusive, presidia a sessão –, fui agredido no corredor, e o Governo assumiu comigo o compromisso de que mandaria, até abril daquele ano, a reforma da Previdência dos militares. Aquele ano era 1998. Até hoje, o projeto que reformava a Previdência dos militares não chegou ao Congresso Nacional. O déficit da Previdência precisa, sim, ser resolvido, mas só será resolvido no dia em que for feita uma verdadeira reforma da Previdência que acabe com os privilégios, principalmente, no dia em que nós, os Parlamentares, nem admitirmos a possibilidade de discutirmos aqui o estabelecimento de sobreteto, duplo teto, triplex, não sei como se chama.

Sr. Presidente, no Nordeste, conheci aquela expressão da eira, da beira e da tribeira. Aqui, no Congresso Nacional, há gente que defende a eira, a beira e a tribeira, ou seja, o triplex. Outros, só a eira e a beira. Eu defendo a eira, ou seja, temos que ter, sim, um teto, mas temos que acabar com essa história de privilégios no País, aí, sim, nós arrumaremos uma forma de darmos um salário mínimo digno à população.

Mas quero encerrar dizendo que não recebi nenhuma advertência, nenhuma pressão, nenhuma retaliação do Governo Federal por ter votado contra o salário de R\$151,00,00.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.^o Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 265, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 50, de 2000(Correios)

Sala das Sessões, 11 de maio de 2000. – **Ney Suassuna – Sebastião Rocha – Romeu Tuma – José Alencar – Jorge Bornhausen – José Roberto Arruda.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 2000

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica.

O Senado Federal, nos termos do Art. 155, § 2º, incisos IV e V, alínea a, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, aplicável às operações e prestações interestaduais, será de zero por cento.

§ 1º A alíquota a que se refere este artigo será de doze por cento, no ano 2000, reduzindo-se em um ponto percentual a cada ano, até atingir zero por cento, a partir de 2012, inclusive.

§ 2º Nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, alíquota a que se refere este artigo será de sete por cento, no ano 2000, reduzindo-se em um ponto percentual a cada ano, até atingir zero por cento, a partir de 2007, inclusive.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2001, a alíquota mínima do imposto de que trata esta Resolução, aplicável às operações e prestações internas, será de doze por cento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Senado é, por força da Constituição, o medidor oficial da chamada "Guerra Fiscal" entre os Estados. E mediador, até agora, absolutamente omissos que tem assistido com "mero espectador" a "briga" entre Estados pela atração de investimentos.

O vínculo federativo é sustentado, sobretudo, pelo convívio harmônico entre as Unidades Federativas: convívio profundamente afetado pela guerra fiscal.

Há muitos anos, esta Casa vem assistindo impassível à deletéria guerra fiscal que tem como consequência maior o grave prejuízo aos cofres públicos das unidades federativas e a escassez de recursos à disposição dos governantes para satisfazer as necessidades mais prementes da população nas áreas de saúde, educação, habitação, segurança e outras não menos importantes.

Na luta pela atração de investimentos produtivos, os Estados não hesitam em abrir mão de sua principal fonte de receitas: o ICMS, o que acarreta prejuízo não só à sua própria população, mas também aos demais entes federativos.

Desconhecem, por completo a Constituição e a Lei Complementar nº 24 de 1975, que condicionam, a concessão de qualquer modalidade de benefício fiscal com base no ICMS à aprovação unânime dos Estados e do Distrito Federal, fazendo-nos parecer que não existe solução capaz de por fim a esse estado de beligerância.

Não é essa, porém, a verdade. Esta Casa tem amplos poderes, conferidos pela Constituição, para impedir que os Estados continuem a utilizar o ICMS, imposto de natureza predominantemente arrecadatória, como o principal instrumento a serviço da desleal guerra fiscal.

Os incisos IV e V a, do § 2º, do art. 155 do Diploma Supremo dão competência ao Senado Federal para fixar, mediante resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, respectivamente, as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais, e as alíquotas mínimas nas operações internas. Destarte, competência não nos falta.

A combinação do princípio do destino nas operações interestaduais com a alíquota interna mínima, sugerida pelo nobre Deputado Luiz Carlos Hauly e aqui proposta, irá, sem dúvida, desativar a principal arma utilizada na guerra fiscal. De fato, sem poder abrir mão do imposto incidente nos dois lados das operações interestaduais e estando obrigados a cobrar o imposto mediante o uso de uma alíquota mínima nas operações internas, os Estados estarão privados da utilização do ICMS como instrumento de atração de investimentos, voltando o imposto a desempenhar sua verdadeira vocação, que é a de prover os cofres públicos dos recursos necessários ao bem-estar da coletividade.

De outro lado, a adoção do princípio do destino é imperativo dos modernos sistemas de tributação, não

mais se admitindo a exportação de tributos. Ora, se a exportação, para o exterior, de qualquer mercadoria ou serviço, é feita sem a incidência de qualquer tributo, por que tributar as operações interestaduais? Afinal o Brasil lidera a criação de um bloco econômico que tenderá, em breve, para a ampla abertura de suas fronteiras aos demais parceiros e não poderá continuar a conviver com um imposto anacrônico, devendo, ao contrário, criar um mercado interno onde não se exportem tributos.

Sob a ótica econômica, não é justo que os Estados produtores – justamente os mais desenvolvidos – continuem a auferir receitas tributárias derivadas de bens consumidos nos Estados mais pobres. Daí a necessidade da adoção do princípio do destino relativamente ao ICMS.

Não propomos, porém, a vigência imediata da alíquota zero nas operações interestaduais. Tivemos o desvelo de propor a transferência do imposto para o destino de forma gradativa, reduzindo-se a alíquota interestadual à razão de um por cento a cada ano, a fim de evitar uma perda demasiadamente brusca de receitas por parte dos Estados exportadores de mercadorias, bem assim de permitir que as unidades da Federação, aos poucos, adaptem-se às novas regras e desenvolvam sistemas eficazes de controle do imposto e de combate à sonegação.

Eis os motivos que nos levaram a submeter a presente iniciativa à apreciação do Senado Federal e a contar com o inteiro apoio dos nobres colegas para sua célere aprovação.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2000. – Senador Alvaro Dias – Romeu Tuma – Osmar Dias – Ney Suassuna – Pedro Simon – Lucio Alcântara – Francelino Pereira – Gerson Camata – Luiz Otávio – Roberto Freire – Casildo Maldaner – Inocêncio Oliveira – Sergio Machado – Luis Pontes – Roberto Requão – Arlindo Porto – Ramez Tebet – Marina Silva – Lúdio Coelho – Geraldo Lessa – Bernardo Cabral – Pedro Piva – José Alencar – Gilberto Mestrinho – Romero Jucá – Agnelo Alves – Heloísa Helena – Alberto Silva.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal Instituir Impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações, e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estado, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137 DE 2000

Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os crimes cometidos contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial e intelectual, contra os costumes, bem como contra a criança e o adolescente, com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações terão, levando-se em conta a culpabilidade e as consequências do crime, as penas até o triplo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A evolução tecnológica tem trazido inúmeras inovações no cotidiano da sociedade. O advento da comunicação de dados, da internet e do comércio eletrônico tem a cada dia facilitado a vida de milhões de usuários de equipamentos de informática e de telecomunicações. Paradoxalmente, esses recursos tecnológicos têm propiciado e facilitado ações delituosas que vão desde a invasão de privacidade até crimes abomináveis como a divulgação de cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo crianças ou adolescentes.

A sociedade tem se mostrado irredutível com a suposta imputabilidade desses agentes delituosos. Todavia, ao agente não deixa de ser imputável o resultado obtido por sua ação ou omissão. Basta a correspondência entre o fato e o tipo legal de crime.

O projeto de tela parte do princípio de que os crimes tipificados no nosso ordenamento jurídico já alcançam as ações dos usuários de meios de informática e telecomunicações, não havendo a necessidade de criação de novos tipos penais. O que se procura é rechaçar a utilização desse novo meio nas condutas criminais.

Dessa forma, o projeto dispõe que aos crimes praticados mediante a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações, as penas são aumentadas até o triplo, levando-se em conta a culpabilidade do agente e as consequências produzidas.

Diante da urgente necessidade de se inibir a utilização dos meios tecnológicos de informação e telecomunicações para a prática de ilícitos penais, acreditamos que a proposta, caso acatada nos moldes ora apresentada, constitua-se no instrumento capaz de inibir a sua ocorrência.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000 – Senador **Leomar Quintanilha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-1940.)

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13-7-1990.)

.....
(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2000

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, o imóvel que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, autarquia federal criada pela Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autorizado a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, a área que atualmente encerra o perímetro urbano daquele município, no total de 214,168 hectares, a ser desmembrada do imóvel Perímetro Irrigado Vale do Gurguéia, com área total de 13.533,99 hectares, registrado sob nº 1.326, às fls. 157/160 do Livro 2-E de Registro Geral de Imó-

veis do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Cristino Castro, no mesmo Estado.

At. 2ª esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apesar de regularmente criado e instalado, o Município de Alvorada do Gurguéia, no Estado do Piauí, vem enfrentando sérias dificuldades para desempenhar a contento as suas funções institucionais. É que, tendo o seu perímetro urbano encravado no imóvel denominado Perímetro Irrigado Vale do Gurguéia, de propriedade da União e sob administração do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, aquele município não apenas se defronta com sérios óbices à realização de obras essenciais, como principalmente ao pleno exercício de sua competência tributária, dada a imunidade tributária recíproca de que gozam entre si os vários entes federativos.

Fora isso, os jovens que desejam constituir família ficam praticamente impedidos de fixar residência naquele município, pois não há possibilidade de construírem seus lares em terras da União, o que só tem agravado ainda mais o problema do êxodo rural.

À primeira vista, se considerados os estritos termos do art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, pode-se até considerar dispensável o diploma ora projetado, uma vez que, segundo o apontado dispositivo, "Mediante ato do Poder Executivo e a seu critério, poderá ser autorizada a doação de bens imóveis de domínio da União a Estados, Municípios e a fundações e autarquias públicas federais, estaduais e municipais...".

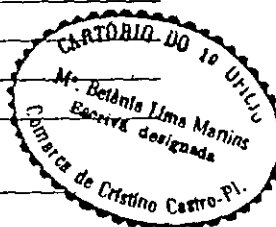
Ocorre, entretanto, que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, que detém a posse do imóvel a ser doado, é uma autarquia federal, como tal criada por lei e com patrimônio afetado às finalidades que justificaram a sua criação. Nessas condições, só mediante prévia autorização legislativa torna-se juridicamente possível a pretendida doação, haja vista que segundo entendimento perfilhado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no Parecer PGFN/CPA/Nº 1263/96, atos como em questão "caracterizam ato de liberalidade ou desvio da finalidade pública do patrimônio afetado ao objetivo social que justificou a criação, por lei, da empresa estatal".

O presente projeto, portanto, ao mesmo passo em que atende ao requisito em comento, apenas procura viabilizar, sem margem a contestações jurídicas, o justo pleito manifestado pelo município de Alvorada do Gurguéia.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2000. – Senador **Hugo Napoleão**.

19 97

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PIAUÍCOMARCA DE CRISTINO CASTROMUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRODISTRITO DE CRISTINO CASTROMARIA BETÂNIA LIMA MARTINS
TABELIAOEscritura de FUSÃO DE MATRICULAS (13.533,99ha) PERIMETRO IRRIGAD.
GURGUEIA- município de Alvorada do Gurgueia-PI).

Outorgante(s) _____

Outorgado(s) DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS.Data 25 de ABRIL DE 1997.Valor NCzS 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PIAUÍCOMARCA DE CRISTINO CASTRO

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO

Forum Dr. João Martins - Rua Milton Rosal, 95

*Maria Betânia Lima Martins*ESCRIVÃ

= C E R T I D ã O =

CERTIFICO que às fls. 157/160 do Livro 2-E de Registro Geral de Imóveis, foi feita hoje sob nº 1.326 a Matrícula do imóvel PERÍMETRO IRRIGADO VALE DO GURGUÊIA, de propriedade do DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCS, com a área sede medindo o total de 13.533,99 (treze mil quinhentos e trinta e três hectares e noventa e nove ares), tendo os seguintes limites: Ao Norte, com a margem direita do Rio Gurguéia; Ao Sul, do Ponto 7.10 ao 7.11 com terras devolutas, do ponto 7.11 ao 6.10 com terras do Espólio de José Francisco de Miranda; Ao leste, com terras do Governo do Estado do Piauí; Ao Oeste, com terras de José da Silva Martins, referente a unificação de trinta e um(31) lotes de terras, que tinham os seguintes registros: R.nº 54, fls. 54 do Livro 2-A; R. nº 55, fls. 55 do Livro 2-A; R.nº 56, fls. 56 do Livro 2 - A; R. nº 57, fls. 57 do Livro 2-A; R. nº 58 fls. 58 do Livro 2-A; R. nº 59, fls. 59 do Livro 2-A; R. nº 60, fls. 60 do Livro 2-A; R. nº 61, fls. 61 do Livro 2-A; R. nº 62, fls. 62 do Livro 2-A; R. nº 63, fls. 63 do Livro 2-A; R. nº 64, fls. 64. do Livro 2-A; R. nº 65, fls. 65 do Livro 2-A; R. nº 66 fls. 66 do Livro 2-A; R. nº 67, fls. 67 do Livro 2-A; R. nº 97, fls. / 97 do Livro 2-A; R. nº 98, fls. 98 do Livro 2-A; R. nº 99, fls 99 do Livro 2-A; R. nº 100, fls. 100 do Livro 2-A; R. nº 101, fls. 101 do Livro 2-A; R. nº 102, fls. 102 do Livro 2-A; R .

nº 103, fls. 103 do Livro 2-A; R. nº 104, fls. 104 do Livro 2-A; R. nº 105, fls. 105 do Livro 2-A; X x x R. nº 164, fls. 12, do Livro 2-AA; R. nº 165, fls. 13, do Livro 2-AA; R. nº 167, fls. 15, do Livro 2-AA; R. nº 173, fls. 21 do Livro 2-AA; R. nº 1-362, fls. 213, do Livro 2-AA; R. nº 1-422, fls. 273 do Livro 2-AA; R. nº 1-536, fls. 87, do Livro 2-B; e, R. nº 1-375, fls. 226 do Livro 2-AA, com a seguinte situação geográfica, conforme memorial descritivo abaixo transcrito: Memorial de uma gleba de terras situada no perímetro irrigado Gurguéia no município de Cristino Castro, Estado do Piauí, iniciando o seu perímetro no vértice v-0.1, na margem esquerda do Rio Gurguéia, de coordenadas U.T.M. E= 622.923,077 e Y= 9.069.369,231, com área de 13.533,99ha, para fins de escrituração única em nome do DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área esta já desapropriada, paga e escriturada individualmente, conforme documentos na Procuradoria Regional da 1ª DR - PI., e no Serviço de Cartografia da mesma Diretoria de onde copiamos os dados que formam esta planta, a seguir os elementos do perímetro: O vértice v-"0.1" onde iniciamos o perímetro está localizado a margem direita do Rio Gurguéia, de onde segue com o rumo de 17º46' SW e distância de 295,06m até o marco "1/2" com limite a margem direita do Rio Gurgueia, daí segue com o rumo 03º53' SW e distância de 103,24m até o ponto "A", com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 41º07' SW e distância de 292,00m até o ponto "B" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 11º57' SW e distância de 434,42m até o ponto "C", com o mesmo limite; daí segue com o rumo 41º11' SW e distância de 212,60 m até o ponto "D", com o mesmo limite; daí segue com o rumo 03º58' SW e distância 231,55m até o marco "2/3" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 20º28' SW e distância de 740,55m até o ponto "E" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 31º10' SW e distância de 251,25m até o ponto "F" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 14º51' SW e distância de 325,00m até o pon-

to "G" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 88º32' NE e distância de 195,06m até o ponto "H" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 30º58' NE e distância de 291,55m até o ponto "I" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 50º03' SE e distância de 241,35m até o ponto "J" com mesmo limite; daí segue com o rumo de 05º43' SW e distância de 100,50m até o ponto "JB" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 30º12' SW e distância de 190,90m até o ponto "FP" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 64º19' SW e distância de 703,55m até o ponto "G" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 74º57' SW e distância de 261,98m até o marco "3/4" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 26º02' SW e distância de 239,27m até o marco "4/5" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 13º51' SW e distância de 146,25m até o marco "5/6" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 45º23' SW e distância de 106,78m até o marco "6.7", com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 45º42' SW e distância de 343,68m até o ponto "E" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 55º39' SW e distância de 145,34m até o marco "7.8" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 57º01' SW e distância de 112,06m até o marco "8.9" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 53º21' SW e distância de 107,20m até o marco "9.10" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 47º42' SW e distância de 120,34m até o marco "10.11" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 42º19' SW e distância de 90,61m até o ponto "D" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 07º08' SE e distância de 56,44m até o marco "11.12" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 13º45' SE e distância de 96,77m até o ponto "C" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 08º49' SW e distância de 130,54m até o marco "12.13" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 03º39' SW e distância de 157,32m até o ponto "B" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 88º24' NE e distância de 143,06m até o ponto "A" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 13º12' SE e distancia de 146,93m até o mar-

co "13.14" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 59º32' SW e distância de 118,34m até o marco "14.15" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 51º55' SW e distância de 170,24m até o marco "15.16" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 53º14' SE e distância de 113,69m até o ponto "G" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 19º59' SE e distância de 175,57m até o ponto "P" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 05º37' SW e distância de 132,64m até o marco "16.17" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 55º55' SW e distância 201,64m até o ponto "E" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 47º58' SW e distância de 109,04m até o marco "17.18" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 30º12' SW e distância de 506,82m até o marco "18.19" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 47º01' SW e distância de 60,14m até o marco "6" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 27º21' SW e distância de 65,30 m até o marco "5" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 05º23' SW e distância de 85,38m até o marco "19.20" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 11º19' SW e distância de 163,17m até o ponto "B" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 57º32' SW e distância de 130,38m até o ponto "A" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 42º05' SW e distância de 83,55 m até o marco "20.21" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 36º56' SW e distância de 166,40m até o marco "M.O" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 40º27' SW e distância de 275,94m até o marco "22.23" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 73º18' SW e distância de 261,01m até o marco "23.24" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 22º59' SW e distância de 179,23m até o ponto "A" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 53º08' SW e distância de 200,00m até o marco "24.25" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 26º34' SW e distância de 156,52m até o marco "25.26" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 25º21' SW e distância de 210,24m até o marco "26.27" com o mesmo limite; daí segue com o rumo 28º49'

SE e distância de 152,40m até o ponto "C" com o mesmo limite ;
dai segue com o rumo 51º01' SW e distância de 135,10m até o
ponto "D" com o mesmo limite; dai segue com o rumo 75º04' NW e
distância de 232,86m até o marco "M.8" com o mesmo limite; dai
segue com o rumo de 26º45' SW e distância de 677,53m até o pon-
to "A" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 11º06' SE e
distância de 545,21m até o ponto "B" com o mesmo limite; dai
segue com o rumo 45º00' SE e distância de 261,63m até o ponto
"C" com o mesmo limite; dai segue com o rumo 07º17' SW e dis-
tância de 236,91m até o ponto "D" com o mesmo limite; dai se-
gue com o rumo de 73º24' NW e distancia de 297,41m até o ponto
"E" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 14º45' SW e
distância de 196,47m até o ponto "F" com o mesmo limite; dai
segue com o rumo de 29º17' SW e distância de 378,32m até o pon-
to "G" com o mesmo limite; dai segue com o rumo 74º21' NW e
distância de 259,62m até o ponto "H" com o mesmo limite; dai se-
gue com o rumo de 15º24' SE e distância de 357,84m até o ponto /
"I" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 79º37' SW e dis-
tância de 360,90m até o ponto "J" com o mesmo limite; dai segue
com o rumo de 07º08' NW e distancia de 241,87m até o ponto "K"
com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 66º18' NW e distân-
cia de 223,89m ate o ponto "L" com o mesmo limite; dai segue /
com o rumo de 03º35' SE e distância de 400,78m até o ponto "M"
com o mesmo limite; dai segue com o rumo 30º58' SW e distancia /
de 174,93m até o marco "28.29" com o mesmo limite; dai segue com
o rumo 61º03' SE e distância de 10.907,56 m até o marco "m.7/10"
com o limite o sr. José da Silva Martins; dai segue com o rumo
de 40º16' NE e distância de 2.618,83m até o marco "m.7/11" com
o limite terras particulares; dai segue com o rumo de 07º40' NE
e distância de 142,27m até o marco "m.6/5" com o mesmo limite ;
dai segue com o rumo de 07º50' NE e distância de 168,58m até o
marco "m.6.4" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 07º48'
NE e distância de 221,05m até o marco "M.6.3" com o mesmo limite;

dai segue com o rumo de 07º41' NE e distância de 2.425,74m até o marco "M.6/2" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 07º37' NE e distância de 218,93m até o marco "M.6/1", com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 07º47' NE e distância de 140,29m até o marco "M.6" com o mesmo limite; dai segue com o rumo 06º54' NE e distância de 3.982,79m até o marco "M.6/0" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 33º56' SE e distância de 3.884,32m até o marco "M.7.1" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 30º34' NE e distancia de 3.975,60m até o marco "M.7" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 82º59' NW e distância de 2.700,24m até o marco "M.8" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 13º05' NE e distancia de 2.340,79m até o marco "M.6/10", com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 68º44' NW e distância de 3.004,68m até o marco "M.5.1" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 11º32' NE e distância de 720,00m até o marco "12" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 59º52' NW e distância de 4.410,00m até o marco "11" com o mesmo limite ; dai segue com o rumo de 34º48' NW e distância de 215,00m até o marco "10" com o mesmo limite; dai segue com o rumo 60º58' NW e distância de 107,00m até o marco "9" com o mesmo limite ; dai segue com o rumo de 82º08' NW e distância de 50,00m até o marco "8" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 89º42' SW e distância de 115,00m até o marco "7" com o mesmo limite ; dai segue com o rumo de 62º04' NW e distância de 490,00m até o marco "6" com o mesmo limite; dai segue com o rumo de 79º06' SW e distancia de 280,00m até o marco "5" com o mesmo limite ; dai segue com o rumo de 58º44' NW e distancia de 760,00m até.

o marco "4" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 89º26' SW, distância de 413,00m até o marco "3" com o mesmo limite ; daí segue com o rumo de 34º36' SW e distância de 280,00m até o marco "2" com o mesmo limite; daí segue com o rumo de 24º14' SE e distância de 560,00m até o marco "1" com o limite a margem direita do Rio Gurguéia; daí segue com o rumo de // 17º46' SW, distância de 695,00m até o vértice "V-0.1" com o mesmo limite, onde fecha o polígono com as mesmas coordenadas, devidamente autorizada pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Cristino Castro-PI, nos autos de Processo de autoria do DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, devidamente // instruído com planta e memorial descritivo da área, xerocópias das escrituras e respectivos registros de imóveis, em 23.04 . 97, servindo de título a documentação acima citada apresentada pelo proprietário- DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Representada à Autarquia pelo advogado JOÃO BATISTA DO RÊGO, OAB/PI nº 1.950/89, por Delegação do Sr. Diretor Geral do DNOCS, através da portaria nº 53 DG/PGE, de 27.03.97. OBSERVAÇÃO: Retifico a denominação do imóvel acima perimetro Irrigado do Vale do Gurguéia para, PERIMETRO IRRIGADO GURGUÊIA, no município de Alvorada do Gurguéia-PI. Nada mais.. O referido é verdade e dou fê. = = = = =

Cristino Castro, 25 de abril de 1997.

Maria Betânia Lima Martins
Maria BETÂNIA Lima Martins
Escrit. Designada do 1º Ofício

DECRETO Nº 94.876, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - áreas de terra abrangidas pelo Projeto de Irrigação "Vale do Gurupá", nos Municípios de Cristino Castro e Elizeu Martins, Estado do Piauí, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PIRON), e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras "n" e "p", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 Junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.706, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.553, de 27 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de Junho de 1979,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - áreas de terra, e respectivas limitações, tituladas e diversos particulares, com aproximadamente 3.331,6211a (três mil, trezentos e cinquenta e um hectares e seis mil centímetros) abrangidas pelo Projeto de Irrigação "Vale do Gurupá", localizadas nos Municípios de Cristino Castro e Elizeu Martins, Estado do Piauí, de acordo com as plantas constantes do Processo - PIRON - nº 43000.101087/87-81, necessárias à continuação das obras de mais uma etapa desse Projeto e assim descreitas: O Polígono A tem seu início no ponto nº 10+1, do polígono B descrito no Decreto nº 92.786, de 16.06.86, cujas medidas (UIM) latitude de 596.400m e longitude de 9.032.500m. Nesse ponto 1 faz um ângulo interno de 64º00'00" e segue uma distância de 1.332,98m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de 164º59'39" e segue uma distância de 2.280,90m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de 215º23'10" e segue uma distância de 626,50m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de 197º05'48" e segue uma distância de 2.755,45m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de 139º52'33" e segue uma distância de 1.330,52m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de 41º40'00" e segue uma distância de 1.790,00m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de 124º15'00" e segue uma distância de 6.300,00m até encontrar o ponto 8; neste faz um ângulo interno de 127º30'00" e segue uma distância de 1.440,00m até o ponto 1; neste faz um ângulo interno de 64º00'00" início do polígono de coordenadas (UIM) latitude de 596.400m e longitude de 9.032.500m, estando assim fechando o Polígono, cuja área é de 1.225,00 ha aproximadamente. O Polígono B tem seu início no ponto 1 de coordenadas

(UIM) de latitude de 634.250m e longitude de 9.107,100m, localizado à margem direita do Rio Curquêla, situado a LESIE a uma distância de 1.350,00m e a uma distância de 2.136,80m com azimute de 208°39'50" para o nº 194-198 da Planta Aerofotogramétrica Cruzeiro do Sul S/A. Neste ponto faz um ângulo de 229°20'07" e segue uma distância de 1.133,50m até encontrar o ponto 2; neste ponto faz um ângulo de 178°35'24" e segue uma distância de 515,79m até encontrar o ponto 3; neste ponto faz um ângulo de 90°40'02" e segue uma distância de 1.457,74m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo de 268°17'53" e segue uma distância de 3.089,19m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo de 271°30'23" e segue uma distância de 4.277,20m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo de 202°57'24" e segue uma distância de 1.767,63m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo de 168°38'47" e segue uma distância de 1.887,47m até encontrar o ponto 8.

seu início no ponto 1 de coordenadas (UIM) de latitude 633.200m e longitude 9.094.712,50m, localizado à margem direita do Rio Curquêla, situado a LESIE a uma distância de 2.700,00m do leito, e a uma distância de 1.687,92m em um azimute de 358°43'37" para o nº 243 da Planta Aerofotogramétrica Cruzeiro do Sul S/A. Neste ponto faz um ângulo de 260°03'36" e segue uma distância de 1.791,96m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo de 268°07'29" e segue uma distância de 3.005,49m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo de 268°02'39" e segue uma distância de 1.848,35m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo de 86°38'04" e segue uma distância de 450,69m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo de 286°22'43" e segue uma distância de 2.016,34m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo de 276°51'31" e segue uma distância de 1.730,72m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo de 168°48'40" e segue uma distância de 1.397,13m até encontrar o ponto 8; neste faz um ângulo de 262°49'16" e segue uma distância de 1.249,81m até encontrar o ponto 9; neste faz um ângulo de 101°56'02" e segue uma distância de 146,31m até encontrar o ponto 1; início do polígono de coordenadas (UIM) latitude 633.200m e longitude de 9.094.712,50m estando assim fechado o polígono, cuja área total é de 1.060,00ha, somando os três polígonos descritos, uma área total de 3.351,6000ha.

Art. 2º - Fica o DIOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE, as desapropriações de que trata este Decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar urgência e que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º de Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Filho

LEI Nº 031/99, DE 20 DE OUTUBRO DE 1999

“Dispõe sobre a Organização geográfica da Zona Urbana de Alvorada do Gurguéia/Pi, fixa os seus limites e delimita a Área do Perímetro Urbano e dá outras providências”.

Prefeito Municipal de Alvorada do Gurguéia/Pi, estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais etc.

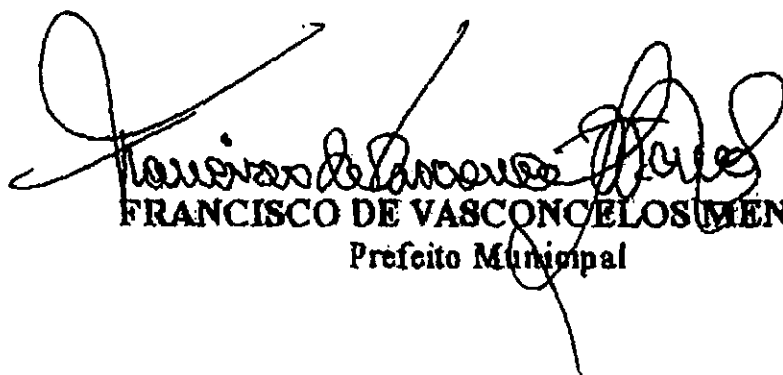
Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica estabelecido para todos os efeitos legais, de acordo com o estatuto no anexo I, que fica fazendo parte integrante desta lei a delimitação da Zona Urbana de Alvorada do Gurguéia/Pi, sua descrição e seus respectivos limites.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

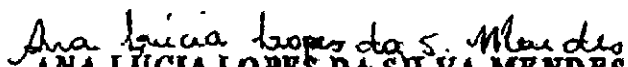
Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de outubro de 1999.



FRANCISCO DE VASCONCELOS MENDES
Prefeito Municipal

A presente Lei foi sancionada aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove.



ANA LÚCIA LOPES DA SILVA MENDES
Chefe de Gabinete

ANEXO I

DELIMITAÇÃO DA ZONA URBANA

DISCRICÃO E FIXAÇÃO DOS LIMITES (Ponto Inicial e Final)

PONTO INICIAL – Começa o Perimetro Urbano desta no MARCO 00 cravado no canto direito da Área Irrigada (Campo experimental do Perimetro Irrigado de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com rumo de 50° 00 NE com 390 metros, encontrou o MARCO 01 com rumo de 40° 00 SE, limitando com lotes Irrigados explorado pela Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Perimetro Irrigado Gurguéia - CAIPIG, de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com 900 metros, encontrou o MARCO 02, com rumo de 47° 00 SE, limitando com Área de sequeiro de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS com 700 metros, encontrou MARCO 03 com rumo de 70° 00 SW, limitando com área de sequeiros de propriedade do DNOCS com 1.366 metros, encontrou MARCO 04, com rumo de 41° 30' SE limitando com área de sequeiro de propriedade do DNOCS com 352 metros, encontrou o MARCO 05, que está localizado canto à direita do cemitério municipal com rumo de 53° 00 SW limitando com área de sequeiro de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com 127 metros, encontrou o MARCO 06, que fica localizado no canto da parte de cima do cemitério municipal, com rumo de 43° 00 NW, limitando com área de sequeiro, de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com 400 metros encontrou MARCO 07, com rumo de 70° 00 SW, limitando com áreas de sequeiro de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com 616 metros, encontrou MARCO 08, com rumo de 22° 00 NW, limitando com área de sequeiro de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com 866 metros, encontrou MARCO 09, com rumo de 50° 00 NE, limitando com lotes Irrigados explorado pela Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Perimetro Irrigado Gurguéia - CAIPIG, de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e CAMPO EXPERIMENTAL IRRIGADO, de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com 1218 metros encontrou o MARCO 00 assim fechando o perimetro urbano com 6.936 metros, com área total de 214.16,80 há.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB nº 080/2000

Brasília, 10 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, titulares e suplentes, respectivamente, em substituição aos anteriormente designados pela Presidência do Congresso Nacional, que integrarão a Comissão Mista incumbida de apreciar e emitir parecer à Medida Provisória nº 1948-54, de 27-4-2000, publicada no D.O de 28-4-2000, que "dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências," ficando a mesma assim constituída.

Titulares

Senador José Alencar
Senador Pedro Simon

Suplentes

Senador Agnelo Alves
Senador Wellington Roberto

Renovo, na oportunidade, votos de apreços e consideração. - Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB

OF. PSDB/PTB/INº 132/00

Brasília, 11 de maio de 2000.

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Marcus Vicente pelo Deputado Jovair Arantes, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 2011-7/00 que "Altera dispositivos da Lei nº 9.615/98, institui a taxa de autorização do bingo, e dá outras providências."

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do Bloco PSDB-PTB.

OFÍCIO Nº 382/PT

Brasília, 11 de maio de 2000.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar o Deputado José Genoíno (PT/SP), como suplente, em substituição ao Deputado Dr. Ro-

sinha (PT/PR), para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 2011-7 de 2000.

Atenciosamente, Deputado **Alofzio Mercadante**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal. (Direitos Políticos), tendo

Parecer sob nº 316, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, com alterações posteriores aprovadas pela referida Comissão.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão. Em discussão a proposta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, será uma intervenção breve.

O projeto do nobre Senador Álvaro Dias é liberalizante, extremamente interessante e na contramão da xenofobia e da restrição aos estrangeiros em outros países, como os Estados Unidos e os países da Comunidade Econômica Européia. O que o nobre Senador Álvaro Dias propôs e aperfeiçoou, após uma discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é que estrangeiros domiciliados e residentes no Brasil, legalmente, por 8 anos, possam participar de eleições municipais. Por que essas exigências? Domicílio é a intenção de residir em um determinado lugar, mas alguém poderia ter domicílio no Brasil e residência na França por 8 anos e poderia, ainda, ter

contexto da argumentação, mas ainda me recordo de que, exilado político, sem direitos no meu País, apenas por haver sonhado um País diferente, eu pude ter esses direitos no país que me abrigava. Recordo-me da emoção que sentia no momento de votar e também o senso de responsabilidade porque eu já me sentia partícipe daquela mesma comunidade, o que até, de certa maneira, interferiu no meu comportamento, porque o exilado político, em geral, vive pouco o país onde ele está e o tempo inteiro está ligado no seu. Eu consegui equilibrar, creio, interiormente, a vivência no país em que eu estava e, evidentemente, a participação possível, para nós exilados, na vida do meu País.

Portanto, creio que o projeto tem um alcance até maior do que as suas virtudes puramente jurídicas, o reconhecimento de um direito. Quanto mais fortalecermos essa célula com a contribuição de quem puder dar, melhor nós vamos constituir o município no Brasil, melhor nós vamos constituir a integração que este País sempre soube fazer, principalmente com os estrangeiros que aqui vieram e hoje constituem parte dessa fusão formidável e maravilhosa que é a etnia brasileira, composta por inimagináveis misturas raciais e que nos trouxe esse povo sem guerras religiosas, sem lutas fratricidas, com os outros defeitos que temos, que gradativamente vamos enfrentando.

De maneira que queria aduzir essas considerações, no momento em que cumprimento o Senador Álvaro Dias e os demais signatários deste projeto pela operosa iniciativa.

Assinei há pouco uma emenda do Senador Sérgio Machado, se não me engano a esse projeto, apenas no caso da votação para eleição de estrangeiro, se fosse o caso, na idéia da reciprocidade. Sobre isso creio que devemos pensar, porque é um tema a se agregar a essa discussão, já que à nossa abertura deve corresponder idêntica abertura de outros países também.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para discutir.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB - RS) Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, já havia me manifestado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a res-

peito desta matéria, mas gostaria de, no plenário da Casa, trazer ou tentar rememorar alguns pontos que procuramos salientar e sublinhar na intervenção que fizemos.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que há de mais marcante, mais significativo em nosso País como elemento positivo, como marca diferenciadora, no melhor dos sentidos, é a nossa imensa capacidade de convivência étnica e racial. Ou seja, o Brasil é um grande exemplo de multiculturalismo, de convivência negociada e de adaptação historicamente processada. Somos um País injusto economicamente. As diferenças de classe são extremamente amplas no Brasil. Somos um País que, do ponto de vista econômico, é duramente discriminatório. É perversa a nossa distribuição da renda e, por isso mesmo, não somos um País inteiramente democrático, do ponto de vista das estruturas políticas, porque a educação ainda é privilégio, e a participação no processo de construção desta Nação fica limitada às elites.

Temos realmente grandes **handicaps**, mas temos esta vantagem: uma enorme capacidade, uma enorme disposição humana para a convivência multicultural. Alguns podem achar que isso é pouco, mas quero dizer que, no mundo de hoje, isso é sociologicamente uma pedra preciosa; um país que sabe negociar as dimensões de convivência social, de convivência cultural. O processo de adaptação entre as diversas etnias não é, no Brasil, conflitivo e não é tencionado de modo a produzir situações como aqueles, por exemplo, que registramos em países como os que integram os Balcãs, por exemplo.

Li, recentemente, um pensador francês liberal, Guy Sorman, a respeito da guerra de Kosovo. Ele fazia o registro das declarações de um soldado sérvio que dizia ter entrado numa aldeia, matado pessoas - mulheres, crianças e velhos - por um direito de reparação histórica da invasão otomana, acontecida há 400 anos. Direito de reparação histórica! Isso mostra o profundo ódio, o invencível ódio que vem sendo cultivado, preservado, mantido e intocável há 400 anos naquela região. E a Iugoslávia, a antiga Iugoslávia não é um exemplo isolado. Hoje, do ponto de vista da estabilidade institucional de um país, essa capacidade para a convivência, para o processo multiétnico é um tesouro precioso que um país pode ter.

Recentemente, o Tratado de Maastricht já introduziu a possibilidade de estrangeiros domiciliados serem candidatos nas eleições municipais. Mas lá há uma exigência: o domiciliado deve ser originário de um dos países já integrantes oficialmente da União

domicílio no Brasil - que é a intenção de se estabelecer num determinado lugar - e residência na França, passar 8 anos sem sequer ter vindo ao País. Então, a exigência abrange, também, a legalidade da permanência por 8 anos. Ela tem que existir de acordo com a lei. E o Projeto se completa dessa forma: com a exigência do domicílio, da residência e da legalidade. Quem vive oito anos em comunhão com os brasileiros, participando da vida comunitária, está definitivamente integrado, e a mudança constitucional concede o benefício e a possibilidade de participar da vida política também, além da vida comunitária, facultando a possibilidade de participação no processo eleitoral para as Câmaras Municipais.

É um bom Projeto, é um exemplo que o Senado dará ao mundo ao aprová-lo, um exemplo de tolerância e de solidariedade.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB - RJ) Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas somar mais uma voz a favor desse Projeto do Senador Álvaro Dias, pelo fato de que ele contém, ademais de todos os argumentos até hoje expendidos, algo, a meu juízo, definitivo, que é um conceito de descentralização que existe e cresce, na medida em que o município passa a ser valorizado.

Vivemos no Brasil uma grande hipertrofia dos centros de centralização nas decisões. Nos Estados, o governo ainda é detentor de um poder significativo e, desde logo, o poder da União - estamos a vê-lo, vivê-lo e constatá-lo a cada dia - é um poder altamente concentrador. Ele concentra em si um poder acima da capacidade de qualquer dirigente, de qualquer executivo de administrar, e acaba por determinar diretrizes políticas exatamente por ser detentor de um poder.

Ora direis - como falava o poeta - o que tem isso a ver com descentralização e com a votação de uma matéria que autoriza os domiciliados e residentes no município há mais de oito anos a obterem o título de eleitor e participar das eleições municipais? Tem sim, porque tudo o que fortaleça a idéia de município é evidentemente significativo. Curioso, a postura de um estrangeiro no município tem um significado maior do que a postura desse mesmo estrangeiro no contexto nacional. Ali ele é diretamente força de trabalho, é diretamente uma pessoa que está ajudando a pensar o

seu habitat. E, na medida em que vivemos em um país de concentração também populacional nos grandes centros, tudo o que possa valorizar, trazer qualidade, trazer debate e trazer vida à célula municipal passa a ter importância definitiva.

Os brasileiros vivem, por causa da necessidade de síntese, de concentração de notícias da mídia, a idéia de que o País é apenas o que sai no jornal ou está na televisão. Isso é uma das grandes ilusões nacionais. O verdadeiro Brasil, a meu juízo, aliás, tem muito pouco a ver com o que fazemos nós, com o que está diariamente nos jornais. O município vive uma realidade significativa própria, que é a verdadeira construtora deste País. Nós encontramos nos municípios brasileiros - e são mais de cinco mil - experiências administrativas, experiências educacionais, esforços significativos, principalmente hoje que, na era da comunicação, é mais fácil para professores, dirigentes adquirirem hoje um conhecimento superior, que dão exemplos de interessantíssimas soluções.

Certa vez, o economista Carlos Lessa, quando dirigiu o setor social do BNDES - homem inteligente, vivo, altamente culto, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro -, contava-me a fascinação que teve por verificar, ao tempo em que dirigia o setor de atividades sociais ligadas aos municípios, experiências administrativas, educacionais, comunitárias feitas no município, que, se às vezes adotada até por outros ou se divulgadas devidamente, teriam condições de promover um salto econômico, interativo, um salto de comportamento do cidadão de alta expressividade.

Ora, o estrangeiro é peça decisiva nisso, e o foi ao longo do tempo. O que foi a formação do interior brasileiro, senão a formação dos lugares onde alguns iam mascatear, outros iam buscar a tentativa industrial, outros iam operar na área agrícola? São, portanto, experiências que não podem ser jogadas fora pela idéia de que são estrangeiras. Por uma antiga e tola idéia de soberania que implica o suposto paranóico de que, por ser estrangeiro, pode nos ameaçar e ameaçar a nossa integridade. Os países têm que abandonar a paranóia para viver. Têm que começar a se abrir para essa realidade.

Quando fui exilado político no Chile, a cidade de Santiago não era dividida por uma prefeitura propriamente, mas dividida em comunas - e, talvez até por um erro de má formação de natureza lingüística que o General Pinochet tenha suposto que significavam comunistas - que votavam livremente. E estrangeiro votava. É um dado pessoal que não tem importância no

Européia. E isso é altamente restritivo; isso é um mutualismo, a meu ver, perverso e antidemocrático, porque, nos bairros mais pobres, há uma enorme presença de outras etnias, originárias de países que não fazem parte da União Européia e são tratadas como páreas. No caso do Brasil, temos uma grande vocação migratória, uma grande capacidade de absorver as outras etnias – coreanos, chineses, poloneses, alemães – e de organizar isso democraticamente, com o respeito e a boa convivência comunitária.

Sr. Presidente, não tenho qualquer dúvida de que esta Proposta de Emenda Constitucional é um sinal que o Brasil dá à comunidade internacional do seu apreço por essa ideologia do multiculturalismo e da múltipla convivência. Não tenho qualquer dúvida também em manifestar o meu voto favorável a essa emenda.

Desde logo, da mesma forma que fizeram os oradores anteriores, quero cumprimentar o Senador Álvaro Dias pela iniciativa. Já o tinha feito na Comissão e, neste plenário, reafirmo a minha grande satisfação em poder transformá-la em norma constitucional, na hierarquia máxima da legislação.

Também assinei a emenda proposta pelo Senador Sérgio Machado, tal como o Senador Artur da Távola, com o caráter de apoio. Mas quero dizer que esse tipo de postura não está revestida daquele caráter bilateral, que muitas concessões compreendem e supõem. Isso porque o viés dos países, no processo migratório, não é o mesmo; os vetores migratórios não são iguais para todos os países. Para que houvesse reciprocidade, seria preciso que as tendências culturais, econômicas, multifacetadas do mundo se dessem equilibrada e quase igualitariamente em todas as direções; mas não é o que ocorre. O Brasil é um País receptor de imigração, mas não mandamos emigrantes nossos para os países de origem dos nossos imigrantes. Não tenho conhecimento, por exemplo, de que levas de brasileiros tenham ido para a Coreia, pelo menos não massivamente. Não me lembro de registros de levas ou de um conjunto massivo de cidadãos, famílias que, como uma diáspora, tenham ido para a Polônia, por exemplo, formar lá uma colônia de brasileiros. Isso não existe.

Nesse caso, há uma unilateralidade específica. Depende do viés, depende do vetor sociológico de cada país. No caso do Brasil, somos um País caracteristicamente receptor. Absorvemos o processo migratório muito mais do que produzimos, embora recentemente determinadas áreas específicas possam assim caracterizar.

Normalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse tipo de postura, esse tipo de atitude perante a comunidade internacional é objeto nos parlamentos – e assim o foi na União Européia, no parlamento europeu – de quase que sangrenta, de duríssima, de altamente conflitiva disputa parlamentar, permitindo às vezes até que se produza algumas escaramuças físicas entre os parlamentares. Sei de casos nesse sentido em vários países europeus, onde propostas de voto dos residentes e domiciliados têm sido tratadas como questão de polícia; e a isso tem sido dado um tratamento também altamente conflitivo e conflitante.

Aqui, no Brasil, o registro de que a votação dessa emenda constitucional está-se fazendo num Plenário com grande receptividade à idéia, um Plenário que, de modo algum, demonstra hostilidade a essa iniciativa – na Comissão, creio que tenha sido por unanimidade a aprovação, se bem me recordo – demonstra o nosso padrão multicultural, a nossa vocação multicultural e multiétnica, uma das características mais preciosas deste País – e é bom lembrar isso, porque geralmente lembramos os nossos defeitos, que também são muitos e têm sido bastante expressivos comparativamente ao resto do mundo.

Quero dizer, portanto, Sr. Presidente, que dei a minha assinatura à emenda do Senador Sérgio Machado para lhe garantir o direito democrático de vir a plenário debater, discutir e tentar convencer os Srs. Senadores da sua idéia, direito inalienável que cada Senador deve ter nesta Casa. Inclusive, não obstante a minha posição, estarei receptivo ao debate com S. Ex^a, o Senador Sérgio Machado.

No mais, Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Álvaro Dias, quero manifestar o meu voto favorável.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a emenda do Senador Álvaro Dias é importante, porque, se vivemos em um mundo globalizado, aberto, caracterizado por fluxos e refluxos de imigrantes, deve-se dar acesso a essas pessoas ao Direito Eleitoral. No entanto, é importante, no momento em que concedermos ao imigrante esse direito, que ele também seja dado ao brasileiro residente naquele país, para que possamos assegurar o direito recíproco.

missão outorgada a "Rádio Clube de Mococa Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999 (nº 646/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Patrocínio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 767, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenções da Senadora Heloisa Helena e dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção dos Senadores do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 475, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999 (nº 646, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999 (nº 646, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Patrocínio Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de maio de 2000. - **Eduardo Suplicy** - Presidente - **Carlos Patrocínio** - Relator - **Casildo Maldaner** - Nabor Júnior - **Lúdio Coelho**

ANEXO AO PARECER 475, DE 2000.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48 item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Difusora de Patrocínio Ltda". para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 300, de 21 de maio de 1997, que renova por dez anos, a partir de 21 de outubro de 1993, a permissão outorgada a "Rádio Difusora de Patrocínio Ltda" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999 (nº 756/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 980, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, com abstenção da Senadora Heloisa Helena.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola para discutir.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso uma certa predileção por essas sessões nos dias em que o Congresso está de ressaca. Trabalhamos até as 2h15 da madrugada de hoje. E, nos dias seguintes aos grandes temporais, todos se acalmam e voltamos à normalidade na qual o processo legislativo deveria, a meu ver, viver quase sempre, fora do passionalismo que o toma – compreensível, mas, a meu juízo, perturbador da plena lucidez para uma Casa parlamentar. São dias de exacerbação das paixões, são dias em que o exibicionismo fica, em alguns casos, extremamente intensos, dias nos quais o Parlamento não vive a sua melhor dimensão. Prefiro os dias mais calmos, quando podemos exercer a tentativa de lucidez em relação ao projetos que votamos e, sobretudo, quando podemos entrar em discussões bem mais sérias do que aquelas que, escolhidas pela mídia para protagonizarem o dia-a-dia, acabam por tomar conta dos Parlamentares, fazendo com que eles se pautem em função da mídia, ao invés de a mídia se pautar em função do Parlamento.

Feito isso, tomo a liberdade de usar a tribuna pela segunda vez, o que não é de meu hábito num só dia, para uma breve análise sobre o caso das concessões de rádio. Aproveito para citar o nome de uma rádio que se intitula Nossa Senhora do Socorro para fa-

zer um breve comentário sobre a presença do rádio religioso no espectro radiofônico brasileiro, que é uma presença crescente.

Não participo da idéia comum e corrente de que todas as rádios religiosas são necessariamente ruins. Creio que aconteceu um fenômeno na vida brasileira que merece reflexão. Esse fenômeno foi conduzido, sobretudo num primeiro momento, pelos movimentos evangélicos; num segundo momento, alastra-se ao movimento católico e, de certa maneira, também ao movimento espírita ou espiritualista.

À falta de uma série de providências do Estado, capazes de atender a necessidades objetivas de setores da população, alguns movimentos religiosos conseguiram ocupar esse espaço, levando o que nem o Estado, nem a sociedade civil, nem os Partidos políticos até então haviam conseguido levar: um pouco de esperança a esses segmentos.

É claro que há casos de exploração do sentimento religioso. Há. Como o País não fiscaliza direito sua comunicação, esses casos de exploração do sentimento religioso se misturam a outros aspectos da atividade das rádios religiosas, o que é deveras interessante.

Eu, como analista do setor e admirador de rádio, me dou ao prazer, e não ao trabalho, de ouvir as emissoras de rádio. E ouço emissoras religiosas. Conheço algumas emissoras católicas da mais alta qualidade, do ponto de vista da pregação de valores éticos, valores de comportamento, sem o sectarismo religioso. Conheço emissoras espíritas, particularmente uma que há no Rio de Janeiro, a Rádio Rio de Janeiro, de alta qualidade, do ponto de vista do que prega, do que fala e do que sugere. Conheço emissoras evangélicas da mesma ordem, bem como percebo uma série de outras nas quais há exploração da credence popular, o uso indevido da concessão para que se aufram lucros ao invés de manutenção efetiva de uma programação religiosa. Há rádios que pedem dinheiro diretamente no ar, e isso passa em branco pelas autoridades brasileiras. Mas o fenômeno das rádios religiosas merece, a meu juízo, uma atenção que não existe. A imprensa não lhe dá atenção, a não ser para criticá-lo. O Parlamento tampouco, e as autoridades do Ministério das Comunicações e dos Ministérios encarregados do setor também não entram na análise de conteúdo, bem como nós o fazemos, porque aqui votamos a renovação das concessões sem fazer qualquer análise de conteúdo do fundamental da concessão, que é a programação, o conteúdo da programação. Nós aqui aprovamos aspectos meramente

formais, legais. Apenas somos canceladores de renovações. Não somos pessoas que examinam as concessões, razão pela qual respeito profundamente a posição do Bloco, que se abstém de votar por essa razão, ou até vota contrariamente, às vezes.

Por isso, eu queira aludir a esse fenômeno curioso, que é a presença da pregação de natureza religiosa. Essa pregação tem várias vertentes. Há rádios que se destinam exclusivamente a fazer o proselitismo da sua religião. Isto é, arrebatar fiéis. Há rádios religiosas, as mais qualificadas, que põem em discussão os temas religiosos, componentes do seu universo. Há uma Rádio América, em São Paulo, que tem retransmissoras por todo o Brasil, que faz um trabalho interessante nesse sentido. Há uma Rádio Catedral, no Rio de Janeiro, na área católica da Arquidiocese, que discute temas sociais, estabelece mesas redondas, não vive exclusivamente de uma idéia, de um proselitismo sectário. Isso, de certa forma, ocupa setores do espectro radiofônico com mensagens que chegam a populações em geral desassistidas e que, exatamente porque desassistidas culturalmente, são invadidas pelo processo do consumo, são invadidas pela massificação, que vem por outros meios e que evidentemente não as levam a nenhuma atitude mais efetiva de cidadania, respeitando o que dispõe a Constituição brasileira: que a finalidade da concessão é criar na população uma ação de caráter paraeducacional que possa criar valores, agregar valores de comportamento, valores éticos, valores civilizatórios ao trabalho da radiodifusão.

Portanto, não vejo com maus olhos e de uma maneira generalizante essa questão das rádios religiosas.

Habitualmente, o espectro radiofônico, bem como o televisual brasileiro, está dividido em quatro grandes linhas. Existem as rádios que são, ou foram - muito mais foram do que são - entregues a políticos, o que, a meu ver, é uma exploração injusta, descabida, absolutamente sem sentido, porque político não é para ter rádio. A rádio deveria ser entregue a profissionais do setor, mas há rádios que têm a concessão entregue a religiões, há rádios que são entregues a empresários da comunicação e há rádios que são entregues a aventureiros do setor.

Eu vejo que o espectro da comunicação no Brasil, portanto, se divide, nas suas macrolinhas, nesses quatro pontos: rádios entregues a religiões - religiões que usam devidamente, religiões ou seitas, que não usam devidamente; rádios entregues a políticos por razões de interesse local, por razões de concentra-

ção de poder; rádios entregues a empresários da comunicação, o que, de todos, parece-me o mais importante setor do ponto de vista radiofônico, porque dá emprego, promove noticiários, tem, enfim, a vivência da atividade radiofônica em plenitude, e rádios entregues a aventureiros do setor.

Concluindo, Sr. Presidente, esses aventureiros do setor são aqueles que, uma vez que detêm a concessão, utilizam-na para negócios extra-radiofônicos e completamente fora dos objetivos da concessão. Eles vendem, fazem contratos de gaveta, vendem espaço dentro das rádios e, evidentemente, têm a rádio como um negócio montado.

Esse tema é absolutamente solitário. Ninguém se preocupa devidamente com isso no Brasil, e ele tem uma importância formidável pela extensão do País, pela penetração capilarizada da rádio nos extremos da sociedade, pelo fato de que o rádio a pilha chega a setores onde nem há energia elétrica, enfim, pela penetração popular do veículo. Porém, não encontro e não vejo preocupação com esse espectro. O Governo nos preocupa devidamente com isso. O Parlamento simplesmente chancela, aqui, as renovações de concessão. Não temos um Conselho, que estava previsto pela Constituição. Enfim, ficamos inermes diante de uma realidade que tem direta interferência na formação de padrões culturais do País.

Feitas essas considerações, a propósito de uma rádio que, pelo nome religioso, me dá a idéia de que tem uma programação dessa natureza, eu encaminho favoravelmente à votação do projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante da reflexão feita pelo Senador Artur da Távola, quero transmitir a preocupação do Bloco da Oposição e do Partido dos Trabalhadores. Devemos tomar providências para evitar abstenções sempre que votamos autorizações de concessões para exploração de serviços de radiodifusão.

Novamente quero explicar que essa nossa posição representa um clamor para que o Congresso Nacional possa regulamentar logo o Conselho de Comunicação Social. A Senadora Luzia Toledo relatou-me que, na semana passada, a Comissão de Educação do Senado aprovou o projeto de lei que regulamenta

o Conselho. Esse é um passo efetivo. O Senado, agora, precisa examinar essa matéria.

Assim, Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, o apelo que faço a V. Exª é no sentido de que, aprovada nesta terça-feira a regulamentação do Conselho de Comunicação Social, essa matéria seja apreciada o quanto antes pelo Plenário do Senado.

Com a instalação do Conselho de Comunicação Social, poderemos sair dessa posição de estarmos sempre nos abstendo nas votações dessas matérias.

É o apelo que faço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª será atendido na medida do possível.

Esta Presidência comunica aos Srs. Senadores que a sessão do Senado de amanhã, que se iniciará às 9h, deverá encerrar-se às 11h, em virtude da realização de sessão solene do Congresso Nacional, destinada a receber Sua Excelência o Presidente da República Italiana. O início da sessão solene será às 11h40.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Continua em discussão o item 5. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do Senador Eduardo Suplicy.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 476, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999 (nº 756, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999 (nº 756, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de maio de 2000. - **Ademir Andrade**, Presidente - **Carlos Patrocínio**, Relator - **Eduardo Suplicy** - **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 476, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda," para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de julho de 1997, que renova por dez anos, a partir de 23 de agosto de 1995, a concessão de "Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999 (nº 721/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 740, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Discussão do projeto, em turno único.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB - RS. Para discutir. Sem revisão de orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de fato, há quase onze anos estamos votando matérias dessa natureza sempre da mesma forma. O Plenário aprova, e alguns Partidos manifestam o seu posicionamento contrário ou, como ocorre na maioria das vezes, abstêm-se. O que há é uma rotina, uma repetição pura e simples. Infelizmente, ocorre uma apreciação sem profundidade, sem critério, sem uma orientação tecnicamente sustentada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento que, ao longo desse período, não tenhamos conseguido propiciar as condições políticas que permitissem e viabilizassem a instalação do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição de 1988 para funcionar como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Portanto, as decisões do Conselho não têm sequer validade se não são aprovadas pelo Congresso Nacional. Mas o importante é que o Conselho poderia e poderá nos subsidiar com elementos mais aprofundados, com maior discernimento, com estudos mais amplos e com levantamento de questões mais pontuais e precisas, o que não tem sido disponibilizado aos Srs. Senadores e Deputados.

Houve um momento em que quase pedi a supressão dessa prerrogativa constitucional do Congresso Nacional de apreciar as outorgas e as renovações das concessões de rádio e televisão no Brasil, tal é a superficialidade, a equidistância, com que com que lidamos com esse tema.

O assunto é da maior importância. Os meios de comunicação social, principalmente os eletrônicos, representam, sem dúvida alguma, um grande poder no mundo globalizado, o mais efetivo poder, maior talvez do que o dos exércitos e o dessa corrente internacional dos recursos e do dinheiro. A fluidez dos mercados, mesmo a extraordinária, fantástica e estarecedora renovação de armamentos e de aprimora-

mento tecnológico de instrumentos técnicos que matam, nada disso se compara ao poder ultradimensionado da mídia eletrônica no mundo.

A lei que cria esse Conselho é de autoria do Senador Pompeu de Souza. Foi aprovada pelo Senado e pela Câmara, foi sancionada pelo Presidente da República e está em pleno vigor. Essa lei dispõe que o Conselho será constituído de quatro profissionais da área de Jornalismo. E, talvez, o conceito de jornalismo não seja apropriado, porque nele entram também técnicos em radiodifusão, artistas de audiovisual, que, portanto, não são profissionais específicos do rádio e do telejornalismo. Também fazem parte desse conceito os empresários, os proprietários dos meios de comunicação. Além desses oito membros, a lei exige que o Plenário do Congresso Nacional escolha cinco elementos da sociedade civil para integrarem esse Conselho. Diante desses oito a cinco, houve, nos primeiros anos de vigência da lei, uma resistência à instalação do Conselho. Em função disso, procurou-se uma nova composição do Conselho na qual fosse ampliada a representação da sociedade civil. E essa ampliação se deu por meio de um parecer e de um substitutivo apresentados pelo então Senador Coutinho Jorge, do Pará, que fez um trabalho aqui no Senado. Aprovamos uma nova lei para regulamentar o Conselho. A nova lei foi para a Câmara e dorme nas gavetas daquela Casa há sete ou oito anos. Isso quer dizer que a Câmara, na prática e na verdade, não concorda com a nova estruturação que, no Senado, demos ao Conselho de Comunicação Social. O resultado disso é que se precisa, de forma urgente, instalar efetivamente o Conselho segundo os moldes da lei que está atualmente em vigor. A lei define o número de integrantes, que são treze, e diz que o Conselho estabelecerá o seu próprio Regimento Interno. Como a lei também diz que esses representantes da sociedade e da área profissional serão aprovados pelo Congresso Nacional, tem-se como premissa que a Mesa do Congresso Nacional - a Mesa do Senado e a Mesa da Câmara - tem a incumbência e a prerrogativa de indicar esses nomes. A indicação dos nomes, portanto, também deve se originar das Mesas das duas Casas parlamentares ou da Mesa do Congresso Nacional, que é composta de representantes do Senado e da Câmara dos Deputados.

No entanto, Sr. Presidente, isso não vem acontecendo durante todos esses anos. Possivelmente há nove anos a lei existe, e o Conselho não se instala. Creio eu que há um extraordinário conflito político por trás dessa questão. Há uma disputa corporativa, e há

também disputas políticas que acabam travando a decisão, empatando as indicações e imobilizando a Mesa, que se vê, então, atada para apresentar uma proposta que agrade a todos os setores. Resultado: onze anos de Constituição, onze anos sem o Conselho de Comunicação Social.

Creio eu que esse Conselho poderia desempenhar um papel da maior importância na avaliação da qualidade dos programas, na avaliação quanto à observância da lei por parte das empresas. Poderia também municiar os Srs. Senadores e Deputados, oferecer-nos subsídios e instrumentar-nos com trabalhos técnicos, com apoio analítico, com pesquisas, estatísticas e dados que pudessem ser usados por nós para a tomada de decisões que efetivamente nos cabem.

Por isso, Sr. Presidente, registro que nós, da Comissão de Educação, aprovamos o parecer da Senadora Luzia Toledo. Creio que esse parecer foi aprovado por unanimidade. Trata-se de um projeto de lei de autoria do Senador Pedro Simon que cria regras para a área de Comunicação Social, para as empresas de radiodifusão, e, entre outras coisas, estabelece também uma regulamentação para o Conselho de Comunicação Social.

Só espero que a regulamentação do projeto do Senador Pedro Simon, que ainda está tramitando no Senado, não seja conflitante com a lei vigente, produzindo possivelmente impasses que venham a protelar ainda mais a instalação do Conselho.

Faço este registro, Sr. Presidente, porque, nesta semana, tive a honra de receber a visita formal e oficial da Presidente da Federação dos Jornalistas, que é a Federação que congrega todos os sindicatos de jornalistas do País, e dela recebi um apelo para que se mobilizassem o Senado e o Congresso no sentido de que produzíssemos este resultado: finalmente instalar o Conselho. Recebi dela, em contrapartida, o apoio à votação efetiva e definitiva da Lei de Imprensa, que se encontra também, há oito anos, dormitando nas gavetas da Câmara dos Deputados.

Em 1992, depois de árdua discussão, depois de duro combate conceitual estabelecido neste plenário, depois de longas e penosas negociações, produzimos uma Lei de Imprensa que saiu consensualmente do Senado. Essa lei saiu daqui com o apoio quase que unânime dos Srs. Senadores. Chegou à Câmara dos Deputados e foi tratada de duas maneiras: por alguns foi vista como uma lei que tinha objetivos de censura; por outros foi vista como uma lei muito tibia, muito suave, muito branda. Alguns adeptos da ideologia da truculência querem que a Lei de Imprensa seja

uma lei de calaboca, de repressão. Não. Fizemos um projeto de lei visando reduzir as penas e, inclusive, suprimir definitivamente a pena de privação de liberdade para jornalistas, o que não significa nenhuma ameaça física a ninguém. Não há nenhuma razão para o confinamento físico de quem quer que tenha sido condenado pela Lei de Imprensa.

Enquanto isso, vigora a lei de 1967, a lei da ditadura, a lei autoritária. Ainda no domingo passado, estava eu na Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul – Adjori – fazendo uma palestra exatamente sobre a Lei de Imprensa e dizendo: “Sabem qual é o outro grande inimigo da aprovação da Lei de Imprensa? É que, no Brasil, nos Tribunais e na Magistratura, tem sido muito comum, muito usual, condenar jornalistas de pequenas cidades do interior. Mas é muito raro o registro – quase não existe exemplo – de condenação dos grandes, das figuras notórias e mais famosas. Conseqüentemente, o que se dá é o interesse de manter a nova lei no limbo, no purgatório, da Câmara. Isso ocorre por uma razão: a atual lei, que é autoritária, draconiana, injusta, antidemocrática, só é aplicada aos pequenos jornalistas indefesos dos pequenos jornais do interior”. E quando eu estava dizendo isso, levantou a mão um jornalista de uma pequena cidade do interior, condenado pelos juízes à prisão por duas vezes. O crime que ele cometeu foi o de publicar pesquisas eleitorais. Na cidade de Sapiranga, no último domingo, na Convenção Estadual da Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul, estalou, saltou, num instante, o exemplo vivo do que eu estava dizendo: condenação de grande, não; só condenação de pequeno. Por isso, deixa como está, porque só os indefesos são condenados. Assim, fiz o apelo também à Presidente da Federação, e a Federação foi sempre favorável à Lei de Imprensa. A Fenaj colaborou muito, extraordinariamente, quando fui Relator da matéria aqui no Senado, e creio que estes são dois instrumentos imprescindíveis para a democratização da Imprensa e dos meios de comunicação aqui no Brasil: de um lado, o Conselho de Comunicação Social; de outro lado, Lei de Imprensa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Exª tem toda a razão, Senador José Fogaça. Esta Presidência reiterará à Presidência da Câmara dos Deputados a solicitação de tramitação imediata das duas propostas a que V. Exª se refere e encaminhará juntamente o discurso de V. Exª.

A matéria continua em discussão.(Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 477, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999 (nº 721, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999 (nº 721, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda, para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de maio de 2000. – **Ademir Andrade** – Presidente – **Carlos Patrocínio** – Relator – **Eduardo Suplicy** – **Lúdio Coelho**

ANEXO AO PARECER Nº 477, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de “Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda”, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional dereta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de fevereiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 8 de abril de 1990, a concessão de “Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda”, para ex-

plorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - **Item 7:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999 (nº 53/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 985, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenção da Senadora Heloisa Helena.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do Partido dos Trabalhadores.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 478, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999 (nº 53, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999 (nº 53, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Pirassununga Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de maio de 2000 – Carlos Patrocínio, Presidente – Casildo Maldaner, Relator – Nabor Júnior – Lúdio Coelho.

ANEXO AO PARECER Nº 478, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, Item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Difusora de Pirassununga Ltda," para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de outubro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Rádio Difusora de Pirassununga Ltda," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999 (nº 157/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 986, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenção da Senadora Heloisa Helena.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com a abstenção do Partido dos Trabalhadores.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 479, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999 (nº 157, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999 (nº 157, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de maio de 2000. – Ademir Andrade, Presidente – Carlos Patrocínio, Relator – Eduardo Suplicy – Nabor Júnior.

ANEXO AO PARECER Nº 479, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Sociedade Rádio Princesa Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de agosto de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Sociedade Rádio Princesa Ltda," para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Item 9:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 208, de 2000, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 160, de 1998, e 99, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência comunica ao Plenário que, ao Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1998, foi interposto o Recurso nº 6, do mesmo ano, no sentido de que a matéria fosse apreciada pelo Plenário. Com a

decisão que o Senado acaba de tomar, a matéria passa a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2000, que também perde o caráter terminativo.

Os projetos vão a exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Item 10:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 2000, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 2 e 21, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Em votação, o requerimento.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 2 e 21, de 2000, passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 265, de 2000, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 50, de 2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S – Dinamarca, no valor total equivalente a até DM 37.054.758,00 (trinta e sete milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito marcos alemães), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal – PASTE.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos termos do art. 345, item II, do Regimento Interno.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, em nome da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Exª tem esse direito. Apenas solicito-lhe, considerando a necessidade de o Senador Roberto Saturnino viajar, que S. Exª possa falar antes de V. Exª. A Senadora Luzia Toledo, entretanto, está inscrita antes do Senador Roberto Saturnino.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Ouço S. Exªs com a maior alegria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à Senadora Luzia Toledo.

A SRª LUZIA TOLEDO (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para falar sobre o mesmo assunto que abordei há cerca de onze meses e que levou ao Espírito Santo o nosso Colega Senador Gilvam Borges a percorrer os mesmos passos de Anchieta, nosso Beato.

Desse modo, comemorando o 4º Encontro dos Passos de Anchieta, venho à tribuna do Senado para falar ao Brasil, e em especial aos Senadores, sobre o nosso Beato José de Anchieta.

A Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta – Abapa promove este ano, pela terceira vez, uma caminhada que reconstitui o trajeto que era feito habitualmente pelo Padre Anchieta, em sua peregrinação evangelizadora no litoral capixaba. Trata-se de evento de forte atrativo para turistas, religiosos, esotéricos, esportistas e amantes da natureza, que reuniu cerca de 400 pessoas em 1998 e mais de mil participantes no ano passado.

A iniciativa, louvável sob todos os aspectos, de homenagear o padre jesuíta, com toda justiça denominado *O apóstolo do Brasil*, tem inegável importância para o turismo capixaba, contribuindo significativamente para divulgar a vida e obra de Anchieta, bem como as atrações de uma região de rara beleza natural.

O projeto “Os Passos de Anchieta” visa a institucionalizar a rota percorrida pelo missionário como via permanente de caminhada e peregrinação, a exemplo do que ocorre em Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela, onde acorrem milhões de turistas todos os anos. É de se observar que a caminhada, seguindo o roteiro de José de Anchieta, não satisfaz apenas o fervor religioso das pessoas ou a vontade de se praticar um exercício físico, oferece também a possibili-

dade de se viver experiências transcendentais de expansão da consciência, já relatadas por numerosos participantes e explicadas, inclusive, pelos psicólogos, como resultado da ação de serotoninas e beta-endorfinas no organismo.

O percurso, de aproximadamente 100 quilômetros, é vencido em três dias, com jornadas médias de seis a oito horas diárias de caminhada e toda uma estrutura para dar atendimento aos participantes. A demarcação do roteiro foi definida com base em fontes históricas. Os andarilhos partem da Catedral Metropolitana de Vitória, dada sua proximidade do Palácio Anchieta, sede do Governo. É bom lembrar que nesse local funcionou o antigo Colégio de São Tiago, do qual Anchieta foi nomeado Superior, em 1593, e onde se encontra o seu túmulo. Após atravessar a Baía de Vitória, em direção a Vila Velha, e subir ao Convento da Penha, os andarilhos seguem até Ponta da Fruta, onde completam a primeira etapa da caminhada. O segundo dia de caminhada leva o grupo até Guarapari, com passagem por paisagens famosas, como as Praias de Setiba, Santa Mônica e Praia do Morro. No terceiro dia, após percorrerem praias igualmente belas e conhecidas, como Mealpe e Castelhanos, os andarilhos chegam a Rerigitiba, como era conhecida a localidade que tomou o nome do seu fundador. O encerramento do percurso se dá na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída pelos beatos e pelos índios no século XVI.

Com pequenas adaptações, esse era o roteiro habitualmente feito pelo Padre José de Anchieta. Mesmo doente, o beato fazia esse roteiro a cada quinze dias em suas missões; e andava com tal rapidez que os indígenas o apelidaram *Abarabebe*, que significa *Padre Voador*. As pequenas adaptações inseridas no roteiro visam a complementá-lo com programas de interesse cultural e visitas de caráter histórico, como os escombros da casa do donatário da Capitania, onde ele pernoitava; o local na Praia de Ubu, onde seu cadáver caiu quando era transportado pelos índios para Vitória; e os poços abertos pelo beato em diversas localidades.

A Abapa instituiu a peregrinação que vem sendo realizada anualmente, sempre na semana anterior ao dia da morte do beato Anchieta – 9 de junho –, como justa homenagem ao Padre que fundou diversas cidades brasileiras, que produziu belíssimas obras literárias, que desempenhou papel primoroso como catequizador.

Nascido em La Laguna de Tenerife, nas Ilhas Canárias, em 19 de março de 1534, filho de pai bas-

co, de família pobre e de jovem nativa, José de Anchieta, aos 14 anos, foi enviado pelo pai para estudar em Coimbra, onde revelaria prodigiosos dotes intelectuais. Tendo ingressado na Companhia de Jesus, foi enviado ao Brasil em missão colonizadora, em 1553. Contava 19 anos quando desembarcou em Salvador, rumando posteriormente para a Capitania de São Vicente. Ali, fundaria o Colégio de Piratininga, embrião da cidade de São Paulo.

A Abapa destaca o papel de Anchieta como catequizador dos índios brasileiros, ressaltando que a utilização de recursos teatrais nessa tarefa lhe rendeu o pioneirismo nas artes cênicas no Brasil. Quanto ao seu papel colonizador, reconhece haver controvérsias, mas alinhava: "...mas é certo que, por ser filho de uma união informal entre um nobre e uma nativa, Anchieta influenciou para que a relação entre conquistadores e nativos fosse mais humana e menos ideológica...".

Além da cidade de São Paulo, Anchieta é também considerado o fundador de Guarapari, São Mateus e de Reritiba, que mais tarde se tornaria Anchieta, em homenagem ao beato. Sua obra literária, reunindo principalmente cartas, poemas e autos, é classificada como a mais importante do século XVI. Autor do primeiro Dicionário Tupi-Guarani do Brasil, é considerado o pai da nossa literatura. "Pode ser considerado também o primeiro cientista brasileiro, tendo descrito a função da bolsa dos marsupiais, os canais e as glândulas de veneno das serpentes (...). Realizou notável obra nas áreas de ciências naturais, lingüística, diplomacia, antropologia, arquitetura e artes", anotam os dirigentes da Abapa, cabendo lembrar, no tocante à arquitetura, que construiu as Santas Casas de Misericórdia do Rio de Janeiro e de Vila Velha, bem como as Igrejas Matriz de Guarapari e Reritiba (hoje, Anchieta).

Junto com os Goitacazes, marchou contra os tamboios, expulsando-os para Ubatuba (então Iperoig), onde permaneceu refém, para negociar a paz. Nessa época, escreveu o famoso *Poema da Virgem*, com 5.737 versos latinos. Juntamente com Araribóia, combateu os franceses no Rio de Janeiro, expulsando-os em 1567. Escolheu a cidade que tomaria o seu nome, no litoral capixaba, para viver os dez últimos anos de vida. Com problemas de coluna, que o impediam de andar a cavalo, ainda assim fazia freqüentemente o trajeto agora institucionalizado como "os passos de Anchieta".

Morreria em 9 de junho de 1597, aos 63 anos, quando seu corpo foi carregado em cortejo por cerca

de três mil índios. Beatificado pelo Papa João Paulo II, em 22 de junho de 1980, José de Anchieta pode vir a tornar-se santo, estando o Vaticano estudando o processo de canonização.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que o Projeto Os Passos de Anchieta é uma iniciativa louvável que presta relevantes serviços ao turismo capixaba e aos turistas de todo o Brasil. Ao aproximar-se a realização de mais uma caminhada, quero, aqui, desta tribuna, parabenizar a Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta e toda a população capixaba que, posso garantir, estará de braços abertos para receber amigos de todo o território nacional nessa peregrinação que não é mais do Espírito Santo. É uma peregrinação do Brasil com o apoio, principalmente, de toda a imprensa nacional, que lá vai para constatar essa peregrinação que, hoje, já está no nosso calendário turístico e no nosso calendário religioso. Enfim, convido todos para participar da caminhada, porque além de passar pelos lugares mais bonitos do nosso Estado do Espírito Santo, ela tem também um cunho muito forte, que é o cunho religioso.

Que todos possamos homenagear o Apóstolo do Brasil nesse III Encontro do Projeto Passos de Anchieta, que se realizará no nosso Estado, o Estado do Espírito Santo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado, como instituição, obviamente, existe para servir a população, para servir a coletividade e, evidentemente, necessita estar permanentemente em consonância, em ligação com os anseios da sociedade à qual deve servir, por intermédio dos seus diferentes órgãos.

Ocorre que, nesses órgãos, instala-se uma burocracia, que deveria também servir à coletividade, servir à comunidade, porque esse é o dever do Estado, mas que freqüentemente se transforma em um fim em si mesma, arrogando-se um poder que não devia ter e distorcendo completamente o exercício das funções que deveria ter como servidora do Estado nos seus fins.

Quero trazer um exemplo de algo que está ocorrendo em matéria de abuso da burocracia, em detrimento do interesse legítimo de centenas de milhares de cidadãos, nossos concidadãos, situados em todas as regiões do nosso País.

Sr. Presidente, é um exemplo de abuso de poder o que está ocorrendo em um concurso público recente da Caixa Econômica, que ainda está em fase de realização e envolve uma quantidade muito grande de pessoas: 700 mil inscritos em todo o País. Diante de um número tão expressivo, a Caixa Econômica decidiu segmentar o concurso em quatro regiões e as provas estão sendo realizadas nos finais de semana.

Podemos imaginar a angústia desses candidatos que lutam desesperadamente por uma das duas mil vagas previstas: são 700 mil inscritos disputando duas mil vagas. É uma angústia que tenta vencer a barreira do desemprego, que assola infelizmente este País.

Ora, num concurso espera-se transparência total em todas as suas etapas. E a transparência maior deve ser em relação à própria prova e aos gabaritos que servem como referencial aos candidatos. Quem já participou de um concurso público sabe da ansiedade natural que mobiliza os candidatos após a prova para saberem como foi o seu desempenho. E, para isso, é fundamental que o caderno de provas e as respostas oficiais sejam divulgadas com presteza. Isso não está acontecendo com o referido concurso promovido pela Caixa Econômica. Os resultados das provas somente serão anunciados depois que os candidatos da última região fizerem o seu concurso.

É inconcebível que milhares de candidatos fiquem mergulhados num clima de tamanha angústia e de forma absolutamente desnecessária. As provas de cada região são diferentes entre si. Os candidatos disputam vagas numa mesma região. Isso implica dizer que, uma vez realizada a prova de determinada região, nada, rigorosamente nada, impede a divulgação do respectivo gabarito, via imprensa ou via Internet. O único impedimento é a visão míope, pequena, tacanha de burocratas que usam o poder desconectados com a comunidade.

E a comunidade, nesse caso, são as 700 mil pessoas que pagaram a taxa de inscrição e participaram do concurso da Caixa, cuja transparência é, além de uma exigência constitucional, uma questão de ordem moral.

Não desejo entrar no mérito dos critérios que levaram à escolha, sem licitação, de uma fundação privada para a realização de um concurso que gerou uma arrecadação de R\$17 milhões. Desejo, por enquanto, consignar que a aproximação do Estado com a Nação, ou seja, a utilização da burocracia em favor e não contra a sociedade deve ser perseguida em todos os escalões.

O concurso da Caixa Econômica serve também como exemplo da cultura que domina os gabinetes refrigerados de alguns tecnocratas de Brasília, que estão sempre distanciados do sofrimento e da angústia do nosso povo.

Sobre esse fato, a **Folha Dirigida** - um importante jornal do País, de grande prestígio, que, além de propugnar pela causa da educação, pela melhoria dos níveis educacionais da nossa população, é um jornal que instrui e informa candidatos sobre todos os concursos realizados no País, nas diferentes órbitas -, em seu exemplar nº 733, do último dia 8 de maio, apresentou um editorial absolutamente pertinente, oportuno e que vem ao encontro da preocupação que trago neste pronunciamento.

Solicito à Mesa que determine a transcrição desse editorial nos Anais da Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo muito a gentileza do Senador Maguito Vilela, que me cedeu a oportunidade de falar.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO
EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

A burocracia deve sempre estar a serviço da coletividade. O Estado precisa sempre, através de seus organismos, estar sintonizado com os anseios da sociedade.

O que vemos, às vezes, é exatamente o contrário. Burocratas sentem-se donos de um poder que não têm. Não têm porque o poder que lhes é conferido só faz sentido, quando está direcionado em favor dos pobres mortais que eles teimam em ignorar, encastelados nos seus gabinetes refrigerados.

Quero trazer um exemplo que está ocorrendo de abuso de poder da nossa burocracia em detrimento do interesse legítimo dos 700.000 homens. É um pequeno exemplo que traduz uma cultura arrogante de uma tecnocracia que insiste em se isolar da base social.

Refiro-me a um concurso público que está sendo realizado pela Caixa Econômica Federal. É um concurso que envolve a "modesta" quantidade de 700 mil pessoas em todo o país.

Diante de um número tão expressivo de candidatos, a Caixa Econômica decidiu segmentar o concurso em quatro regiões, cujas provas estão sendo realizadas nos finais de semana.

Podemos imaginar a angústia desses candidatos, lutando desesperadamente por uma das 2 mil vagas previstas. É a angústia de quem tenta vencer a

barreira do desemprego que assola este país. Ora, num concurso público espera-se transparência total em todas suas etapas. A transparência maior é em relação à própria prova e aos gabaritos que servem como referencial para os candidatos.

Quem já participou de um concurso público, sabe que a ansiedade natural mobiliza os candidatos para, após a prova, saberem como foi seu desempenho. E, para isso é fundamental que o caderno de provas e as respostas oficiais sejam divulgadas com presteza.

Isso não está acontecendo com o concurso da Caixa Econômica. As provas somente serão anunciadas, depois que os candidatos da última região fizerem seu concurso. É inconcebível que milhares de candidatos fiquem mergulhados num clima de tamanha angústia e de forma tão desnecessária.

As provas de cada região são diferentes entre si. Os candidatos disputam vagas numa mesma região. Isto implica dizer que uma vez realizada a prova de determinada região, nada, rigorosamente nada, impede sua divulgação, via imprensa ou via internet. O único impedimento é a visão míope de burocratas que usam o poder desconectados com a comunidade.

E a comunidade, nesse caso, são as 700 mil pessoas que pagaram a taxa de inscrição e participam de um concurso público, cuja transparência é, além de uma exigência constitucional, uma questão de ordem moral. Não desejo entrar no mérito dos critérios que levaram à escolha, sem licitação, de uma fundação privada para a realização de um concurso que gerou uma arrecadação de R\$17.000.000,00 (dezesete milhões de reais).

Desejo, por enquanto, consignar que a aproximação do estado com a nação, ou seja, a utilização da burocracia em favor, e não contra, a sociedade deve ser perseguida em todos os escalões.

O exemplo do concurso da Caixa Econômica serve como exemplo da cultura que ainda domina os gabinetes refrigerados de alguns tecnocratas de Brasília, que estão sempre distanciados do sofrimento e da angústia do nosso povo.

Há alguns tecnocratas em Brasília que se sentem donos do pedaço. E, na realidade, acabam sendo. Tomam decisões que, às vezes (melhor dizer: na maioria das vezes), estão dissociadas do interesse da comunidade. São decisões inspiradas pelas melhores das intenções, mas que ficam contaminadas pelo ilhamento dos gabinetes.

Os responsáveis pelo concurso da Caixa Econômica Federal, por exemplo, acabam de tomar uma dessas decisões. Proibiram a divulgação das questões das provas, no dia seguinte à sua realização. E apresentaram um argumento aparentemente razoável: o concurso foi dividido em quatro grandes regiões, cujas provas estão sendo realizadas em quatro finais de semana. E daí? Daí que o raciocínio técnico é de que as provas somente deverão ser liberadas, após a realização do último concurso. Acontece que cada prova é diferente da outra. E mais: os candidatos competem entre si na mesma região.

Então, o bom senso recomendaria que, em nome da transparência e em nome do respeito aos candidatos, as provas deveriam ser liberadas após sua realização. Isso, como sói acontecer nos grandes concursos, aliviaria as tensões e a ansiedade de milhares de pessoas de que fazem o concurso e ficam angustiadas, tentando adivinhar como se saíram.

Ora, não fosse um preceito legal que norteia os atos administrativos (legalidade, moralidade e Publicidade), e ainda assim a tese da divulgação encontraria respaldo no simples argumento de que a prova pertence aos candidatos e não aos organizadores do concurso.

Só a título de exemplificação: ano passado, o Banco do Brasil realizou um concurso nas mesmas condições que a Caixa Econômica Federal. E as provas foram todas divulgadas com os respectivos gabaritos logo após sua realização. Além da imprensa, elas foram disponibilizadas na Internet.

É pena que a miopia, ainda que bem intencionada, de alguns acabe prejudicando a vida de tantos de forma tão desnecessária. É uma demonstração de poder grande, mas de sensibilidade social pequena.

Por que as coisas têm de ser complicadas, quando podem ser tão simples? É a indagação, sem resposta, de milhares de pessoas que sentem na própria pele o quanto podem os tecnocratas de Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por vinte minutos, pela Liderança do PMDB.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, subo a esta tribuna para tratar novamente de um assunto de grande importância para centenas de estudantes de meu querido Estado de Goiás. Jovens matriculados na respeitada Universidade Salgado de Oliveira, muitos dos quais completaram seus cursos no final do ano passado, estão ameaçados de não exercerem

rem suas profissões, em função de um impasse criado em torno da regularização da nova unidade de Goiânia.

A Universidade Salgado de Oliveira, ou Universo, como é conhecida, cuja matriz situa-se no Rio de Janeiro, foi reconhecida em 1993. Em 1995, com base numa resolução do hoje extinto Conselho Federal de Educação, iniciou um processo de expansão pelo Brasil, com unidades em Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco e Ceará.

O processo caminhava de forma absolutamente normal até que os integrantes do novo Conselho Nacional de Educação, sucedâneo do Conselho Federal de Educação, que havia autorizado a expansão, entendeu que, com a mudança no Ministério, a Universo necessitaria de uma nova autorização para expandir suas atividades. Embora seja uma argumentação estranha, poderia ser vista como normal, não fosse pelo seu desfecho.

O novo Conselho achou por bem não confirmar a autorização, embora tenha concedido a outras instituições em situações absolutamente idênticas, o que gerou um imbróglio jurídico prejudicial a quem não tem nada com isso: os estudantes. A Universo recorreu à Justiça e já ganhou em duas instâncias e, mesmo assim, o MEC ainda não quis rever a sua posição.

Esse assunto traz-me à tribuna novamente, em primeiro lugar pela preocupação com os estudantes goianos que estudaram, passaram pela batalha do vestibular, dedicaram-se durante quatro anos ao curso escolhido e agora têm sua carreira profissional ameaçada. E o que é pior: pela manifestação do antigo Conselho Federal de Educação e, mais recentemente, pelo julgamento da Justiça, por culpa de quem deveria estar zelando pelos seus interesses, o Ministério da Educação.

Mas há outro ponto preocupante a ser analisado a respeito desse assunto. A revista *IstoÉ* trouxe recentemente uma matéria bombástica, denunciando que o Ministério da Educação tem sido constantemente acusado de montar esquemas de favorecimento a determinadas universidades privadas, em detrimento de outras. A revista mostra que os interesses no setor são gigantescos. O ensino universitário privado no Brasil é um mercado de 1.015 cursos com mais de um milhão e meio de estudantes e, vejam bem, faturamento anual estimado em cinco bilhões de reais.

A partir desse rico e promissor negócio, que tende ainda a dobrar de tamanho nos próximos quatro

anos, a revista desfila inúmeras denúncias de vendas e falsificação de pareceres, favorecimentos ilícitos, suspeitas de recebimento de propinas, num jogo que, ao que conclui a reportagem, a isenção e os critérios técnicos são o que menos importa. Quem tem prestígio e influência no Conselho consegue as autorizações. Quem não tem, fica na fila de espera. No caso da Universo, espera que já ultrapasse os quatro anos.

Não quero aqui fazer acusações a quem quer que seja. Apenas reporto ao Plenário denúncias divulgadas por uma importante revista de circulação nacional. Até porque acho muito estranho que pelo menos duas universidades paulistas, em casos também retratados pela revista, tenham conseguido essas autorizações em casos iguais ao da Universo, e a Universo, mesmo tendo referendo judicial, não consegue legalizar sua nova unidade.

Agravam ainda mais as suspeitas levantadas pela revista *IstoÉ*, declarações do Sociólogo José Arthur Gianotti, homem respeitado em todo o País, que diz que a "Câmara de Educação Superior do MEC transformou-se numa reunião de lobbies, num fórum de partilha de interesses privados".

Diante de tais acusações, e vendo um caso concreto de uma instituição que, por não ter um lobby no Ministério, não consegue autorização para formar seus estudantes, enquanto que outras, em condições iguais, conseguem, eu não poderia omitir-me. Até porque são interesses de centenas de jovens goianos que estão em jogo. Aliás, são tão graves as denúncias que não seria demais estudarmos até a possibilidade de instalação de uma CPI para investigar o ensino superior privado no Brasil.

Tentei, por diversas vezes, conseguir uma explicação convincente do MEC para o assunto, mas ainda não tive o sucesso esperado. Faço desta tribuna, mais uma vez, um apelo ao Ministro Paulo Renato. Sei da seriedade pessoal do Ministro e do esforço que tem feito para melhorar o setor educacional do País. Reconheço também que existem pessoas sérias e honestas no Conselho Nacional de Educação.

É ao Ministro e a essas pessoas de bem que compõem o Conselho que apelo neste momento. Façam valer a justiça, o princípio da igualdade e resolvam o problema da Universidade Salgado de Oliveira. Como eu disse, trata-se de uma instituição séria, que funciona há vários anos no Rio de Janeiro e que só abriu essa nova unidade em Goiânia porque tinha autorização para tal.

Se a estrutura do Ministério foi mudada ou se os critérios foram modificados, que se busque uma nova

solução. O que não se pode mais é esperar e punir uma instituição que tem formado milhares de jovens pais afora e, especialmente, punir esses jovens estudantes que se dedicaram de corpo e alma para ter uma profissão e, agora, estão impedidos de exercê-la.

Reitero a minha confiança pessoal no Ministro Paulo Renato - aliás, um dos poucos Ministros deste Governo que tem conseguido realizar um bom trabalho em sua Pasta. E reivindico que interfira pessoalmente para resolver esse problema. Caso contrário, teremos que acreditar que as questões no MEC, pelo menos nesse setor, só se resolvem mesmo na base do lobby e de instrumentos pouco recomendáveis a gente séria e pessoas de bem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que com este apelo que faço pela segunda vez da tribuna do Senado Federal, possamos encontrar um caminho para resolver esse problema que, volto a dizer, é muito angustiante para os estudantes goianos, que, ao longo dos anos, vêm-se formando naquela universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) - Convido o Senador Eduardo Suplicy para assumir a Presidência dos trabalhos.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um breve registro, até porque estarei me reportando a esse assunto posteriormente.

Ontem foi um dia bastante cansativo para todos nós, particularmente para nós, da Oposição. Isso porque tivemos aqui três votações importantes, com prejuízo igualmente importantes para o interesse do povo brasileiro.

O primeiro deles ocorreu na parte da manhã, na Comissão Especial que dava parecer ao projeto de conversão da medida provisória sobre o Código Florestal, ocasião em que foi aprovado o relatório do Deputado Micheletto; relatório este que desconsiderou os pontos mais importantes da proposta apresentada pelo Conama, que contava com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade: as ONGs ambientalistas, representantes do Governo e a parte dos produtores, principalmente da Confederação Nacional da Agricultura.

Durante alguns meses, desde o final de dezembro do ano passado, iniciamos um amplo processo de

discussão. Achávamos que o fórum adequado para as modificações no Código Florestal, que deve acontecer - até porque o Código Florestal precisa ser atualizado à luz dos avanços que tivemos em relação à legislação ambiental, que foi sendo criada neste País - deveria ser a Câmara Técnica do Conama.

Conseguimos que esse debate ocorresse na Câmara Técnica do Conama; conseguimos chegar a uma proposta consensuada com pequenas divergências, mas estas refletem o esforço empenhado pelos mais diferentes setores da sociedade. E como tivemos ali a participação de três Ministérios - o Ministério do Meio Ambiente, o da Agricultura e a Casa Civil -, entendia-se que o Governo estava apresentando uma proposta e que, no Congresso Nacional, haveria alguém para bancar essa proposta na base do Governo. E foi grande o meu espanto, bem como o da Bancada socioambiental do Congresso Nacional com o fato de que, realmente, embora se dissesse que aquela era a proposta do Governo, ninguém a estava defendendo. E o que tivemos como resultado de aprovação foi a proposta do Deputado Micheletto, que, segundo S. Ex^a, foram incorporadas 70% das propostas existentes no projeto do Conama, apresentado em forma de substitutivo pelo Senador Pedro Simon.

Agora, se permanecem 70%, mas os 30% que ficam de fora são a espinha dorsal do projeto, não há muito o que comemorar. Até usei o exemplo de alguém que diz: "Estou mantendo a integridade física do seu corpo em 70%, mas o seu cérebro e o seu coração, esses eu vou detonar." O que podemos fazer com um corpo que não tem cérebro e coração?

Foi isso o que o Deputado Micheletto fez: no que se refere à reserva legal, a da Amazônia passou de 80% para 50%; a do cerrado e da Mata Atlântica foi rebaixada de 50% para 20%, e na área de preservação permanente, S. Ex^a instituiu uma novidade que não sei de onde tirou. Diz o texto do Deputado Micheletto que as áreas de preservação permanente em que não há mais a cobertura vegetal ou natural podem ser utilizadas para qualquer outro fim: agricultura, criação de boi, capim, carrapato, ou o que S. Ex^a crê que nelas deva ser feito.

Ora, as áreas de preservação permanente, geralmente, têm um significado e não são criadas ao acaso. Elas ficam nas encostas de morros, nas margens dos rios e dos lagos, são reservas que cumprem uma função estratégica, principalmente no que concerne aos recursos hídricos. Se foram devastadas, isso não significa que devam ser aproveitadas para

cial ético para que essa técnica possa ser implementada, evitando-se a devastação.

Fiquei muito triste quando vi as pessoas comemorando como vitória, ontem, a ampliação em mais 30% das possibilidades de devastação da Amazônia. E estávamos, inclusive, flexibilizando muito, dizendo que os 80% e os 50% poderiam ser revistos de acordo com o zoneamento ecológico e econômico de cada Estado, de cada região. Na proposta do Deputado Moacir Micheletto isso também pode ser revisto, só que S. Exª diz que, na Amazônia, pode cair de 50% para 20%, assim como no cerrado e na Mata Atlântica.

Na verdade, ontem aconteceu uma política de corte raso na Amazônia e no salário. Lamentavelmente, foram duas derrotas. Fico feliz que o Presidente Antonio Carlos, ontem, não tenha colocado em votação o projeto de conversão do Deputado Micheletto, porque tenho certeza de que muitas pessoas iriam querer votar o corte raso no salário em troca do corte raso na Amazônia. Ainda bem que não foi assim e, agora, teremos a oportunidade de esclarecer para a opinião pública que a manutenção dos 80% na Amazônia e 50% no cerrado, em hipótese alguma significa engessar o desenvolvimento. Ao contrário, significa termos um novo paradigma de desenvolvimento que compatibilize preservação ambiental, crescimento econômico e justiça social.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senadora Marina Silva, observo que, em relação à Medida Provisória nº 1.956/99, o prazo de apreciação da matéria no Congresso Nacional vai até o dia 27 de maio. Se, porventura, não houver – o que não está previsto – sessão do Congresso Nacional para o exame da matéria até essa data, e ocorrer a sua reedição, existirá a possibilidade de emendas visando o aperfeiçoamento eventual e a nova discussão da matéria.

Em vista de V. Exª ter trazido hoje ao Plenário um esclarecimento mais aprofundado da questão, avalio que será da responsabilidade de todos os Srs. Congressistas examinar as razões pelas quais podemos perfeitamente conviver com uma floresta e com a preservação de oportunidades de trabalho e dignidade de vida para todos.

A SRª HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pela Liderança do Bloco, concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRª HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, compartilho inteiramente das observações feitas pela Senadora Marina Silva. S. Exª, durante toda a sua história de vida, tem dado uma gigantesca demonstração de competência, não apenas de sensibilidade, no sentido de buscar alternativas concretas para garantir o desenvolvimento econômico e, portanto, a dinamização da economia local, a geração de emprego e renda. Tudo isso com toda a sensibilidade social que, durante toda a sua vida, teve como opção demonstrar.

Sr. Presidente, Senadora Marina Silva, farei algumas observações a respeito das últimas medidas apresentadas pelo Governo Federal em relação à reforma agrária e à pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil, que, supostamente, foram atendidas.

Talvez não seja necessário falar do novo pacote anti-reforma agrária, porque, de uma forma ou de outra, a sociedade já sabe que a Constituição obriga que se faça a reforma agrária. De fato, as únicas alternativas que foram negociadas ontem junto ao Grito da Terra e às entidades em relação à questão da reforma agrária foram o aumento em TDAs para que os Estados desapropriem imóveis – embora não tenham as metas de assentamento – e a questão da criação do crédito fundiário de R\$720 milhões, que já tivemos a oportunidade de debater por várias vezes nesta Casa, especialmente na Comissão de Assuntos Sociais.

Trata-se de uma política irresponsável do Governo Federal apresentar à opinião pública a possibilidade de fazer a reforma agrária por meio não de um instrumento constitucional, que é a desapropriação, mas por meio de um instrumento que muito garante a ansia da Bancada Ruralista, com a supervalorização do preço das terras por intermédio do Banco da Terra.

Todos sabemos, inclusive vários Parlamentares desta Casa – como o Senador Osmar Dias, que não é da Oposição, é do PSDB, e já teve a oportunidade de avaliar a questão –, que as condições de financiamento impostas ao suposto usuário do Banco da Terra são condições impagáveis.

outros fins que não aqueles para os quais foram criadas. Elas têm que ser recuperadas, mas, na sua proposta, o Deputado Micheletto Ihes dá um outro destino, o que é uma contradição aos objetivos de sua criação.

Um outro aspecto que consideramos importante é que, segundo a proposta do Conama, primeiro deveriam ser aproveitadas as áreas já devastadas e que estão abandonadas – hoje, mais de 160 mil km² já foram devastados e abandonados, sem contar que, ao todo, na Amazônia, já foram devastados 551 mil km². E as pessoas ficam querendo mais, mais e mais.

Fiquei estarecida quando, na parte da manhã, vi que um grupo de entidades ambientalistas não pôde entrar para assistir à votação do projeto de conversão. Indaguei sobre isso aos seguranças, que me alegaram ordens superiores. Perguntei o mesmo ao Presidente da Comissão, que me disse ser algo vindo dos seguranças. Como sei que muitas decisões acabam sendo jogadas nas costas dos seguranças e não aparece quem lhes deu a ordem, entendi que havia, sim, uma orientação por parte de alguém da Comissão para que apenas entrassem os ruralistas, porque estes eram muitos, sentados, muito bem acomodados. No entanto, os ambientalistas estavam de fora, não podiam entrar, o que, regimentalmente, é proibido. Quando argumentei com o Presidente, Senador Jonas Pinheiro, que isso feria o nosso Regimento Interno, segundo o qual as nossas sessões de Comissão são públicas e a elas pode assistir qualquer cidadão, S. Ex.^a aquiesceu e os ambientalistas puderam entrar.

Lamentavelmente, o que foi aprovado ontem é um retrocesso na legislação ambiental brasileira. Discordo completamente do discurso que diz que a manutenção de 80% da Amazônia e 50% do cerrado significa o engessamento do nosso desenvolvimento, e que a ampliação em mais 30% da devastação da Amazônia será a redenção da Economia da região, pois isso vai gerar emprego, acabar com a pobreza e tudo o mais. Isso não é verdade e não concordo com esse argumento, porque, no Sul e no Sudeste, acabou-se com a Mata Atlântica – hoje, só restam 7% dela – e fica a pergunta: por que lá ainda existem pobres e problemas? Já acabaram com tudo e estão reivindicando mais ainda, querem o restinho, dizendo que isso é para gerar emprego e renda, fazer o progresso e acabar com a pobreza.

Na Amazônia, acaba-se com a pobreza acabando-se com os meios que possibilitam as condições de vida na pobreza, porque, em São Paulo e no Rio de

Janeiro, quem é pobre mora em favela, morro acima e morro abaixo. Na Amazônia é diferente, porque há mata. Nela, quem é pobre pode pegar um tambaqui, um jaraqui, um pirarucu, um mandi e comer, obtendo proteína de peixe; pode pegar a castanha, extrair a borracha, caçar e pescar, e, ao menos em termos protéicos, vive em melhores condições do que em qualquer outro lugar deste País. Entretanto, existem aqueles que dizem: "Não, ampliar mais, mais e mais é o progresso".

Progresso seria se tivéssemos um outro paradigma de desenvolvimento que não esse, atrasado, de se pensar que é derrubando-se floresta que se resolverá o problema do desemprego e da pobreza. Esse argumento é falacioso, pois os antigos seringais nativos comportavam de cem a duzentas famílias, enquanto uma fazenda com o mesmo número de hectares de terra ocupa apenas cinco peões. Para onde vão as outras pessoas que moravam nos antigos seringais nativos? Para as periferias das cidades.

Então, ali houve um retrocesso que espero que o Congresso Nacional tenha a oportunidade de reparar quando da votação desse projeto de conversão. Se assim não for, o Governo deve ter paciência e reeditar a medida provisória dos 80% e dos 50% para que não se crie uma anomalia incongruente e sem coerência com o avanço da legislação ambiental. Se o Governo quer resolver o problema dos ruralistas e se estes desejam solucionar suas questões, devem buscar meios para isso. Penso que é possível haver apoio técnico e recursos para se assumir uma atividade produtiva sustentável, porque essa idéia de se garimparem nutrientes, principalmente na Amazônia, para plantar roçados, plantar capim e criar bois constitui uma visão atrasada.

Todos sabem que a política de pecuária extensiva, por exemplo, não tem sustentabilidade, pois, depois de cinco, seis ou sete anos, o pasto já não serve mais, sendo necessárias outras florestas para, após outros cinco anos, serem derrubadas. A Embrapa já dispõe de tecnologia que assegura o melhoramento de pastos de modo a se dobrar a capacidade de criação de bois sem se precisar derrubar a floresta. Não sei que prazer as pessoas têm em, mesmo existindo a tecnologia, derrubar, queimar e plantar capim. Não entendo isso como progresso, mas como atraso. É claro que precisamos de uma agricultura e de uma pecuária fortes, além de tudo o mais a que temos direito, mas, se há meios técnicos para obtermos isso sem a destruição da floresta, vamos criar um referen-

O Banco da Terra, à luz da experiência da Cédula da Terra, inclusive deveria estar sob investigação do Banco Mundial, porque R\$400 milhões desse suposto recurso que vai ser apresentado como um crédito fundiário de R\$720 milhões nada mais são do que mais um instrumento de endividamento do Brasil junto àquela instituição financeira internacional. E isso quando já temos um instrumento constitucional de desapropriação, que nos possibilita não termos que pagar diretamente àqueles que não cumprem a Constituição, porque, embora a Constituição estabeleça a propriedade privada como direito, só o assegura quando essa cumpre a sua função social.

Portanto, mais uma vez, o Governo Federal institui um volume muito maior de recursos: ao estabelecer, sem meta de assentamento, mais 176 milhões em TDAs, cria o crédito fundiário de R\$720 milhões. Ou seja, o Brasil vai se endividar mais ainda perante o Banco Mundial quando já temos um instrumento constitucional que garante a desapropriação.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida, as supostas reivindicações atendidas ontem nas negociações do Grito da Terra mostram, primeiro, a luta gigantesca, especialmente da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - e de todas as entidades que, ao longo da história recente do País, têm feito durante o mês de maio o chamado Grito da Terra, que são justamente as reivindicações legítimas daqueles que insistem em continuar gerando renda, gerando riqueza deste País, produzindo alimentos que, muitas vezes, não conseguem ser revertido nem para a vida diária, cotidiana, dos próprios agricultores.

Mas uma coisa extremamente importante que ficou evidenciada em todas essas negociações é, de fato, a estratégia, o jogo de **marketing** do Governo contra o MST. Na realidade, o pouco das reivindicações do Grito da Terra que foi atendido ontem nos faz, mais uma vez, darmos viva ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Isso, porque, se o MST não tivesse feito toda essa mobilização, não tivesse feito as ocupações necessárias e legítimas, não tivesse feito nada disso, o Governo Federal sequer teria atendido parte das reivindicações apresentadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Por quê? Porque foi um gesto extremamente simbólico. O Governo Federal, na perspectiva de isolar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - até porque o Governo Federal estabeleceu uma verdadeira tática obsessiva de isolar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra perante a sociedade

e as demais entidades -, não aceitou discutir com o MST as reivindicações extremamente legítimas, legais, que estavam sendo apresentadas. E, para caracterizar o isolamento daquela entidade, atendeu, em parte, algumas reivindicações do Grito da Terra, as quais passarei a analisar ponto por ponto, porque, infelizmente, trata-se de mais uma proposta demagógica do Governo Federal.

A primeira delas, Sr. Presidente, refere-se ao custeio da renegociação das dívidas dos agricultores familiares, porque todos nós lembramos do gigantesco esforço feito, especialmente pela Bancada do PT e pela Bancada progressistas da Oposição na Câmara, no sentido de possibilitar a renegociação das dívidas dos agricultores familiares, do pequeno agricultor. Qual foi a resposta dada pelo Governo? Simplesmente a de estabelecer uma nova perspectiva de rolagem da dívida para aqueles que tinham uma dívida superior a R\$200 mil. Portanto, aos grandes. Aos que deviam mais de R\$200 mil, estabeleceu-se a possibilidade de modificar a rolagem da dívida. Para o pequeno, absolutamente nada. Então, o que existia, até agora, em relação à questão do custeio, especialmente do Pronaf? O Governo diz que está fazendo muita coisa interessante, mas sabemos que a inadimplência para o custeio em relação ao Pronaf é mínima, até porque o Pronaf não é um instrumento de financiamento para as regiões mais pobres do País. Para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o financiamento para a atividade agrícola é muito mais por meio dos fundos constitucionais - nos quais o Governo Federal não mexeu, como também não estabeleceu a possibilidade de renegociação dessas dívidas - do que por meio do Pronaf. No Pronaf, a inadimplência do custeio, especialmente no Sul, é mínima.

Então, quais as supostas alterações que foram encaminhadas em relação à renegociação das dívidas? As alterações que foram propostas resgatam, de fato, os termos originais da proposta do Governo para as dívidas dos pequenos produtores. Todos se lembram de que a proposta que apresentamos para definição dos prazos das operações e modificação da rolagem da dívida estabelecia um prazo limite de até dez anos, com dois anos de carência. O Governo tem apresentado um prazo de até cinco anos, com até um ano de carência. A única coisa que conseguimos foi tirar o "até". Ou seja, em vez de ser "de até cinco anos", é "de cinco anos".

Isso mostra a diferença de tratamento para o pequeno e para o grande produtor - um tratamento punitivo aos agricultores familiares devedores do cré-

dito rural em relação aos médios e aos grandes. Por quê? Porque, segundo o disposto na Lei nº 9.138, de 1995, os beneficiários da securitização das dívidas rurais, portanto, com valor de até R\$200 mil, tiveram as dívidas prorrogadas pelo período mínimo de sete anos, que, por sua vez, já foi transformado para dez anos, com a dilatação dos prazos originais. Ou seja, para a agricultura familiar, para o pequeno proprietário, são cinco anos, conquistados ontem, com muita luta. Para o médio, estabeleceu-se uma dilatação de prazo de dez anos. E, no caso dos maiores devedores do crédito rural, o prazo é mais simbólico ainda: 20 anos para o alongamento do prazo para pagamento das dívidas. Portanto, o Governo Federal apresenta a pauta de um suposto atendimento das reivindicações, quando, de fato, apenas consolida a mentira, o jogo de marketing.

Em relação aos encargos financeiros, Senador Eduardo Suplicy, o retrocesso é maior ainda. Os encargos financeiros foram alterados de 5,75% ao ano para 3% ao ano. Alguém poderá dizer: "Ótimo! A nossa reivindicação foi atendida. Conseguimos diminuir a incidência dos juros". Entretanto, foi incluída a equivalência/produto, que sempre foi uma reivindicação das entidades que trabalham com o setor agrícola, dentro dos seguintes termos: se o trabalhador, o pequeno proprietário, se endividasse em um montante correspondente, por exemplo, a três sacas de milho, pagaria ao banco as três sacas de milho. Evidentemente, o Governo Federal, que estabeleceu uma política de desmonte das centrais de abastecimento, não terá mais lugar para estocar as três sacas de milho; portanto, não poderá colocá-las na sala do gerente do banco. Estabeleceu, então, que haveria uma equivalência em relação ao preço mínimo.

Entretanto, Sr. Presidente, há um retrocesso em relação aos encargos - os 5,75% ao ano -, se tomarmos como base o caso do milho. Novamente, alguém poderá dizer que, nos casos do feijão e do arroz, a situação é diferente. No entanto, é exatamente o milho que referencia 80% dos contratos de equivalência/produto. Por isso, a gravidade da questão. Oitenta por cento dos contratos de equivalência/produto, que é justamente o instrumento que será anexado aos encargos financeiros supostamente mais baixos pelo Governo Federal, acaba gerando um aumento muito maior: o que era de 5,75% aumenta para 9%. Por quê? Porque, desde a safra 1998/1999, já foi de 6%. Agora, para a safra 1999/2000, o preço mínimo do milho nas mesmas regiões subiu para R\$7,10 a saca de 60 Kg, significando um aumento de 6% no preço/produto.

Portanto, o valor final do encargo sobe para mais de 9%. Todavia, o Governo continua fazendo magia, dizendo que reduziu os juros de 5% para 3%. Realmente, fica muito difícil suportar essa situação.

E o pior, Sr. Presidente, é que essa taxa é superior às previstas para outros programas, como o Proleite, o Proso, Renovação de Tratores e Colhedeiras, que, para os mutuários com renda de até R\$250 mil, estão sujeitos a uma taxa de 8,75% ao ano.

É inaceitável que o Governo Federal diga que, de alguma forma, está renovando dívidas para os custeios. Essas dívidas - volto a repetir - são pequenas, porque o Governo não mexeu na dívida dos fundos constitucionais para as regiões mais pobres do País; não fez absolutamente nada. Além de a inadimplência para o custeio ser pequena, quando a estabelece, ainda age dessa forma, ou seja, dizendo que reduziu os encargos financeiros. Mentira! Aumentaram os encargos financeiros para o agricultor familiar. Essa atitude mostra, claramente, a opção política do Governo no sentido de privilegiar os grandes proprietários, aqueles com dívida muitas vezes superior a R\$250 mil.

Sr. Presidente, a depender da variação do preço mínimo, os novos encargos, como eu disse, poderão ser muito superiores aos anteriormente fixados, significando mais uma manobra do Governo em prejuízo dos agricultores familiares do Brasil.

A propósito, o que o Governo fez com essas medidas foi equiparar os encargos do alongamento das dívidas dos agricultores familiares aos previstos pela securitização, ou seja, aqueles que deviam até R\$200 mil. Significa dizer que o agricultor familiar do semi-árido do meu Nordeste terá os mesmos encargos que os mutuários do crédito rural com dívida de até R\$ 200 mil, sem mencionar aqueles que têm dívida superior a R\$ 200 mil nos bancos, que tiveram a rolagem das dívidas garantidas, enquanto que os pequenos agricultores familiares, mais uma vez, têm de se submeter a esse blefe do Governo Federal.

Em relação ao investimento citado na segunda parte da discussão da dívida do Pronaf, o que poderia ser considerado um avanço da medida relativa à Resolução nº 2.703 do Banco Central seria a extensão do alongamento para as operações de investimento, fato não previsto anteriormente. Todavia, durante o período envolvido pela medida, as operações de investimentos no âmbito do Pronaf, nas fontes contempladas pela resolução, envolvem o valor de apenas R\$520 milhões.

Os prazos de formalização, reembolso e carência das operações de alongamento de investimento são os mesmos previstos para o custeio. Pode-se dizer, sem dúvida, que foi uma grande esperteza do Governo. Aliás, a única coisa que o Governo consegue é ser muito esperto - e esperto no sentido medíocre da palavra, significando aquele que se apropria de um instrumento público para prejudicar os pequenos.

Aí, o Governo diz que está fazendo alguma coisa. O que o Governo fez? Substituiu a TJLP, Taxa de Juros de Longo Prazo, na indexação do financiamento do Pronaf, pela equivalência/produto, mais 3% ao ano. A julgar pelo exemplo dado anteriormente - o caso do milho -, o efeito da medida é puro **marketing** - está-se simplesmente trocando seis por meia dúzia. Os encargos incidentes sobre as operações de investimento no âmbito do Pronaf, que estavam sujeitas à TJLP mais 6%, considerando-se a variação acumulada dessa mesma taxa nos últimos doze meses, agora, na posição de março de 2000, de 12%, já seriam de 9%, ou seja, a mesma taxa, considerando-se os novos encargos de 3% ao ano mais a equivalência preço/produto, como citei no caso do milho, que, de fato, estabelece 80% dos contratos.

Já tive oportunidade de debater o crédito fundiário, a propaganda enganosa do Governo Federal, que tem a Constituição como instrumento legítimo e de baixo custo aos cofres públicos para fazer a reforma agrária, que não faz, e prefere se endividar mais junto ao Banco Mundial para dar dinheiro fácil ao latifúndio improdutivo, incompetente e insensível, proporcionando, inclusive, condições de pagamento impossíveis de serem viabilizadas pelos pequenos produtores.

O Fundo de Aval para a agricultura familiar tem sido um reivindicação histórica. É claro que, para os assentados, já existia o correspondente ao Fundo de Aval no Prodera, porque, de fato, o Governo Federal, de alguma forma, bancava 100% das operações feitas pelos assentados. O Prodera acabou e virou tudo a mesma coisa. Ao invés de garantir condições melhores de financiamento para a agricultura familiar, o que era estabelecido no Prodera, o Governo fez o contrário, ou seja, retirou as condições favoráveis do Prodera, diminuiu-as, e a montanha veio para o vale, para garantir condições piores para a agricultura familiar.

O que se tem observado na aplicação dos recursos bancários em operações do Pronaf? Os bancos são autorizados a, de cada R\$100 aplicados no pro-

grama por meio dessa fonte, disporem de 30 reais para aplicações livres no mercado, ou seja, estabeleceu-se uma liberalidade para os bancos usarem os recursos, sem custo de captação para essas instituições. Eles vão conseguir ter ganhos relativamente elevados, o que efetivamente deveria poupar o Tesouro de gastos com o Fundo.

O Fundo de Aval está subdividido em três grupos: Grupo A, Grupo B e Grupo C. O Grupo A é constituído dos assentados recentes da reforma agrária, que terão uma cobertura do Tesouro Nacional de 70%. Anteriormente tinham uma cobertura de 100%. Significa que 30% da cobertura deverão ser dados pelo sistema bancário. Os bancos vão dar garantia para operações de investimento a agricultores recém-ingressos na terra, sabendo a política irresponsável do Governo Federal? Não vão fazê-lo!

O microcrédito é justamente aquele, Sr. Presidente, que beneficia o pobre, o miserável, aquele que tem um pedacinho de terra - que não lhe permite aproximar-se do banco; que não é aceita sequer como garantia pelo banco. Para os grandes é tudo fácil. A farsa, a fraude é montada para os grandes com a maior facilidade do mundo. Por quê? Porque eles apresentam uma mesma fazenda a 10 instituições bancárias como garantia - portanto, a fazenda jamais pagaria os 10 empréstimos. Os grandes podem tudo; o pequeno nem se aproxima do gerente, nem se aproxima da rede bancária.

E por isso era reivindicação do Fundo de Aval que essas pessoas pudessem ter a possibilidade concreta de, mesmo sem ter a garantia, fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Fazendo soar a campainha.) - A Presidência prorroga a sessão pelo prazo necessário para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento e para que este Senador possa ainda fazer aqui uma homenagem à Professora Maria da Conceição Tavares.

Gostaria que V. Ex^a ainda pudesse possibilitar o tempo necessário para isso na prorrogação, que vai até as 14 horas e 15 minutos.

A SR^a HELOISA HELENA (Bloco/PT - AL) - Sr. Presidente, é justíssima a homenagem a ser feita a uma das grandes lutadoras deste País.

Portanto, Sr. Presidente, o Governo está apresentando como Fundo de Aval algo que justamente abrange os beneficiados pelo Pronaf, que hoje estão centralizados no Sul e Sudeste. Os miseráveis do Nordeste, os miseráveis do Norte e do Centro-Oeste sequer se capacitam para esse tipo de investimento, são justamente os devedores pelos quais o Governo

Federal não quer fazer absolutamente nada, cuja dívida não tem a rolagem garantida.

Imaginemos agora os outros assentados da reforma agrária, os beneficiários dos grupos B e C. Os do Grupo B, como eu já disse, são justamente os pequenos proprietários, aqueles que vão habilitar-se ao microcrédito. No Grupo C haverá o custeio das famílias assentadas. Será que os bancos concederão a elas financiamento com a possibilidade de cobertura oferecida pelo Tesouro Nacional, de 15%? Então, Sr. Presidente, é inadmissível que o Governo Federal faça propaganda enganosa do atendimento das reivindicações, com o pacote lançado ontem, atendimento medíocre, pequeno, e que só foi feito em função da luta, da resistência, da coragem dos movimentos sociais, no caso a Contag, com o Grito da Terra, e especialmente o Movimento dos Sem-Terra. Se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não tivesse balançado as estruturas de poder deste País sequer essas reivindicações teriam sido atendidas.

Quanto às medidas que dispõem sobre os recursos do Pronaf, Sr. Presidente. Consta aqui que o Pronaf contará com recursos da ordem de R\$4 bilhões para o financiamento da safra. Em 98/99, o Governo tinha disponibilizado R\$11 bilhões; no final, só liberou R\$7,5 bilhões, e, agora, está apresentando como algo maravilhoso dar R\$4 bilhões em vez de R\$3 bilhões.

Os novos encargos financeiros, os recursos de assistência técnica, Sr. Presidente – está nos jornais – estão sendo ampliados de R\$9 milhões para R\$40 milhões. Com esse orçamento, considerando-se o universo de produtores, cada beneficiário disporá de R\$67 por ano para arcar com as despesas de assistência técnica.

É inadmissível que o Governo Federal faça de uma medida como essa uma comemoração, um jogo de **marketing** vergonhoso. Apesar de tudo isso, apesar do **marketing** feito pelo Governo Federal para medidas que demonstram a sua incompetência e a sua insensibilidade, não tenho como deixar de saudar a Contag pela mobilização para o Grito da Terra, e especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Governo, em decorrência da sua idéia fixa, da sua obsessão em isolar esse Movimento, acabou atendendo algumas pequenas reivindicações, que poderiam ter sido atendidas no ano passado, no outro ano, nos seis anos de Governo do Presidente da República. Agora foram atendidas, na tática de tentar

isolar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito à Senadora Heloisa Helena que passe a presidir a sessão para que eu possa fazer o meu pronunciamento. (Pausa)

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloisa Helena.

A SRª PRESIDENTE (Heloisa Helena) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloisa Helena, venho à tribuna para homenagear a Deputada Federal Maria da Conceição Tavares, professora ilustre que veio de Portugal e abraçou o Brasil como sua própria terra, tomando-se não apenas uma brasileira portuguesa, mas também uma cidadã do mundo. Tem ela nos brindado com maravilhosas reflexões e pronunciamentos, sendo um exemplo de garra extraordinária, pois está sempre estudando em profundidade os temas mais difíceis, sobretudo os da economia política e da história dos povos.

Maria da Conceição Tavares, nestes últimos anos, tem-se destacado por estudar a maneira como os Estados Unidos vêm conseguindo expandir a sua hegemonia, o seu poder no planeta e como a saúde econômica e financeira dos Estados Unidos da América não tem tido como contrapartida, como outro lado da medalha, a saúde, do ponto de vista sobretudo da equidade, no resto do mundo, inclusive na América Latina e na nossa própria terra.

Presto esta homenagem à professora Maria da Conceição Tavares porque fiquei triste de não poder estar presente em duas ocasiões para as quais fui convidado: na sexta-feira retrasada, inúmeros de seus amigos e familiares realizaram um jantar, no Cosme Velho – eu estava acompanhando Marta em atividades de campanha, em São Paulo; e na última segunda-feira, quando, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tantas pessoas, sobretudo da comunidade acadêmica e política, estiveram homenageando-a, e com a maior justiça.

Quero transmitir aqui, primeiro, com a leitura de um texto da própria Maria da Conceição Tavares, publicado na **Folha de S. Paulo** do último domingo, e depois com a leitura de outro texto, do Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, algumas reflexões sobre a

trajetória tão importante desse exemplo de mulher. Certamente, nestas últimas décadas, ela tornou-se modelo da participação da mulher na vida de trabalho, na vida política, na vida do pensamento e no desenvolvimento do pensamento brasileiro.

Justamente nesse artigo ela abordou o tema que V. Ex^a, Senadora Heloisa Helena, estava aqui tratando, dos movimentos sociais, de movimentos como o dos sem-terra e o Grito da Terra, trazendo uma reflexão extremamente interessante. Em "A construção da nação brasileira", Maria da Conceição diz que:

O bloqueio sistemático à democratização da propriedade e o uso da terra pelos "donos do poder" é um dos pilares clássicos do autoritarismo brasileiro. Os "liberais progressistas" do século 19 foram sistematicamente derrotados; os reformistas do século 20 tiveram um destino pior, porque muitos deles pagaram com a cadeia, o exílio e até com a vida suas pretensões de democratização da propriedade. Mas uma parte deles esqueceu o que pregou [Quem será que esqueceu o que pregou? Terá sido o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Vejamos se, porventura, aparece a sua personalidade neste artigo.] Os "intelectuais" que chegaram ao poder em 1995 continuam coniventes com a "ordem natural" das coisas, invocando mais uma vez como desculpa as "taras" do nosso passado colonial!

Nossa peculiar "revolução burguesa" já completou 150 anos e nunca conseguiu cumprir a promessa da "revolução democrática" feita pelas elites liberais civis e militares, desde o patriarca da Independência até a Nova República. A violência privada e a dos poderes de Estado sempre foram utilizadas para auxiliar a acumulação primitiva, mercantil e patrimonialista dos senhores da terra e do capital.

As nossas "revoluções políticas" foram em geral lideradas por personagens descontentes com a corrupção dos "políticos profissionais" e a situação do povo pobre. Os ex-rebeldes, porém, não resistiram ao apelo da restauração da ordem. Uma vez no poder, continuaram a obra de dominação que sempre reatualizou o passado por meio de sucessivos pactos de compromisso oligárquico celebrados em nome do futuro.

[Veja que brilhante, Senadora Heloisa Helena!]

É nesse sentido que a nação brasileira sempre foi uma invenção, ou das classes dominantes, ou dos intelectuais, ou dos próprios mitos e sonhos populares, e não um lugar de cidadania republicana.

O "Festival do Descobrimento", promovido em Porto Seguro pelo atual governo, encerrou de forma exemplar essa "estória" e levou de roldão, ao mesmo tempo, a pretensão civilizatória de nossas elites cosmopolitas rumo à "modernidade". Essa síntese "pelo avesso" das três modernidades, a portuguesa, a inglesa e a norte-americana, deixou espantados até mesmo os porta-vozes dos modernizadores imperiais.

Em contrapartida, os descendentes do povo colonizado original, os homens livres que sobreviveram à ordem escravocrata, os trabalhadores assalariados de um "mercado de trabalho" que nunca se universalizou e os sem-terra de um "mercado de terras" que nunca se implantou – a não ser como escândalo cartorial – ganharam finalmente o direito de lutar e morrer, sob refletores, por um mundo melhor.

Quem tem olhos para ver percebe que a pregação por justiça social está se espalhando aos quatro ventos [felizmente]. Que os católicos de esquerda estejam com os sem-terra, que os presbiterianos estejam com os sem-carteira de trabalho, os sindicatos com a defesa de suas categorias, os professores contra a privatização do ensino, a maioria da opinião pública contra a corrupção, a desnacionalização e a privatização dos serviços públicos e todos contra um salário mínimo de fome são manifestações críticas de nossa heterogênea e espalhada injustiça social.

Depois dos 50 anos em cinco de JK e dos 500 anos em cinco de FHC, afinal, o povo chegou à sua "modernidade". Por meio de mil estratégias de luta pelos seus direitos, parece estar disposto a tomar em suas mãos o destino da nação brasileira. Apesar disso, os senhores pré e pós-modernos que ocupam o poder executivo vêem nessas lutas e críticas um "risco institucional". Dizen-

do temer pela democracia (a das elites, naturalmente), resolveram endurecer.

Desde que eu mesma descobri o Brasil, com apoio nas lições de meus mestres e nas inúmeras viagens por este imenso país, vejo um anseio crescente de cidadania popular, periodicamente reprimido. Que os intelectuais partidários dessas lutas queiram reconstruir a República, propor uma democracia radical ou o socialismo, pouco importa. O fundamental é que o povo brasileiro está tentando mais uma vez alargar o seu "território", em vez de aceitar permanecer na "gaiola" em que os poderosos de várias gerações o meteram — coisa que continuam a fazer literalmente, quase sempre ao "arrepio da lei".

Neste fim de século, nesta terra que não "conquistei" como meus antepassados, mas que adotei e pela qual fui adotada nas alegrias e nas dores [Que bonito, Maria da Conceição!], acho que estou assistindo não apenas à tragédia da desconstrução da economia e do Estado nacional, mas também a uma tentativa polivalente de construção da nação brasileira. Não será aquela que eu e meus mestres da "Formação" e das "Raízes" sonhamos [**Formação Econômica do Brasil**, de Celso Furtado, e **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda], mas a possível para milhões e milhões de brasileiros que percorreram este país nos últimos 50 anos em caminhadas infundáveis, em migrações gigantescas, em lutas mortais pela sobrevivência.

Esta é a nação que tenho visto construir e que nenhuma cadeia ou gaiola, ditadura ou "democracia" é capaz de parar. Apesar da arrogância e do autoritarismo dos atuais donos do poder, que converteram em hipocrisia e escárnio os seus valores "éticos" e "estéticos", os espectros do passado estão sendo combatidos pelas lutas populares e por suas representações públicas e políticas. O futuro já começou!

Esse texto, Maria da Conceição Tavares, nos dá alegria, fé e vontade de prosseguir adiante nessa sua batalha. Tantos são os seus alunos, colegas e professores que, nestes últimos dias, lhe disseram palavras de conforto e homenagem. Dentre elas, estão as de um artigo que lerei, para que possamos

ouvir o testemunho de quem sentou nos bancos para olhar, ouvir, deglutir e apreciar as aulas da Professora Maria da Conceição. É o artigo de Paulo Nogueira Batista Júnior de hoje, na *Folha de S.Paulo*, com o nome "Maria da Conceição Tavares":

"Maria da Conceição Tavares está completando 70 anos e vem recebendo merecidas homenagens. A sua contribuição ao pensamento econômico brasileiro e latino-americano, como professora e pesquisadora, é reconhecida até mesmo por seus adversários ideológicos e políticos.

Muitos reclamam do seu estilo agressivo e destemperado, que não combina com os hábitos da terra. Poucos percebem que Conceição Tavares é mais radical na forma do que no conteúdo. Ela lembra, nesse ponto, o revolucionário francês Georges Danton, um orador brilhante e incendiário, mas que defendeu, em diversos momentos cruciais da Revolução, posições relativamente moderadas."

E quantas vezes Conceição foi, de fato, um tanto moderada, em que pese a toda a sua paixão extraordinária. Lembramos todos como ela, por exemplo, com tanto ardor, defendeu o Plano Cruzado durante o Governo José Sarney. Ela era uma voz ponderada, dizendo à esquerda que era necessário estar dando apoio àquele Governo naquele momento. Era Ministro Dilson Funaro.

Aliás, na época da luta pela redemocratização do Brasil, Conceição foi também uma oradora extraordinária, talvez a maior do País. Empolgava e emocionava as platéias com a sua indignação e eloquência.

Reconheço que é praticamente impossível chegar perto dela sem se tornar, em algum momento, vítima do seu temperamento polêmico. Eu mesmo tive, ao longo dos anos, diversas divergências com ela, algumas ferozes.

Normalmente, quando Maria da Conceição diverge de minha opinião, ela fala com carinho e com doçura, então nunca me senti como alguns de meus colegas, com quem ela foi extremamente dura.

Com o passar do tempo, contudo, compreendo mais e mais a sua impaciência e seus arroubos. Ah, leitor, não é fácil conservar a calma em um país como o Brasil. Sob a capa da cordialidade e da boa educa-

ção, as camadas dirigentes brasileiras cometem e repetem as maiores barbaridades e iniquidades. Conceição tem sido, ao longo das últimas décadas, uma voz incansável na denúncia desse comportamento.

Nunca vou me esquecer do meu primeiro contato pessoal com ela, como aluno ouvinte do seu curso de desenvolvimento econômico na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976. Na época, eu era aluno de graduação em economia na PUC-RJ, mas assistia informalmente às suas aulas na Praia Vermelha. Eram verdadeiras "performances". Não me recordo de ter tido, em toda a minha vida, professor mais instigante e estimulante.

Grande parte do ensino de economia se fazia – e ainda se faz – com base em livros-textos, em geral norte-americanos, que são na sua maioria de interesse e utilidade muito limitados. Nessas publicações, o que o aluno encontra é quase sempre uma versão empobrecida e simplificada da teoria e da política econômica. Infelizmente, muitos atravessam a graduação inteira, e alguns até a pós-graduação, sem freqüentar a obra dos autores originais.

Conceição, ao contrário, colocava os jovens estudantes de economia em contato direto com os grandes autores de economia e história econômica [Ele aqui não cita, mas é para ler, de fato, Karl Marx, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e tantos outros.] Por meio dela, começamos a conhecer ou entender melhor a obra de pensadores como Schumpeter, Kalecki, Gerschenkron, Steindl, Joan Robinson, Kaldor e diversos outros.

O meu entusiasmo era tal que, sem estar matriculado e nem sequer fazer parte da sua universidade, cheguei a fazer uma apresentação oral sobre um dos temas do programa. O monitor da matéria, um jovem professor da UFRJ, indignou-se quando descobriu a irregularidade.

Mas Conceição não se incomodou. Ficou, ao contrário, satisfeita de saber que um estudante de uma universidade concorrente, por puro interesse intelectual, se dispunha a atravessar a cidade para acompanhar e participar ativamente do seu curso.

Faz-me isso lembrar o dia em que fui à Fundação Santo André dar uma aula, em 1976, e fiquei muito contente em ver ali, sentado, no 4º ano do Curso de Economia, também como um visitante não matriculado na Fundação, Luiz Inácio Lula da Silva, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Naquela época, não se chamava, ainda "ABC". Fiquei tão contente que até perguntei aos alunos de que valeria estarmos estudando economia se não estivéssemos dialogando com aqueles que poderiam ser objeto, nas suas conseqüências, das decisões que estávamos a tomar. Fiquei contente com sua presença, enquanto o professor ficou preocupadíssimo com a presença – imaginem! – de um presidente perigoso, segundo ele, na aula com os economistas.

Mas aqui prossigo:

Ela tem sucessores? Provavelmente, não. Como disse alguém, certa vez, em outro contexto, fenômenos não fazem escola.

E Conceição Tavares é, indiscutivelmente, um fenômeno, uma figura totalmente fora do comum. Com a sua energia inesgotável, continuará conosco muitos anos, fustigando, incomodando e denunciando.

Ela é uma que nunca esqueceu, nem esquecerá, a observação de Fernando Pessoa, poeta que ela tanto admira e gosta de citar: a função da palavra é "perturbar os espíritos" e "indisciplinar as almas".

Ora, aqui está esse depoimento tão ilustrativo do impacto que Maria da Conceição Tavares tem tido no nosso País. Feliz é o Partido dos Trabalhadores por ter sido escolhido por ela. Depois de ter permanecido um tempo no MDB e no PMDB, a certa altura diagnosticou que seria no Partido dos Trabalhadores que ela poderia dar mais de si própria. E tanto ela nos tem dado e estimulado!

Tenho participado de reuniões organizadas pelo Lula, paulatinamente, com a colaboração de Guido Mantega, que as coordena. E Maria Conceição vem do Rio de Janeiro, normalmente às sextas-feiras, duas vezes por mês, para dialogar conosco. Ela sabe ser muito firme.

Quero aqui agradecer a Maria da Conceição Tavares porque, em diversas ocasiões, com muita camaradagem, às vezes assertividade, ela sabe chamar a atenção para alguns pontos para os quais nós economistas não podemos estar desapercebidos ou desatentos – inclusive ela me chamou a atenção em algumas ocasiões –, e sabe também dizer, com muita

firmeza, quando acredita que alguém está com a razão.

Um certo dia, em uma reunião dos economistas do PT, Maria da Conceição Tavares disse, com muita firmeza, que ninguém pode ousar ser contra o Programa de Garantia de Renda Mínima – afirmação que muito agradeço. Ela também soube compreender e abraçar essa proposição, dizendo, todavia, como é importante e necessário criarmos condições para que isso se torne uma realidade. E, obviamente, aí vem todo o seu ensinamento.

Maria da Conceição Tavares, receba um abraço e um beijo, que você merece, de todos nós. Um beijo.

A SRª PRESIDENTE (Heloisa Helena) – Assim V. Exª emociona todos nós.

Esta Presidência assim como o Senador Carlos Patrocínio compartilham da grande homenagem feita a essa lutadora do povo, Maria da Conceição Tavares.

A SRª PRESIDENTE (Heloisa Helena) - Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Sérgio Machado, Romero Jucá e Geraldo Cândido enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB - CE) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em nossa época, caracterizada pelo comércio internacional globalizado, o domínio da ciência e da tecnologia constitui a diferença entre os países competitivos nos mercados mais lucrativos e os que estão a reboque do desenvolvimento dos primeiros, limitando-se a disputar brechas eventuais nos mercados menos valorizados, como os das **commodities**. A diferença entre os países ricos e que têm voz nos foros internacionais e os pobres e relegados à periferia das decisões políticas e econômicas internacionais.

É nossa obrigação, como dirigentes políticos do Brasil, decidir, na medida de nossas possibilidades nacionais, qual dessas posições desejamos para nosso País. Não podemos fugir a essa responsabilidade de legisladores e de antecipadores das necessidades nacionais.

Nesse quadro, a inação e a confiança desmedida nas virtudes do mercado livre, em um extremo, e a excessiva intervenção do Estado na economia e no desenvolvimento do País, no outro extremo, são igualmente deletérias. Acreditar que os investidores

estrangeiros vão trazer para cá seu conhecimento científico e instalar aqui sua produção tecnológica constitui ingenuidade palmar; precisamos, sim, criar as condições para desenvolver nosso próprio conhecimento científico-tecnológico. Por outro lado, pensar que cabe somente às instituições oficiais de pesquisa a produção desse conhecimento é ignorar a necessidade de parcimônia de gastos pelo Estado na economia pós-moderna e, mais ainda, desprezar as virtudes sinérgicas da interação entre Estado e iniciativa privada.

A questão permanente das desigualdades regionais dentro do próprio Brasil é um outro ponto que se relaciona diretamente com o de nossa independência científico-tecnológica. Limitar o desenvolvimento nesses campos de ponta às regiões que já são as mais desenvolvidas é perder a oportunidade de fazer uma correção histórica dos rumos do progresso de nosso País. Se há que estimular-se uma nova cultura e uma nova indústria, não relacionada àquelas que dominaram a economia até o advento da revolução informática, por que não aproveitar a ocasião e privilegiar, nesta nova etapa, as regiões e os brasileiros que, hoje, se encontram em estágios mais atrasados de desenvolvimento?

Por essas razões, desejo manifestar meu apoio ao Projeto de Lei da Câmara de número 49, de 1999, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, prorrogando até 31 de dezembro de 2009 a concessão de benefícios fiscais às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação para além do prazo concedido pela Medida Provisória de número 1.858-10, expirado em 29 de outubro do ano passado.

O PLC em questão apresenta ainda o mérito de estabelecer critérios diferenciados para as diversas regiões brasileiras. Em primeiro lugar, prevê o favorecimento das empresas instaladas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com um prazo mais dilatado de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, e uma tabela mais suave e progressiva de redução do benefício ao longo dos anos até 2009.

Além disso, prevê que, dos cinco por cento do faturamento de comercialização de produtos de informática e automação que as empresas têm de investir no ano 2000 em atividades de pesquisa e desenvolvimento para fazer jus ao benefício, 0,8 por cento — ou 16 por cento do total — devem se destinar a centros de pesquisa, oficiais ou reconhecidos, situados nas

três regiões menos desenvolvidas. Esse valor irá sendo reduzido ano a ano, até 2009, quando um total de 3,5 por cento do faturamento das empresas deverão ser destinados a esse fim, dos quais 0,56 por cento nas instituições dessas regiões.

O projeto prevê ainda a destinação de um percentual desse faturamento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, recursos a serem geridos por um comitê específico em que estarão representados o Governo, as empresas, as instituições de ensino superior e os institutos independentes de pesquisa. Dessa maneira, a própria definição das diretrizes de pesquisa a serem privilegiadas terão um suporte objetivo no mercado, realizando a desejável colaboração entre Estado e empresas, que torna a atividade de pesquisas mais objetiva e direcionada para as áreas de maior potencialidade.

Cumprindo dois objetivos constitucionais importantes, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades, o projeto merece a aprovação de todos os brasileiros que desejam construir um país mais forte e mais justo. Entrar na era da informática em posição de autonomia tecnológica, ainda que relativa e concentrada em alguns nichos de mercado, há de ser, com toda a certeza, uma das alavancas que nos retirará do atraso a que nos relegou a perda das outras oportunidades históricas de arrancar para a posição de destaque internacional que o País merece. Ao possibilitar a agregação de maior valor à produção nacional e ao aumentar a qualidade de nossa mão-de-obra, a tecnologia informática tem de ser encarada a sério por nossos dirigentes.

O desenvolvimento do País, principalmente das regiões mais pobres, é um imperativo da justiça e da própria segurança nacional. A informática é a nova revolução industrial e constitui uma oportunidade para saltarmos à frente e atropelarmos o atraso de séculos. É cavalo que passa selado à nossa frente, e temos os brasileiros a obrigação de montá-lo, se queremos ser alguém na História. Será que deixaremos passar mais essa? Espero que não.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB - RR) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde os primeiros momentos de sua campanha eleitoral ao Palácio do Planalto, elegeu a educação, particularmente o ensino fundamental, como uma das prioridades de seu Governo. Lembro-me de que ele dizia, à época, que

"é preciso lucidez para diagnosticar, competência política para fazer e convicção para perseverar." Não estava a soltar palavras ao vento, nem a proferir discurso demagógico de fácil aceitação. Professor universitário no Brasil e no exterior, portanto, com profundo conhecimento sobre as pessoas do meio, o Presidente foi buscar no Professor Paulo Renato de Sousa a solução para um dos maiores problemas a desafiar o seu governo, a indicação do Ministério da Educação.

À frente do Ministério da Educação e dos Desportos, o Ministro está realizando uma verdadeira revolução no sistema educacional brasileiro. Levando à risca os dizeres do Presidente, Paulo Renato vem, com a lucidez de quem diagnostica o presente com os olhos voltados para o futuro almejado, demonstrando excepcional competência política para vencer as resistências e implantar, com perseverança, as mudanças transformadoras da nossa realidade educacional.

De inspiração nitidamente social-democrata, o programa de governo para a educação está alicerçado nos princípios da universalização, descentralização, municipalização, participação da comunidade na gestão das escolas, transparência na distribuição dos recursos e maior controle social do gasto público. O próprio Ministro reconhece que não teria conseguido enfrentar com sucesso os monumentais desafios de sua Pasta se não estivesse adotando aqueles princípios que constituem a marca registrada das gestões tucanas em diferentes níveis de governo.

Os resultados dos últimos cinco anos já são visíveis, Sr. Presidente! Examinando-os, podemos nos assegurar de que o Brasil acertou o passo e está recuperando seu atraso educacional. Vejamos alguns desses resultados.

O Brasil está se aproximando rapidamente de uma das metas mais desejadas e ambicionadas por qualquer nação - colocar todas as crianças de 7 a 14 anos na escola. No ano passado, atingimos o ponto mais próximo dessa meta: 96% das nossas crianças já ocupavam os bancos escolares. Em 1994, eram 89%. Nos últimos cinco anos, a matrícula no ensino fundamental cresceu 13%. Esse bom resultado é fruto da criação do Fundef e do Programa "Toda Criança na Escola", para o qual se mobilizaram os governos federal, estaduais e municipais e a comunidade, em campanha nacional visando matricular as crianças que ainda estavam fora da escola.

Criado por iniciativa do MEC, o Fundef, sigla que designa o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, corrigiu a má distribuição dos recursos destinados à Educação, favorecendo principalmente as regiões mais pobres. Ao estabelecer a proporção entre o número de alunos matriculados nas escolas de cada rede de ensino e a distribuição dos recursos entre o Estado e seus Municípios, o Fundo corrigiu uma grave distorção, que gerava sobra de dinheiro em cidades mais ricas e falta em cidades mais pobres.

O Fundef estabeleceu ainda um gasto mínimo anual por aluno, obrigando o Governo Federal a fazer uma complementação de verbas, sempre que os recursos do Fundo, em determinado Estado, não alcançarem esse valor mínimo. Além disso, 60% dos recursos do Fundo são usados, obrigatoriamente, para pagar professores do ensino fundamental. Essas medidas também contribuíram para favorecer os Estados mais pobres, que, por terem de repartir verba escassa, eram obrigados a gastar menos por aluno e a pagar baixos salários aos seus professores. Tenho notícia de que em muitos Municípios houve significativo acréscimo na remuneração dos professores, que por tanto tempo vinham ganhando salários tão irrisórios e aviltantes!

Outra medida de extraordinária eficácia, que aplica, na prática, os princípios da Social-Democracia, foi o Programa Dinheiro Direto na Escola. Esse Programa mudou aquela velha história de que o dinheiro destinado à educação perdia-se num tortuoso caminho antes de chegar à escola. Agora, a transferência de recursos passou a ser feita diretamente às escolas, em conta da Associação de Pais e Mestres – APM ou do Conselho Escolar, que administra o dinheiro em parceria com a direção da escola. Nos primeiros quatro anos, o Governo repassou mais de um bilhão de reais às escolas. Além de eliminar a interferência política e a intermediação dos governos estaduais e municipais na busca dos recursos, esse Programa aplica os princípios de descentralização, transparência, participação, fiscalização e eficiência do gasto público.

O ensino médio não foi menosprezado na gestão de Paulo Renato. Houve um aumento vertiginoso no número de matrículas, que cresceu 57%, de 1994 a 1999. Isso significa que há mais jovens concluindo o ensino fundamental e prosseguindo os estudos. Reconhecidamente ultrapassado, o modelo de ensino médio no País está passando por profun-

da reformulação, em direção à verdadeira função que lhe cabe: orientar o estudante não só para uma carreira profissional, como também para exercer plenamente a cidadania, habilitando-o para o aprendizado de novas e importantes tecnologias. Junto com as mudanças no ensino médio, o Ministro Paulo Renato deu início à reforma da educação profissional, em atendimento à nova Lei de Diretrizes e Bases. Separada do ensino médio, a educação profissional oferece, agora, cursos voltados às necessidades dos mercados de trabalho locais e regionais. O Governo Federal está investindo 500 milhões de dólares para reequipar as escolas técnicas públicas, preparando-as para a formação profissional de milhares de jovens vocacionados a trabalhar como técnicos.

No âmbito do ensino superior, os últimos cinco anos foram marcados por uma expansão de 28% no número de alunos, crescendo a oferta de vagas no setor público, no mesmo percentual. O ensino de graduação recebeu investimentos de mais de 100 milhões de reais em bibliotecas, computadores e infra-estrutura de informatização. Os professores passaram a receber uma gratificação de estímulo à docência, que aumenta os vencimentos, em percentuais variados, conforme o número de horas/aula e sua produção científica. A pós-graduação também teve avanços expressivos. O Brasil está formando mais de 12 mil mestres e perto de 4 mil doutores por ano. O ensino superior privado teve sua expansão condicionada a determinados padrões de qualidade, mediante supervisão e avaliação sistemática de seus cursos. O Exame Nacional de Cursos, o Provão, tão criticado no início, hoje é aplaudido por todos, como uma medida eficaz de avaliação da qualidade dos cursos superiores de graduação.

Estamos vendo, Sr. Presidente, a educação rumar em trilhos seguros. Temos hoje um terço de nossa população nas escolas. A taxa de analfabetismo na população de 15 anos de idade ou mais está caindo mais depressa nesta década. As desigualdades regionais, na área da educação, estão diminuindo. A educação, sob o comando lúcido e decisivo do Ministro Paulo Renato, entrou definitivamente na pauta das prioridades nacionais.

Segundo opinião do professor Cláudio de Moura Castro, um dos mais respeitados especialistas em educação de nosso País, *"a política educacional de hoje é a mais consistente das últimas décadas"*.

Todos nós, que militamos no PSDB, sentimos-nos orgulhosos com a gestão do Ministro Paulo

Renato. Ele merece receber o reconhecimento que lhe tributo neste momento, ao qual, estou certo, se somará o reconhecimento de todos os Senadores desta Casa que, independentemente de partido, vêm no trabalho de Paulo Renato a necessária base de inserção do nosso País na nova ordem econômica mundial.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT - RJ) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as comemorações em torno dos 500 anos do Brasil têm um traço marcante: a reprodução do mito da democracia racial. A mídia divulga imagens da suposta 'harmonia racial' entre brancos, negros, índios, asiáticos e todos os povos que estão na base da formação da nação brasileira. Propagandas exaltam a figura dos negros, numa clara jogada publicitária para ocultar que, na vida real, acontece exatamente o contrário. Esta atitude não é nova, mas as celebrações do quinto centenário é o momento propício para a reprodução desse mito. Não vamos repetir aqui estatísticas, que todos sabem, sobre as condições socioeconômicas dos afro-brasileiros (renda, nível de emprego, acesso à educação, etc.). Mas é evidente que, mais de um século após a assinatura da Lei Áurea, a situação dos negros no Brasil é um atestado permanente da falácia da "democracia racial".

A base dos festejos do dia 13 de Maio, comemorado pela história oficial como aniversário da Abolição da Escravatura, está na lembrança heróica da libertação dos escravos, convivendo contraditoriamente com a marca da espoliação, da injustiça e da discriminação de brancos sobre negros. Embora 112 anos tenham transcorrido desde a libertação oficial dos escravos, a discriminação contra os afro-descendentes atravessa a longevidade do tempo. Por mais que a elite brasileira teime em divulgar a existência da democracia racial, a realidade comprova que, por debaixo da fachada caricatural, o racismo corrói as relações sociais. Por isso, os movimentos negros brasileiros lembram esta data - 13 de maio - como o *Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo*, sendo que a referência da consciência negra brasileira passou a ser o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, aniversário de Zumbi dos Palmares, oportunidade em que se combate o mito da democracia racial e critica-se os pilares da história oficial, que celebra a Lei Áurea e a Princesa Isabel, marcos históricos na visão das elites.

Será que os negros deverão esperar mais outro século para obter o direito à participação plena na vida nacional? São estas as reflexões que deverão ser feitas neste 13 de maio, mais uma dessas datas onde os negros brasileiros são autorizados a fazer, de forma pública, mas quase solitária, reflexões sobre suas condições de sobrevivência.

O quadro caótico em que se encontram atualmente as questões relacionadas ao crescente desemprego da população brasileira, deixa transparecer de forma ainda mais forte a situação da população negra dentro desse contexto.

Considerando que, juntamente com os indígenas, os afro-descendentes são os primeiros trabalhadores no Brasil, o desemprego é um fator que acompanha a população negra há 112 anos, desde o 13 de maio de 1888, quando a abolição foi declarada. A partir dessa data o povo negro, com a justificativa de ser mão de obra "despreparada", foi jogado às margens do processo de reestruturação das relações econômicas e de trabalho pela qual passava o país, sendo propositalmente substituído por mão de obra branca e europeia (os imigrantes).

Essa desculpa, utilizada para camuflar os verdadeiros interesses que moviam esse processo de desemprego do povo negro após mais de 300 anos de exploração escrava de sua mão de obra, persiste ainda hoje. Porém, de maneira mais sofisticada e com a utilização de novas formas de dominação.

O sistema de opressão que nos foi imposto tem hoje um novo nome: neoliberalismo. Uma grande parcela da população negra não é mais considerada apenas "despreparada" para enfrentar as exigências de uma suposta economia globalizada. Mais do que isso, somos vítimas de um genocídio que se manifesta de várias formas e maneiras, e que continua nos impedindo de possuir uma vida digna e de vivenciarmos uma cidadania plena, pautada pelo acesso a direitos básicos como a terra, o trabalho e a educação.

Concluindo, Sr. Presidente, faço minhas as palavras do professor e geógrafo Milton Santos: *"Pode-se dizer que aqui (no Brasil) não há racismo (à moda sul-africana ou americana) ou preconceito ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas raramente é adjetivada dessa maneira. Trata-se, na realidade, de uma for-*

ma de apartheid à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Heloisa Helena) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Srªs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 16, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES

I - PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQUENTES

(Art. 170, § 2º, III, do Regimento Interno)

Dia 15.05.2000, segunda-feira, às 14h 30min: Sessão não deliberativa

Oradores inscritos:	1. Senador Lúcio Alcântara
	2. Senador Francelino Pereira
	3. Senador Carlos Patrocínio
	4. Senador Eduardo Suplicy
	5. Senadora Heloísa Helena
<i>(continuam abertas as inscrições)</i>	

Dia 16.05.2000, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999 Senador Álvaro Dias e outros	Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal. (Direitos Políticos). Parecer nº 316/2000-CCJ, Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, com alterações posteriores, aprovadas pela referida Comissão.	Terceiro dia de discussão, em primeiro turno.
2 Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1995 (nº 1.645/96, naquela Casa) Senador Jonas Pinheiro	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Parecer nº 433/2000-CAS, Relator: Senador Leomar Quintanilha, favorável, com abstenção do Senador Jonas Pinheiro.	Discussão, em turno único.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1999 (nº 680/98, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 765/99-CE, Relator Senador Francelino Pereira, favorável, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido, Roberto Saturnino e da Senadora Heloísa Helena.	Discussão, em turno único.
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 1999 (nº 719/98, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultura) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. Parecer nº 898/99-CE, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
5 Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 1999 (nº 14/99, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Lins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lins, Estado de São Paulo. Parecer nº 900/99-CE, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
6 Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999 Senador Roberto Requião	Dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara. Parecer nº 453/2000-Cdir, Relator: Senador Ademir Andrade, apresentando a redação final.	Discussão, em turno único, da Redação Final.
7 Projeto de Resolução nº 28, de 2000 (MSF nº 242/99) Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a concessão, pela União, da garantia da República Federativa do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação – AGROINVEST, bem como a dispensa da respectiva contragarantia. Apresentado como conclusão do Parecer nº 334/2000-CAE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Bernardo Cabral.	Discussão, em turno único.
8 Requerimento nº 214, de 2000 Senador Luiz Pontes	Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto do Senado nº 84, de 2000, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.	Votação, em turno único.

9 Requerimento nº 219, de 2000	Solicita a tramitação conjunta das Propostas de Emenda a Constituição nºs 48, de 1996 e 6, de 2000, por regularem a mesma matéria.	Votação, em turno único.
-----------------------------------	--	--------------------------

Senador Álvaro Dias

Dia 17.05.2000, quarta-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Resolução nº 50, de 2000 (MSF nº 241/99) Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S-Dinamarca, no valor total equivalente a até DM 37.054.758,00 (trinta e sete milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito marcos alemães), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal - PASTE. Apresentado como conclusão do Parecer nº 443/2000-CAE, Relator: Senador Wellington Roberto, com voto contrário do Senador Lauro Campos.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência-art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 265, de 2000.
2 Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999 Senador Álvaro Dias e outros	Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal. (Direitos Políticos). Parecer nº 316/2000-CCJ, Relator: Senador Carlos Wilson, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, com alterações posteriores, aprovadas pela referida Comissão.	Quarto dia de discussão, em primeiro turno.
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1999 (nº 747/98, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Cultura II FM de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 736/99-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 1999 (nº 26/99, na Câmara dos Deputados)	Apróva o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Venceslau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo. Parecer nº 902/99-CE, Relator: Senador Gilvam Borges, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.

A SRª PRESIDENTE (Heioisa Helena) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

**11/05/2000
Quinta-feira**

-
- 10:40 - Deputado Janos Ader, Presidente da Assembleia
Nacional da República da Hungria**
- 11:00 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal**
- 21:00 - Jantar em homenagem ao Presidente da República
Italiana e Senhora Carlo Azeglio Ciampi**
Palácio da Alvorada



**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 523, DE 2000**

PUBLIQUE-SE
EM 11/05/00

Diretor da S. APES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE instituir Comissão de Sindicância composta pelos servidores Florian Augusto Coutinho Madruga, Analista Legislativo (mat. 1572-SEEP), José Mendonça de Araújo Filho, Analista Legislativo (mat. 4727-SF) e Dilmanoel de Araújo Soares, Analista Legislativo (mat. 2523-SEEP), para sob a presidência do primeiro, apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as falhas processuais ocorridas na instrução dos processos nºs 018227/99-6, 019431/99-6 e 001649/00-0.

Brasília, 10 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 11/05/00

Diretor da SEAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 524, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora nº. 5, de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º. É concedida promoção aos servidores do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na forma constante do anexo deste Ato.

Art. 2º. Os efeitos financeiros para os servidores que obtiveram promoção por mérito, avaliados com o conceito suficiente, vigorarão a partir de 1º. de janeiro de 2000, e para os que obtiveram promoção por antigüidade, avaliados com o conceito insuficiente, a partir de 1º. de janeiro de 2001.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ANEXO AO ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 524, DE 2000**RELAÇÃO DOS SERVIDORES QUE OBTIVERAM PROMOÇÃO DE ACORDO
COM O ATO DA COMISSÃO DIRETORA N. 05, DE 1995.****CONCEITO SUFICIENTE - PROMOÇÃO POR MÉRITO
A PARTIR DE 01/01/2000****- CATEGORIA FUNCIONAL: ANALISTA LEGISLATIVO****. Especialidade: Taquigrafia****Do padrão 31 para o 32**

1. Ana Lúcia Geaquinto dos Santos - 5376
2. Ana Luiza Ribas Mariz de Barros – 5384
3. Juliana da Silva Villela Bastos – 5382
4. Ludmila Aires Ferreira - 5383
5. Ludmila Chaibe Machado - 5378
6. Márcia Vieira Pacheco - 5381
7. Zuleide Spinola Costa da Cunha – 5379

Do padrão 33 para o 34

1. Christiane Carvalho de Alencar – 5279
2. Leila de Sousa Aranha – 5264
3. Leonardo Souza de Oliveira – 5286

Do padrão 34 para o 35

1. Maria Tereza de Sousa – 5127
2. Mônica Alves de Levy Machado - 5145

Do padrão 43 para o 44

1. Ana Beatriz Gavaza de Azevedo Taveira - 5049
2. Eliane Claret Caldeira Calçado de Moraes - 5054
3. Marlise Levorse de Almeida – 5078

Do padrão 44 para o 45

1. Cláudio Augusto Vizioli - 5061
2. Iolanda Rodrigues Chaves - 5077
3. Josi dos Santos Politi - 5008
4. Márcia Carneiro Filippi - 5053
5. Valeria da Costa Ferreira - 5060
6. Viviane Rocha Resende - 5055

. Especialidade: Biblioteconomia**Do padrão 32 para o 33**

1. Maria Cristina Maia Pereira Mendes - 5336
2. Maria Izete de Araújo - 5338

Do padrão 34 para o 35

1. Maria Celeste José Ribeiro - 5188

Do padrão 35 para o 36

1. Odete Paes Silva - 5184

Do padrão 44 para o 45

1. Ceres Maria Veras de Sandes - 5095
2. Margareth Lima Menicucci - 5113

. Especialidade: Tradução e Interpretação**Do padrão 33 para o 34**

1. Miguel Araújo de Matos - 5197

Do padrão 35 para o 36

1. Theresa Catharina de Goes Campos - 5182

. Especialidade: Contabilidade**Do padrão 31 para o 32.**

1. Paulo Guilherme Medeiros da Silva Luz - 5350

Do padrão 32 para o 33

2. Antônio Ariuton Batista Neto – 5349
3. Conceição de Maria Coelho da Silva – 5319
4. José de Ribamar Cipriano da Silva - 5314
5. Lindomberto Nogueira Lyra – 5311
6. Lucineide Soares da Silva – 5344
7. Márcia Regina Dias da Silva - 5318
8. Nilzélia Ramos Campeche – 5315
9. Olivan Duarte de Almeida – 5330
10. Plínio Eduardo Monteiro de Castro – 5317
11. Zaneth Nazaré de Oliveira Araújo - 5312

. Especialidade: Medicina**Do padrão 31 para o 32**

1. Antoinette Oliveira Blackman - 5345

Do padrão 32 para o 33

1. César Luiz Gonzalez da Silva - 5337

Do padrão 44 para o 45

2. Átila Cesetti - 5028
3. Carlos Henrique de Souza e Silva - 5104
4. João Alves de Carvalho Neto - 5043
5. José Mário Simil Cordeiro - 5038
6. Leda Maria Sales Braúna Braga - 5090

. Especialidade: Enfermagem**Do padrão 35 para o 36**

1. Maria Lourdes Ribeiro de Melo - 5190
2. Sueli do Carmo Pacheco de Oliveira – 5148

. Especialidade: Advocacia**Do padrão 31 para o 32**

1. Helena Pereira Guimarães - 5386
2. Shalom Einstoss Granado - 5387

Do padrão 32 para o 33

1. Alberto Machado Cascais Meleiro – 5327
2. Andréa Pires Isaac Freire – 5325
3. Asael Souza – 5328
4. Hélio Rodrigues Figueiredo Júnior – 5324
5. José Alexandre Lima Gazineo – 5333
6. Luiz Augusto Geaquinto dos Santos – 5331

. Especialidade: Comunicação Social**Do padrão 31 para o 32**

1. Ana Luzia Silveira - 4305
2. Mônica Villela Motta e Silva – 4995

- CATEGORIA FUNCIONAL: CONSULTOR LEGISLATIVO**. Especialidade: Consultoria e Assessoramento Legislativo****Do padrão 42 para o 43**

1. Carmen Rachel Scavazzini Marcondes Faria - 5355
2. Cleide de Oliveira Lemos - 5351
3. Maria de Jesus Campelo de Melo Ferraz - 5357

. Do padrão 43 para o 44

1. André Eduardo da Silva Fernandes – 5341
2. Arilado Fernandes de Oliveira – 5326
3. Cristina Tédio Branda – 5348
4. Francisco José Coelho Saraiva – 5323
5. Gabriel Dezena Júnior – 5322
6. Heloísa Inês Magalhães – 5343
7. João Batista de Miranda Torres – 5231
8. João Bosco Bezerra Bonfim – 5332

. Especialidade: Consultoria e Assessoramento Legislativo (continuação)**Do padrão 43 para o 44**

9. Lília Maria de Alcântara e França – 5346
10. Paulo Chaves de Rezende Martins – 5347

11. Samira Abrahão – 5329
12. Silvia Pinto de Lara Resende – 5340
13. Vera Lúcia D'alto Manzolillo – 4894
14. Vinícius Becker Costa – 4905

Do padrão 44 para o 45

1. David Waisman – 5262
2. Eduardo Baumgratz Viotti – 5283
3. Elizabeth Wanderlei Nóbrega – 5266
4. Haroldo Feitosa Tajra - 5288
5. Idalina Maria Rocha Cavalcante – 5276
6. José Fernandes Neto - 5221
7. José Patrocínio da Silveira – 5233
8. Lúcia Helena Chiarini Medeiros – 5261
9. Luciana Studart L. de A Andrade – 5287
10. Paulo Rodolfo Rodrigues Pereira – 5265

- CATEGORIA FUNCIONAL: CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

. Especialidade: Consultoria e Assessoramento em Orçamentos

Do padrão 42 para o 43

1. André Miranda Burello - 5372
2. Eduardo Andres Ferreira Rodrigues – 5374
3. Joaquim Ornelas Neto - 5368
4. João Batista Pontes – 5365
5. João Henrique Pederiva - 5370
6. José Lacerda Gomes – 5367,
7. Luciano de Souza Gomes – 5373
8. Luiz Gonçalves de Lima Filho - 5369
9. Paulo Fontenele e Silva - 5375

Do padrão 44 para o 45

1. Carlos Mello Marshall – 5244
2. James Giacomoni – 5234
3. José Rui Gonçalves Rosa – 5242

- CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO LEGISLATIVO**. Especialidade: Administração****Do padrão 17 para o 18**

1. Ana Lúcia Gomes de Melo – 5335
2. Flávio Henrique F. de Miranda – 5320
3. Josias da Silva Melo – 5316
4. Marcos Aurélio Behr da Rocha – 5321
5. Nilton Waldir Ferreira da Silva – 5306

Do padrão 18 para o 19

1. Ana Maria Bandeira de A. H. de Oliveira – 5235
2. Gildete Leite de Melo – 5243
3. Maria Damacena Lima Martin - 5168
4. Regina Célia Martins Garcia Brandão – 5193

Do padrão 19 para o 20

1. Ademar Ferreira Gomes – 5216
2. Ana Claudia Ornelas Ricart Rocha – 5217
3. Beatriz Dias de Faria Sena – 5212
4. Beatriz Helena Caldeira da Silva – 5210
5. Itamar da Silva Melchior Júnior – 5206
6. José Olivar Campos da Silva – 5205
7. Manoel Euzébio Ribeiro – 5211
8. Maria de Fátima Corrêa de Mello – 5199
9. Maria Nelma Gaburro - 5218
10. Newton Martins Sobrinho – 5201
11. Regina Célia Simplicio – 5200
12. Rogério Lacerda – 5208
13. Zizelma Ribeiro Bosco – 5180

Especialidade: Administração**Do padrão 20 para o 21**

1. Alexandre Sérgio de Mendonça Caminha - 5151
2. Antônio Ricardo Malta de Azevedo – 5164
3. Carlos Alberto Ventura – 5158
4. Clara Martins Pereira Delgado - 5154
5. Ercílio Aquino Soares - 5176
6. Gilda Lúcia Ferreira - 5175

7. Maria Consuelo Freire Bezerra - 5191
8. Maria de Fátima Campos Ribeiro - 5149
9. Moizés Felix de Almeida - 5146
10. Myrian Beck Bisol - 5156
11. Paulo Henrique Ferreira Nunes - 5153
12. Rosa Gomes de Carvalho - 5169
13. Rosana Cristina da Cunha - 5155
14. Silvana Sampaio de Oliveira - 5178
15. Vera Lúcia Leopoldino Oliveira - 5147
16. Wanderley Rabelo da Silva - 5152

Do padrão 25 para o 26

1. Angelina Almeida Silva - 5041

Do padrão 26 para o 27

1. Alcina Luce Sepúlveda Coelho - 5024
2. Antônio Marcos Mousinho Sousa - 5030
3. Carlos Eduardo Rodrigues Cruz - 5093
4. Cristina Judite Vicino - 5026
5. Eliane Cunha Mendonça - 5048
6. Francisca Helena Rios - 5027
7. Gilson Dantas de Santana - 5029
8. Heriberto Brasileiro Ceolin - 5025
9. Ivanice Cunha Nunes - 5074
10. Ivete Lemos Andrade - 5089
11. Márcia Lemes da Silva Faria - 5052
12. Otto Fernandes da Silva - 5094
13. Vanderlei Pires da Silva - 5247
14. Wilson Roberto da Silva - 5080

Do padrão 27 para o 28

1. Júlio Cesar Silva Peres - 4943
2. Leany Barreiro de Sousa Lemos - 5015

. Especialidade: Administração

Do padrão 28 para o 29

1. Carlos Roberto de Oliveira - 5011
2. Denise Teresinha Resende - 4960
3. Dimitrios Hadjinicolaou - 4963

4. Edgar Sérgio de Souza Coátio - 5000
5. Elizabeth das Graças Mello M. Gualberto - 5003
6. Fábio Liberal Ferreira de Santana - 4964
7. Izaias Faria de Abreu - 4958
8. João Carlos Moreira Corrêa - 5002
9. João Rios Mendes - 4959
10. Luciana Duarte Falcão de Sant'Anna Xavier - 4974
11. Luciano Brasil de Araujo - 4972
12. Ralph Campos Siqueira - 5010
13. Roberto Jardim Cavalcante - 5001
14. Thais Caruso Amazonas da Silva - 4961
15. Vandrécia Pinto Scafutto - 4962
16. Wagner Fraga Friaça - 4968

. Especialidade: Enfermagem

Do padrão 17 para o 18

1. Leon Denis Costa de Oliveira - 5334

Do padrão 18 para o 19

1. Cilene Maria de Camargos - 5245
2. Cleber da Silva Alves - 5263

Do padrão 20 para o 21

1. Arnaldo Joaquim Santana - 5141
2. Carmem Costa Coelho - 5144

Do padrão 26 para o 27

1. Maria Antônia Barbosa - 5066

Do padrão 27 para o 28

1. Josyane Borges de M. Estanislau Martins - 5007
2. Maria do Socorro Alves da Silva - 5013
3. Rosa Maria Costa Almeida - 4999

Do padrão 28 para o 29

1. Marcelo Freitas de Souza - 5005
2. Maria Lúcia Martins - 4994
3. Sônia Maria Moreira Costa - 4996

. Especialidade: Eletrônica e Telecomunicações**Do padrão 17 para o 18**

1. Aldo Renato Bernardes de Assis - 5305

Do padrão 19 para o 20

1. Alberto Clemente dos Santos Silva – 5214

Do padrão 26 para o 27

1. Arão Fernandes Bulhões – 5037
2. Edgar Benício Rosa – 5050
3. Eduardo Zefredo Gauche – 5117
4. Fernandes Tomyoshi Takuno – 5047

Do padrão 27 para o 28

1. Francisco José Vasconcelos Zaranza – 5014

Do padrão 28 para o 29

1. Luiz Antônio Torres de Carvalho - 5006

. Especialidade: Telefonia**Do padrão 17 para o 18**

1. Maria Carolina Moreira Alcides - 5342

Do padrão 19 para o 20

1. Ana Maria Mafra Buzzi – 5132
2. Marlene Caetano de Rezende – 5209
3. Rosimere Schneider Caterinck – 5128
4. Sérgio Moreira Sarmento – 5135

. Do padrão 20 para o 21

1. Ana Valéria Araújo de Assis Monção - 5139
2. Celice Leite Martínez Fernandez - 5130
3. Cristiane de Lucena Carneiro - 5133
4. Cristiane Tinoco Mendonça - 5134

5. Elida da Costa Silva - 5138
6. João Marcelo de Castro Novais - 5142
7. Loide de Melo Faria - 5129
8. Sandra Siqueira de Faria - 5131
9. Silvana Maria Oliveira de Almeida - 5140

Do padrão 26 para o 27

1. Verônica de Carvalho Maia Aragão - 4998

Do padrão 27 para o 28

1. Claudia de Araújo Nery - 4993
2. Maria Angela Couto Moraes - 5016

Do padrão 28 para o 29

1. Antônia Maria Lustosa Puga Martinez - 4997
2. Ismail de Souza Carvalho Neto - 4991
3. Nilce Machado - 5009
4. Sandra Tavares de Almeida - 4992

. Especialidade: Segurança

Do padrão 17 para o 18

1. Guilherme Nery Martins - 5303
2. Itamar Costa Júnior - 5308
3. Jacson Bittencourt de Queiroz - 5297
4. João Luiz de Moura Araújo - 5302
5. Luiz Antônio Jambeiro de Moraes - 5301
6. Manoel Simões da Silva Filho - 5296
7. Marcelo Roberto Fiorillo - 5310
8. Miguel Arcanjo de Oliveira Júnior - 5299
9. Robson José de Macedo Gonçalves - 5307

Do padrão 18 para o 19

1. Adriano Fernandes Gomes - 5284
2. Antônio José de Sousa Filho - 5246
3. Antonio Vandir de Freitas Lima - 5237
4. Bruno Alexandre Bazílio Pereira - 5290
5. Christiano de Oliveira Emery - 5251
6. Edson Jorge da Cruz Coelho - 5285
7. Everaldo Bosco Rosa Moreira - 5239

8. Francisco de Assis Sousa Braga – 5274
9. Geraldo Martins Ferreira – 5256
10. Geremias Pignaton – 5254
11. Gleuton Rocha Tavares – 5292
12. Helicon Douglas Alves Ferreira – 5257
13. Imelton Pires de Azevedo – 5289
14. Jacinto Murowaniecki – 5282
15. João Bosco Gasparotto – 5272
16. José Carlos Matte – 5240
17. Lício Glábrio Rosa de Carvalho – 5291
18. Marcelo Puget Monteiro – 5277
19. Marcus Vinícius Reis – 5269
20. Paulo César Ferreira de Oliveira – 5271
21. Rauf de Andrade Mendonça – 5230
22. Renio Cardoso Suman – 5248
23. Silvio Braz da Paixão – 5249
24. Tiago Nardelli Pinto Barbosa – 5252
25. Vespasiano de Carvalho Rosa Júnior – 5278
26. Wellington Caram Júnior – 5281

Do padrão 19 para o 20

1. José Luiz Camargo da Costa – 5223

Do padrão 20 para o 21

1. José Augusto Silva Couto - 5165

Do padrão 25 para o 26

1. Eloir Rodrigues Júnior – 5119
2. Fábio Crepory Franco - 5088
3. Jussanan Portela dos Santos – 5062

Do padrão 26 para o 27

1. Alex Anderson Costa Nobre - 5091
2. Carlos Brown de Souza Pereira Gomes – 5118
3. Carlos Eduardo Lopes Neves - 5086
4. Danilo Rurik Periquito Sad - 5046
5. Ernesto Guevara Batista Reis – 5075
6. Flávio Bezerra Praxedes – 5084
7. Francisco Henrique Martins Damaso – 5069
8. Francisco José Lima Uchôa de Aquino – 4976

9. Jacson Gonçalves de Medeiros – 5081
10. Javan Marques da Silva – 5018
11. José Luiz Morado – 5070
12. José Maria da Silva – 5059
13. José Milton de Moraes Neto – 5065
14. José Wellington Alves Monte Amado – 5051
15. Joselito Aparecido Ramos de Brito – 5085
16. Lourinjorge Alves Pedrosa – 5017
17. Luís Fernando Leite dos Santos – 5057
18. Márcio Aurélio Valente – 5087
19. Marcus Vinícius da Silva Amaral – 5096
20. Mário Jorge Taveira de Almeida – 5072
21. Paulo César de Faria – 5092
22. Pedro Ricardo Araújo Carvalho – 5056

Do padrão 28 para o 29

1. André Luiz Santiago de Medeiros - 4985
2. Aníbal Ganzert - 4970
3. Carlos Henrique Costa de Menezes Silva – 4969

Do padrão 28 para o 29

4. Cláudia Martins de A. E. Souza Ferreira - 4982
5. Eduardo Antônio Alencar Brito - 4973
6. Fernando Aurélio de Azevedo Aquino - 4967
7. Gustavo Machado Paschoal - 5004
8. João José Cândia Neto - 4977
9. José Luís de Simas Cunha - 4988
10. Leonardo de Araújo Barnabé – 4983
11. Marcelo Silva Corrêa- 4979
12. Marcus Vinícius Caldas Souto - 4980
13. Maria Isabel Figueira de Lima Rosa - 4984
14. Maurício Silva Lagos - 4978
15. Paulo Ricardo Zarranz Bueno - 4981
16. Ricardo Nery Aguiar Oliveira - 4987
17. Roberto Campos Freire - 4971
18. Senio Luiz Todeschini - 4975
19. Yanko de Carvalho Paula Lima - 4966

Especialidade: Transporte

Do padrão 17 para o 18

1. Naftali Alves dos Reis - 5298

Do padrão 18 para o 19

1. Divino Rocha Gonçalves de Alcântara - 5275
2. José Soares da Fonseca Sobrinho - 5241
3. Jurandir dos Santos de Oliveira - 5295
4. Marcino Martins de Paula - 5270
5. Marcus Vinicius Pessanha Gonçalves - 5280
6. Waldemir Dias Torres - 5293

Do padrão 19 para o 20

1. Alberto de Azambuja Villanova - 5204
2. Altair Gonçalves Soares - 5207
3. Cássio Murilo Rocha - 5220
4. Fernando Lucas Pinto - 5222
5. Luiz Henrique de Faria Leite - 5213
6. Paulo Vellozo Jacobina - 5219
7. Wilson Thomé Maier - 5215

Do padrão 20 para o 21

1. Adeilson Gonçalves de Macena - 5179
2. Dirceu Braz Goulart Neto - 5161
3. Francisco Caninde de Oliveira - 5174
4. Jarbas Mamede - 5167
5. John Kennedy de Oliveira Gurgel - 5125
6. Jonas Barbosa da Silva - 5126
7. José Augusto Silva Couto - 5165
8. José Ricardo Melo Albuquerque - 5173
9. Luís Fernando Pires Machado - 5160
10. Ricardo Bandeira dos Santos - 5157
11. Vilmar Bonfim Ayres da Fonseca - 5170
12. Vitalino Fernando Tomé Canabarro - 5159
13. Walter Aires de Alencar Filho - 5163

Do padrão 26 para 27

1. Antônio Claudiney Boni - 5123
2. Cícero Matos de Oliveira Leite - 5082
3. Giovani Pereira do Amaral - 5073
4. Guilherme Fernandes de Souza e Silva - 5071
5. João Luiz Paulúcio - 5063
6. José Vilson da Silva - 5064
7. Roberto Lara da Rocha - 5103

Do padrão 27 para o 28

1. Aldna Maria Paulo de Abreu - 4923

Do padrão 28 para o 29

1. Alberto de Castro Teixeira - 4921
2. Antônio de Lisboa Ribeiro Bonfim - 4927
3. Antônio Marius Miranda de Oliveira - 4928
4. Ari Roberto Menezes Monteiro - 4924
5. Arquimedes Bites Leão - 4941
6. Cláudio Fernandes Carvalho - 4925
7. Dênio José Rodrigues Louro - 4922
8. Edvaldo Dias da Silva - 4933
9. Egnaldo Rocha Costa - 4932
10. Elias Honório da Silva - 4926

Do padrão 28 para o 29

1. Érico Zorba Gagnor Galvão - 4929
2. Eurípedes Alencar de Souza - 4930
3. Evilásio Ristow - 4957
4. Francisco de Assis Dias - 4939
5. João Batista Ferreira - 4938
6. Jorge Wilson Gomes Schelb - 4940
7. José Rabelo - 4937
8. Luciano de Sousa Dias - 4935
9. Manoel Lopes Cançado Sobrinho - 4934
10. Reginaldo de Almeida - 4936
11. Ruy Brandão Dourado - 4955
12. Salustiano Rodrigues de Brito - 4931
11. Wilson Alves Pereira - 4942

**CONCEITO INSUFICIENTE - PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDADE
A PARTIR DE 01.01.2001**

- CATEGORIA FUNCIONAL: ANALISTA LEGISLATIVO**. Especialidade: Medicina****Do padrão 43 para o 44**

1. Regina Ribeiro e Silva - 5022
2. Glauco Antônio Bezerra Japiassu - 5068

PUBLIQUE-SE**EM 11/05/00**

Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 525, DE 2000**

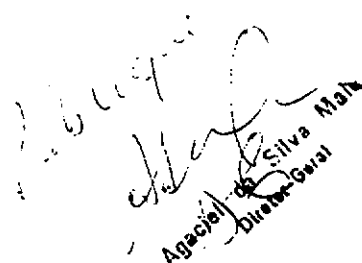
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005914/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor CÍCERO BELO DA SILVA, matrícula 2856, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Senadora Marluce Pinto, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Tião Viana, com efeitos financeiros a partir de 02 de maio de 2000.

Senado Federal, 11 de maio de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

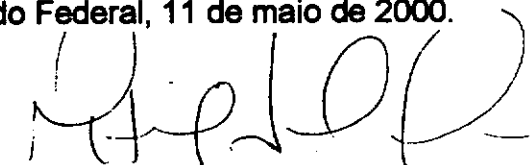
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 526, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais da Resolução n.º 9 de 1997 do Senado Federal, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH**, matrícula **2988**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS OFICIAIS**, símbolo **FC - 07**, com efeitos financeiros a partir de 15 de maio de 2000.

Dispensar o servidor **ELIÁS LYRA BRANDÃO**, matrícula **1312**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO**, símbolo **FC-06**, da Subsecretaria de Apoio Técnico da Secretaria Especial de Editoração e Publicação, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS OFICIAIS**, símbolo **FC - 07**, com efeitos financeiros a partir de 15 de maio de 2000.

Senado Federal, 11 de maio de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 11/05/00

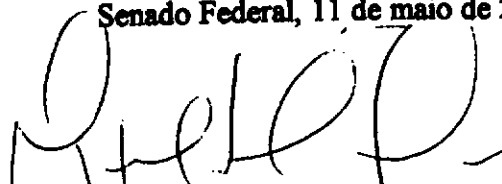
Diretor da SCAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 527, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e de acordo com o art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 25, de 1988,

RESOLVE rescindir o contrato de trabalho, firmado sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de **MARCOS VENÍCIO MOREIRA ANDRADE**, matrícula 30011, do emprego de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Gerson Camata, a partir do dia 15 de junho de 2000.

Senado Federal, 11 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265
311-4552

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 – 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)

CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)

HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:	CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
	CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
	CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
	CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2061/2067
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (3)	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
			8. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (2)	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrcc@senado.gov.br

2.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

Presidente: SENADORA MARLUCE PINTO
Vice-Presidente: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
Relatora: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jraco@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Presidente: SENADOR LUIZ ESTEVÃO

Vice-Presidente:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSAMO ALVES	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA(PT)	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
 SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
 FAX: 311-3652
 E-MAIL: jracs@senado.gov.br
 REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (4)	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES –	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	PSB (1)	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	3. LAURO CAMPOS – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	4. TIÃO VIANA – PT	AM	2061/2067
			5. JEFFERSON PERES – PDT		

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

Presidente:
(9 titulares)

PMDB	
AMIR LANDO GERSON CAMATA PEDRO SIMON	RO-3130/32 ES-3203/04 RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA ROMEU TUMA	BA-2211/17 SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS ARTUR DA TÁVOLA	PR-3206/07 RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO – PT EMILIA FERNANDES – PDT	RJ-2171/77 RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

Presidente: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
Relator: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(6 titulares e 6 suplentes)

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/67
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/57
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/07
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

IÓES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

ETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
ONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
11-3121

E: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JOSÉ SARNEY					
Vice-Presidente: CARLOS WILSON					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
 Secretário: Marcos Santos Parente Filho
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
 Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Atualizada em :27/03/2000

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPÍCY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA							
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e_mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00

O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – "Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.



Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



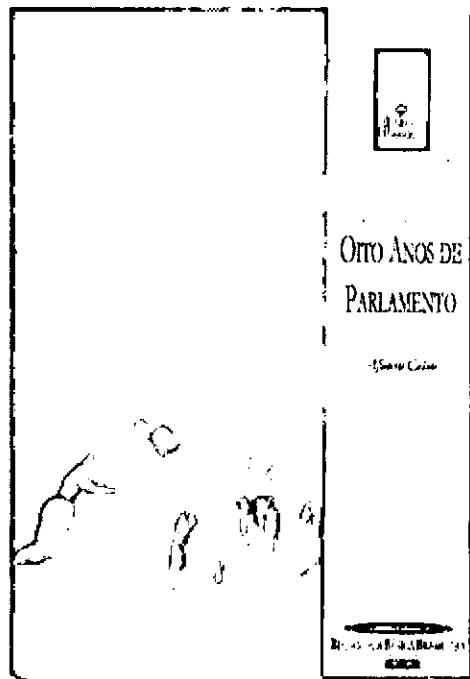
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00

Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2. Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS